

**BÁRBARA SCHAUSTECK DE ALMEIDA**

**O FINANCIAMENTO DO ESPORTE OLÍMPICO E SUAS  
RELAÇÕES COM A POLÍTICA NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado defendida  
como pré-requisito para a obtenção  
do título de Mestre em Educação  
Física, no Departamento de  
Educação Física, Setor de Ciências  
Biológicas da Universidade Federal  
do Paraná.

**BÁRBARA SCHAUSTECK DE ALMEIDA**

**O FINANCIAMENTO DO ESPORTE OLÍMPICO E SUAS  
RELAÇÕES COM A POLÍTICA NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Biológicas  
Departamento de Educação Física  
Programa de Pós Graduação  
Mestrado/Doutorado em Educação Física



# TERMO DE APROVAÇÃO

**BÁRBARA SCHAUSTECK DE ALMEIDA**

## **“O Financiamento do Esporte Olímpico e Suas Relações com a Política no Brasil”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física – Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa Sociologia para o Esporte e o Lazer, do Departamento de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

*Wanderley Marchi Júnior*

Professor Dr. Wanderley Marchi Júnior (Orientador)  
Departamento de Educação Física / UFPR

*Jay Coakley*

Prof. Dr. Jay Coakley

*Carta Cardoso de Medeiros*

Professora Dra. Cristina Carta Cardoso de Medeiros

*Otávio Guimarães Tavares da Silva*

Professor Dr. Otávio Guimarães Tavares da Silva

Curitiba, 19 de março de 2010

Campus Jardim Botânico—CEP: 80.215-370 – Curitiba/PR  
Telefone: (41) 3362-8745 Fax (41) 3360-4336  
email: [mestrado\\_edf@ufpr.br](mailto:mestrado_edf@ufpr.br) [danieldias@ufpr.br](mailto:danieldias@ufpr.br)

[www.edf.ufpr.br](http://www.edf.ufpr.br)

## DEDICATÓRIA

Dedico àqueles que viabilizaram esse sonho:

A família que sempre esteve presente nos meus 23 anos.

E a família à qual eu fiz parte nos últimos 3 anos.

## AGRADECIMENTOS

Impossível não começar agradecendo aquela pessoa sempre presente e paciente, que dá o melhor e eterno apoio, que abriu mão de muitas coisas pela nossa educação: minha mãe, Mariliz de Fátima Schausteck. Você dizer que eu sou o teu orgulho vale mais que qualquer conquista, te amo. Sinto muito porque ninguém mais tem a melhor mãe do mundo como eu.

E é claro, minha irmã, Bruna Rodrigues Schausteck de Almeida. Agradeço-te também pelo apoio além-mar, cuja distância trouxe saudade, mas também proporcionou maturidade para perceber quanto você é importante e como nossos laços não se romperão nunca.

*Et merci pour toi aussi, Ronan! Merci pour prendre soin de ma soeur, pour les classes de français, pour m'aider au Champs Libres, pour le match de foot et tout.*

Aos outros membros da família eternamente próximos: titia, Paulão, vovô... Obrigada pelo amor! Agradeço por poder partilhar minhas dúvidas, aspirações, medos, expectativas e planos com todos vocês.

Agradeço a família que eu passei a fazer parte em 2007, quando entrei pela primeira vez na sala da Rede Cedes para fazer minha monografia de graduação. Desde então, vocês fazem parte da minha rotina e intervêm profundamente em quem eu sou. Sei que nunca agradecerei o suficiente, mas continuarei tentando.

Obrigada Juliana Vlastuin, aproximação que não demorou 5 minutos, minha “alfabetizadora acadêmica”, eterna co-orientadora, quem mais me motivou ao mestrado, com quem tive muitas parcerias bem sucedidas e a certeza de muitas outras no futuro. Relação que virou amizade e companheirismo. *Cheers! H\*H*

Obrigada Ricardo João Sonoda Nunes, pelas conversas valiosíssimas, pelas oportunidades e experiências proporcionadas, por acreditar no meu potencial e por investir nas nossas parcerias. Tropa de elite!

Obrigada Tatiana Sviesk Moreira por ser “o que tem pra hoje”, pelas toneladas de risada, mas também por me surpreender positivamente pela maturidade e alegria.

Obrigada Saulo Esteves de Camargo Prestes por dividir as conversas sobre futebol, as dúvidas sobre presente e futuro, além dos bons momentos nas viagens para congressos e pubs pelo mundo.

Obrigada aos demais membros do grupo por compartilharem informações nas reuniões semanais e pelas coerentes sugestões para essa dissertação: Gilmar Francisco Afonso, Fernando Augusto Starepravo, Ana Letícia Padeski Ferreira, Pedro Bevilaqua Pupo Alves, Juliano de Souza e Bruno Felix Baggio.

Obrigada aos colegas de mestrado pelas disciplinas, congressos, conversas, aprendizados: Aline Tschoke, Aline Barato, Flavia Vieira, Fabio Pellanda, Carlos Eduardo Pijak Junior, Bruno Boschilia, Isabel Cristina Martines, Ana Paula Cabral Bonin, Leoncio José de Almeida Reis e Fernando Borges.

Obrigada aos professores do departamento de Educação Física, também colegas de CEPELS e ALESDE: Letícia Godoy, Doralice Lange de Souza, Fernando Renato Cavichioli e Katia Bortolotti Marchi (também pelos almoços, congressos e abraços apertados!).

Obrigada aos professores das disciplinas da pós-graduação do departamento de História, Professor Andre Mendes Capraro e Professor Luiz Carlos Ribeiro; e de Sociologia, Professora Miriam Adelman.

Obrigada aos secretários dos programas de pós-graduação nos quais cursei disciplinas: Daniel Dias, principalmente; Sueli Helena Andolfato de Sales e Maria Cristina Parzowski. E às coordenadoras da pós-graduação em Educação Física: Professora Neiva Leite e Professora Joice Mara Facco Stefanello.

*A los miembros de Latinoamérica de ALESDE, muchas gracias por compartir su conocimiento y por el apoyo: Rosa López de D'Amico, Luz Amelia Hoyos Cuartas, Miguel Cornejo y Gonzalo Bravo.*

*Thanks to NASSS and ISSA members, especially to Steve Jackson, Elizabeth Pike and Kimberly Schimmel for sharing knowledge and friendship.*

Obrigada aos colegas que participaram de congressos e deram sugestões e apoio ao trabalho durante seu desenvolvimento.

Obrigada ao Alberto Murray Neto, pelo envio de uma cópia do estatuto do COB e pelas relevantes reflexões sobre o esporte olímpico que auxiliaram na abertura dos horizontes dessa dissertação.

E finalmente aos membros da banca, alguns também professores de disciplinas da graduação, pós-graduação, do CEPELS, da ALESDE e/ou de eventos científicos: Professora Cristina Carta Cardoso de Medeiros, Professor Otávio Guimarães Tavares da Silva, Professor Fernando Marinho Mezzadri e Professora Ana Luisa Fayet Sallas. *Thanks also to Prof. Jay Coakley. You are an example of scholar and your attention with my research is very precious to me.*

Ao meu orientador, Wanderley Marchi Júnior, tenho muito mais a agradecer. Antes de tudo, obrigada pelo respeito que você tem com os alunos da graduação. Sem isso, hoje eu não estaria aqui. Obrigada por acreditar e investir em mim, dando a oportunidade de conviver com todas essas pessoas fantásticas que já foram citadas nesse agradecimento. Obrigada por ser um profissional e um cidadão exemplar. Você tem o dom do ensino e da liderança. Espero que continuem não faltando oportunidades para você espalhar teu caráter e conhecimento pelo mundo. Ainda que o mestrado seja muito mais que essa dissertação, obrigada por construir comigo essa pesquisa, espero que ela seja motivo de orgulho também para você. Enfim, obrigada, *gracias, thank you, merci, grazie, danke, arigatô...* mil vezes!

## RESUMO

Esta pesquisa trata essencialmente do financiamento do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Sendo uma entidade reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e pelo governo brasileiro como representante do Movimento Olímpico no país, o COB se destaca no campo esportivo por garantir a presença dos atletas que representam o país nos Jogos Olímpicos. Além disso, essa entidade foi responsável pela realização, em 2007, dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, ocasião em que se evidenciou a dependência governamental para promoção de eventos esportivos, como também para a manutenção do próprio COB. A partir de uma série de inquietações, chegamos ao seguinte problema de pesquisa: por que o financiamento do COB durante o ciclo olímpico de 2005 a 2008 foi dependente do investimento do governo federal? Assim, buscamos compreender como se dá a relação do campo esportivo e político, mapeando seus principais agentes e as formas de interação, principalmente quanto ao financiamento da entidade máxima do esporte olímpico no país. Para isso, utilizamos como referencial a teoria sociológica de Pierre Bourdieu, principalmente os conceitos relacionados aos campos. Essa opção nos levou a conhecer as aproximações das leis e do Ministério do Esporte (ME) com o COB; assim como o campo do esporte olímpico no país, compreendendo sua principal entidade e suas relações com outras instituições do campo esportivo. Recuperando todas as formas de recebimento de recursos públicos, vemos que o COB recebeu, de 2005 a 2008, R\$ 389,7 milhões. Pudemos perceber que a relação entre COB e governo federal não se restringe ao primeiro recebendo recursos financeiros do segundo, mas também que as ações ligadas ao COB foram os principais alvos de investimento do governo federal em esporte e lazer. Isso nos auxilia a pensar que os recursos majoritariamente estatais, que sustentaram o COB de 2005 a 2008, sejam decorrentes da sua posição como entidade representante do esporte de rendimento no país. Nesse sentido, nos valem da contribuição de Pierre Bourdieu, quando afirmou que o esporte é um meio potencial de conquista simbólica com possibilidade de conversão em capital político. Somamos a esse fato a estratégia de utilização do esporte como meio de promover um sistema político ou um país. Vemos que, para que essa exibição seja mundial através do esporte, não basta o investimento de impacto no público interno, mas existe a necessidade de investir em esporte de rendimento, assim como em sediar megaeventos esportivos. Já para o COB, para que suas ações tenham repercussão e ganhem visibilidade, o governo federal é fundamental, tanto no critério financeiro como apoiando seus projetos, como se deu na candidatura Rio 2016. E é nesse ponto que salientamos o entendimento dessa relação entre COB e governo federal como de adversários cúmplices: cada um possui interesses específicos, mas um depende do outro para que esses objetivos sejam alcançados.

**Palavras-chave:** Comitê Olímpico Brasileiro; Campo esportivo; Campo político; Financiamento; Governo.



## **ABSTRACT**

This research is mainly about the Brazilian Olympic Committee (COB) funds. This entity recognized by the International Olympic Committee (IOC) and the Brazilian government representing the Olympic Movement in the country. By a distinctive position in sporting field, it guarantees the Brazilian's athletes participation in the Olympic Games. COB was also responsible for promote the Pan-American Games of Rio de Janeiro in 2007, when the government financial dependence to promote Olympic sports and the entity became evident. After many concerns, we propose as guiding question: why COB was financially dependent on Brazilian federal government in 2005 to 2008? In this way, we aim to comprehend how the relationship between sporting and political field is possible by mapping their main agents and how they interact. To do so, our theoretical reference was Pierre Bourdieu, especially his field theory. This option leads us to understand the approach between COB and Sports Ministry enabled by Brazilian laws. Mapping all forms of public resources, COB received R\$ 389.7 million since 2005 to 2008. We could note that the relationship between COB and Brazilian government is not restricted to the first receiving sources from the last, but also the COB actions as main investment in Brazilian sport and leisure policies. This situation helps us to think that major public sources that sustained COB during this period were due its position as representative of professional sport in Brazil. In this way, we remember Pierre Bourdieu's contribution when he comprehends sport as a potential mean of symbolic power which can be converted in political capital. We add to this fact the strategy of using Sport as a mean to promote a politic system or a country. We understand that to reach this promotion, this exhibition needs to be global through performance sports and by hosting mega events, not only with actions that echo in the domestic population. And COB depends of federal government to reach visibility through their actions and projects, as was possible in Rio 2016 bid. In this way, we understand that COB and federal government are mutual accomplices and adversaries: each one has specific interests, but they need each other to reach it.

**Key-words:** Brazilian Olympic Committee; Sporting field; Political field; Financing; Government.

## LISTA DE GRÁFICOS

|             |   |    |
|-------------|---|----|
| GRÁFICO 1 - | EVOLUÇÃO DOS VALORES ADMINISTRADOS PELO COB<br>PROVENIENTES DA LEI AGNELO-PIVA, EM MILHÕES DE REAIS -<br>2002-2008.....   | 47 |
| GRÁFICO 2 - | DESPESAS DAS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS DE<br>MODALIDADES OLÍMPICAS POR AÇÃO – 2005-2008.....  | 54 |
| GRÁFICO 3 - | PERCENTUAL DA APLICAÇÃO DE RECURSOS DA LEI AGNELO-<br>PIVA PELO COB, POR AÇÃO – 2005-2008.....  | 55 |
| GRÁFICO 4 - | INVESTIMENTO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME) E OUTROS<br>MINISTÉRIOS (OUTROS) POR PROGRAMAS DE ESPORTE E<br>LAZER, EM MILHÕES DE REAIS – 2005-2008.....                       | 62 |
| GRÁFICO 5 - | PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL EM<br>SUAS AÇÕES DE GOVERNO EM ESPORTE E LAZER – 2005-<br>2008.....  | 64 |
| GRÁFICO 6 - | PERCENTUAL DA FINALIDADE DOS RECURSOS REPASSADOS<br>AOS ESTADOS BRASILEIROS POR PROGRAMA DE ESPORTE E<br>LAZER - 2005-2008.....   | 65 |
| GRÁFICO 7 - | INVESTIMENTOS TOTAIS DO MINISTÉRIO FEDERAL EM<br>PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO GASTOS<br>MINISTERIAIS E REPASSES AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS – 2005-<br>2008..... | 66 |

## LISTA DE TABELAS

|            |  |    |
|------------|--|----|
| TABELA 1 - | DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESAS DOS RECURSOS PROVENIENTES DA LEI AGNELO-PIVA APRESENTADA PELO COB – 2008.....             | 50 |
| TABELA 2 - | POSSÍVEL INCORPORAÇÃO DAS AÇÕES COM RECURSOS DA LEI AGNELO-PIVA CONFORME AS NOMINAÇÕES UTILIZADAS NA LEI – 2008.....         | 51 |
| TABELA 3 - | DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DOS RECURSOS DA LEI AGNELO-PIVA - 2005-2008.....  | 52 |
| TABELA 4 - | REPASSES DE RECURSOS DA LEI AGNELO-PIVA PARA AS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS, EM PERCENTUAIS – 2005-2008.....                   | 81 |
| TABELA 5 - | ESTIMATIVA DE REPASSE ÀS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS DOS RECURSOS DA LEI AGNELO-PIVA (VALORES EM MILHÕES DE REAIS) - 2009..... | 83 |

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 1 - VALORES ARRECADADOS ATRAVÉS DAS LOTERIAS FEDERAIS<br>PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – 2003-2008..... | 48 |
| FIGURA 2 - ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO<br>ESPORTE.....   | 61 |
| FIGURA 3 - COMPONENTES DO MOVIMENTO OLÍMPICO - 2009.....  | 69 |
| FIGURA 4 - OS COMPONENTES DO MOVIMENTO OLÍMPICO BRASILEIRO –<br>2009.....                                     | 70 |
| FIGURA 5 - ORGANOGRAMA DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO.....   | 75 |

## LISTA DE SIGLAS

|        |   |
|--------|---|
| CBAT   | Confederação Brasileira de Atletismo                    |
| CBB    | Confederação Brasileira de Basketball                   |
| CBCA   | Confederação Brasileira de Canoagem                     |
| CBD    | Confederação Brasileira de Desporto                     |
| CBD A  | Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos          |
| CBDN   | Confederação Brasileira de Desportos na Neve            |
| CBF    | Confederação Brasileira de Futebol                      |
| CBG    | Confederação Brasileira de Ginástica                    |
| CBHB   | Confederação Brasileira de Handebol                     |
| CBJ    | Confederação Brasileira de Judô                         |
| CBT    | Confederação Brasileira de Tênis                        |
| CBTM   | Confederação Brasileira de Tênis de Mesa                |
| CBV    | Confederação Brasileira de Voleibol                     |
| CEF    | Caixa Econômica Federal                                 |
| CNE    | Conselho Nacional do Esporte                            |
| COB    | Comitê Olímpico Brasileiro                              |
| COI    | Comitê Olímpico Internacional                           |
| COJO   | Comitê Organizador de Jogos Olímpicos                   |
| CONs   | Comitês Olímpicos Nacionais                             |
| Confao | Conselho de Clubes Formadores de Atletas Olímpicos      |
| CO-Rio | Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007    |
| CPB    | Comitê Paraolímpico Brasileiro                          |
| FBS    | Federação Brasileira de <i>Sports</i>                   |
| FI     | Federações Internacionais                               |
| FIFA   | <i>Fédération International de Football Association</i> |
| INDESP | Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte        |
| ME     | Ministério do Esporte                                   |
| ODEPA  | Organização Desportiva Pan-Americana                    |
| ODESUR | Organização Desportiva Sul-Americana                    |

|         |   |
|---------|---|
| ONU     | Organização das Nações Unidas                     |
| PC do B | Partido Comunista do Brasil                       |
| PSDB    | Partido da Social Democracia Brasileira           |
| PT      | Partido dos Trabalhadores                         |
| SNDEL   | Secretaria Nacional de Esporte e Lazer            |
| SNEAR   | Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento |
| SNEE    | Secretaria Nacional de Esporte Educacional        |
| TAD     | Tribunal Arbitral do Desporto                     |
| TCU     | Tribunal de Contas da União                       |
| TOP     | <i>The Olympic Partners</i>                       |
| WADA    | <i>World Anti-Doping Agency</i>                   |

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>  | 13  |
| 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS                                      | 19  |
| <b>2 A TEORIA SOCIOLÓGICA DE PIERRE BOURDIEU</b>                     | 22  |
| 2.1 O RECORTE METODOLÓGICO PELA TEORIA DOS CAMPOS                    | 22  |
| 2.2 AS CARACTERÍSTICAS DOS CAMPOS EM QUESTÃO                         | 24  |
| 2.2.1 O Campo Político   | 27  |
| 2.2.2 O Campo Econômico  | 29  |
| 2.2.3 O Campo Esportivo  | 33  |
| <b>3 O SUBCAMPO DA POLÍTICA PARA O ESPORTE OLÍMPICO BRASILEIRO</b>   | 37  |
| 3.1 O ESPORTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988                        | 37  |
| 3.2 AS LEIS INFRACONSTITUCIONAIS RELACIONADAS AO ESPORTE OLÍMPICO    | 39  |
| 3.2.1 Lei Pelé   | 39  |
| 3.2.2 Lei Agnello-Piva   | 44  |
| 3.2.3 Bolsa-Atleta   | 56  |
| 3.2.4 Lei de Incentivo ao Esporte                                    | 58  |
| 3.3 A FORMAÇÃO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE | 60  |
| <b>4 O SUBCAMPO DO ESPORTE OLÍMPICO BRASILEIRO</b>                   | 69  |
| 4.1 A ENTIDADE COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO                            | 71  |
| 4.1.1 Breve histórico  | 71  |
| 4.1.2 Estrutura organizacional e principais ações                    | 73  |
| 4.2 OS RELACIONAMENTOS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES ESPORTIVAS            | 77  |
| 4.2.1 O Comitê Olímpico Internacional (COI)                          | 78  |
| 4.2.2 Federações Internacionais e Confederações Brasileiras          | 80  |
| <b>5 DISCUSSÃO</b>   | 88  |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | 100 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>   | 105 |
| <b>ANEXOS</b>  | 115 |
| <b>APÊNDICE</b>  | 116 |

## 1 INTRODUÇÃO

Nesse momento, é muito provável que milhões de pessoas no mundo estejam envolvidas de alguma forma com o esporte. É também muito provável que a maioria esteja tendo acesso a ele por alguma forma de mídia, seja assistindo na televisão ou lendo notícias em jornais e na internet. Há ainda um grande número de pessoas que nesse momento estão conversando sobre esporte, opinando e comentando fatos recentes, históricos ou futuros, nos mais diferentes ambientes sociais e nas mais diferentes partes do mundo.

Tamanha familiaridade potencializa posicionamentos resultantes de leituras primárias que visam explicar ou resolver questões cotidianas dessa e de outras áreas, o que chamamos de senso comum<sup>1</sup>. Por surgir a partir de uma interpretação simplista, esse termo costuma ser, por algumas pessoas, imediatamente aceito e incorporado ao seu próprio discurso, porque traz uma solução imediata aos problemas, contradições ou tensões que estão sendo observados ou, por outras pessoas, imediatamente refutado, porque é uma “verdade geral” desprovida de um caráter acadêmico ou erudito.

Em se tratando de esporte, objeto em que a passionalidade costuma muitas vezes superar a racionalidade, essas atitudes perante o senso comum não são diferentes. Ao mesmo tempo, como propomos aqui uma leitura sociológica do fenômeno esportivo, entendemos que é preciso compreender o senso comum como um ponto de partida para uma leitura mais acurada da realidade social.

Entre os inúmeros fatos cotidianos existentes no campo esportivo, que podemos entender como a matéria-prima do artesanato intelectual, escolhemos uma pedra bruta a ser lapidada, por razões pessoais e acadêmicas, que se misturam com o período histórico vivido pelo esporte brasileiro.

No ano de 2007, foi realizado na cidade brasileira do Rio de Janeiro a 15ª edição dos Jogos Pan-Americanos (Rio 2007). Esse evento consistiu em competições de 47 modalidades entre 42 países das Américas durante 15 dias, com a participação de 5662 atletas (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2009). Realizado

---

<sup>1</sup> A apresentação do tema, do contexto histórico e da autora da presente pesquisa são aspectos associados. Por isso, optamos por estruturar essa introdução seguindo a sequência do que é “fazer sociologia” (ORTIZ, 2002; MARCHI JÚNIOR, 2006) para tratar dessas três perspectivas.



sob a supervisão da Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA), entidade que representa o Comitê Olímpico Internacional (COI) nas Américas, é tido como uma preparação dos atletas para os Jogos Olímpicos.

Particularmente, acompanhei a preparação desse evento como espectadora e enquanto agente do campo esportivo como estudante de graduação em Educação Física, fazendo parte de uma massa interessada por esporte que, nos anos anteriores da realização do evento, pode fomentar as expectativas e acompanhar as notícias através da mídia. Apesar das dificuldades apresentadas para sua realização, desejei o sucesso do Rio 2007 como muitos outros brasileiros que esperavam ver o país mostrando ao mundo sua potencialidade em organização e receptividade dos atletas estrangeiros, assim como acreditei que o evento poderia auxiliar no crescimento do esporte e na valorização da Educação Física no país. Essas perspectivas, inicialmente, talvez não se diferenciasssem do senso comum.

No ano de 2006, quando cursei a disciplina de Sociologia do Esporte, tive a oportunidade de entender o esporte e os eventos esportivos com posicionamentos menos apaixonados e mais afastados, visando uma perspectiva de totalidade<sup>2</sup>. Nesse ponto, decidi estudar os investidores do Rio 2007 e seus interesses, entendendo naquele momento que deveria focar nos seus patrocinadores oficiais com o auxílio da literatura do marketing esportivo.

Num interesse acadêmico e pessoal, trabalhei nesses jogos como voluntária na área de transportes no Complexo do Maracanã, onde foram realizadas as cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos, assim como as competições de futebol, voleibol e pólo aquático. E trabalhei também nos Jogos Parapan-Americanos, realizados uma semana após o Pan, na área de proteção às marcas no estádio olímpico João Havelange, onde se realizavam as provas do atletismo.

Nos dois momentos, tive uma relevante amostra do que é o esporte e a divisão entre paixão e razão. Por um lado, “vivi a energia”<sup>3</sup> e o prazer de estar

---

<sup>2</sup> A perspectiva de compreensão da totalidade é embasada pela discussão trazida por Ortiz (2002) sobre a paradoxal lógica das pesquisas em Ciências Sociais. Desse paradoxo, entendemos como necessária a apropriação das complexidades sociais em seus níveis diversos (político, econômico, social e cultural), reforçados pelo conceito de fenômeno social total de Marcel Mauss, para além de uma possível parcialidade e empobrecimento no entendimento dos fatos.

<sup>3</sup> Referência ao lema (ou slogan) do Rio 2007: “Viva essa energia!”.

presente em uma competição multiesportiva internacional de alto nível, convivendo com pessoas geograficamente e culturalmente distantes, mas que se encontravam para o esporte. E por outro lado, pude observar os Jogos nos bastidores, onde as mudanças de procedimentos, principalmente quando se tratava de políticos ou importantes figuras do esporte, eram comuns, além de muitas outras falhas que aconteceram e outras piores que poderiam ter acontecido.

Após o término do evento e do trabalho de monografia, foi possível perceber que os principais financiadores do evento foram as três instâncias de governo (prefeitura, governo estadual e governo federal). Isso trouxe, aliado a revisões de literatura anteriores sobre marketing esportivo, alguns questionamentos, num exercício de abstração e afastamento da realidade concreta visando à compreensão dos fatos em perspectivas ampliadas, que serão expostos a seguir como caminhos percorridos para chegarmos a nossa questão de pesquisa.

A terminologia marketing esportivo é utilizada, em geral, para toda e qualquer forma de satisfação de necessidades e desejos de consumo no esporte (CONTURSI, 1996). Dadas as paixões e emoções que o esporte proporciona, aliadas às necessidades de inovação nas estratégias de comunicação de todas as corporações, o marketing esportivo supera parte dessas dificuldades e se destaca como uma plataforma de marketing diferenciada (MELO NETO, 2000). A literatura e as próprias empresas colocam alguns objetivos principais que podem ser atingidos pelo marketing esportivo: promoção/fixação da marca; percepção do público quanto à empresa; identificação e envolvimento com determinado público ou nicho de mercado; vantagens na divulgação na mídia; promoção de vendas e exclusividade dentro de um evento específico (ALMEIDA, 2007; CONTURSI, 1996; MELO NETO, 2000; TEITELBAUM, 1997). Então se a literatura do marketing esportivo coloca tantos atributos positivos no esporte, colocando-o como uma alternativa rentável de investimento para as empresas, por que as empresas privadas não foram maioria no financiamento do evento Rio 2007? Se outros eventos e entidades esportivas dependem basicamente do financiamento privado, por que com o Rio 2007 e com o COB não foi/é assim?

Desse quadro de pouca representatividade do financiamento privado e dependência do financiamento governamental, observamos e nos questionamos a respeito da situação do COB e seus eventos correlatos. Porém, quando pensamos nas modalidades esportivas no Brasil, é preciso compreender o caso de duas exceções: o futebol e voleibol.

A modalidade que é “paixão nacional” não depende do financiamento público, sendo que sua confederação, a CBF, possui diversos patrocinadores privados, assim como as principais equipes de alto nível do futebol brasileiro. Ainda assim, recentemente foi criada uma loteria, a “Timemania”, voltada para os times de futebol sanarem suas dívidas com o governo brasileiro (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2009a). Essa oportunidade de renegociação não é um financiamento direto, mas pode ser considerada uma forma de patrocínio quando um montante de 22% da arrecadação de uma loteria federal é utilizado pelos clubes para pagamento de dívidas pré-existentes com a união. Se pensarmos somente no quesito financeiro, os clubes, que não pagam suas dívidas, e o governo, que tem pouquíssima esperança de receber os valores de impostos, se isentam de prejuízos enquanto os torcedores-apostadores suprem o enorme saldo devedor.

Já o voleibol, embora sua confederação (CBV) possua o patrocínio de uma empresa com capital público, as equipes da liga nacional tem, em sua maioria, patrocínios de empresas privadas associadas as prefeituras dos municípios onde treinam. Apesar de alguns casos de sucesso, como o caso da equipe feminina patrocinada pela empresa Unilever<sup>4</sup>, esse modelo tem se mostrado relativamente instável, principalmente no ano de 2009, quando quatro equipes com importante desempenho nas ligas nacionais perderam seus patrocinadores (Finasa, Unisul,

---

<sup>4</sup> Essa equipe possui uma história de 12 anos no voleibol feminino, apesar de mudanças de cidade (de Curitiba para o Rio de Janeiro em 2003) e de nomes (iniciou como Rexona, passou a se chamar Rexona-Ades e, em 2009, Unilever). Sobre a mudança de cidade e os interesses envolvidos, ver VLASTUIN, Juliana. **O caso da equipe de voleibol feminino Rexona (1997-2003): um estudo das inter-relações com a mídia esportiva**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Brasil Telecom e Ulbra) e o tema, inclusive, tornou-se capa de uma revista brasileira especializada em marketing esportivo<sup>5</sup>.

Excetuando os casos da CBF (com patrocínio privado) e da CBV (com patrocínio de empresa com capital público e equipes com patrocínios privados) já citados, as demais confederações se dividem em dois grupos.

No primeiro grupo estão aquelas confederações que possuem patrocínio de empresas com capital público e poucos atletas ou equipes conseguem patrocínios privados. Das treze confederações brasileiras com patrocínio em 2008, uma é o futebol e nove possuem empresas com capital público como patrocinadoras: atletismo, ginástica e lutas associadas (Caixa Econômica Federal); basquete (Eletrobrás); handebol (Petrobras); judô (Infraero); desportos aquáticos e tênis (Correios); e voleibol (Banco do Brasil). Outras três (canoagem, desportos na neve e tênis de mesa) teriam patrocínio em 2008 de acordo com o relatório do COB sobre a aplicação de recursos da Lei Agnelo-Piva (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2008c), mas não pudemos encontrar informações de quais seriam essas empresas patrocinadoras.

No segundo grupo, estão aquelas confederações que não possuem nenhum patrocinador oficial: badminton, beisebol, boxe, ciclismo, desportos no gelo, esgrima, hipismo, hóquei sobre a grama, levantamento de peso, pentatlo moderno, remo, softbol, taekwondo, tiro esportivo, triathlon e vela. Dessas, apenas pentatlo moderno, tiro esportivo e triathlon tiveram patrocínio durante o ciclo olímpico de 2005 a 2008.

Com um quadro bastante diferente da realidade observada nas confederações brasileiras, em fevereiro de 2009 uma empresa de consultoria anunciou que os gastos em patrocínio por companhias norte-americanas em 2008 foram de US\$ 16,61 bilhões, sendo que o esporte representou 68,6% desse valor, chegando a US\$ 11,4 bilhões (CHIPPS, 2009).

Outro exemplo vem do próprio COI, que tem uma arrecadação que cresce exponencialmente. No quadriênio de 1993 a 1996, a arrecadação foi de US\$ 2,6 bilhões e no quadriênio de 2005 a 2008 cresceu para US\$ 4,1 bilhões (IOC

---

<sup>5</sup> Referimo-nos à edição 9 da revista Máquina do Esporte, que trás como capa uma bola de voleibol sob a manchete: “Abandono – Vôlei enfrenta fuga de patrocinadores e debate sobre a influência da TV na divulgação das marcas; CBV nada faz e ainda diz viver melhor momento da história”.

MARKETING FACT FILE, 2006). Suas principais fontes de renda (venda de direitos de transmissão, patrocínios, licenciamento e venda de ingressos para os Jogos) possuem equivalências em níveis nacionais (patrocínios domésticos e demais direitos das competições promovidas nacionalmente), mas as cifras brasileiras estão muito longe das do COI.

Essas realidades internacionais nos levaram a questionar: o Comitê Organizador do Rio 2007 (CO-Rio) e o COB não souberam/sabem agregar valor as suas “marcas” e seus “produtos”? Como essa questão dificilmente será respondida, pela sua dificuldade de mensuração e pelo risco de uma resposta restrita a um juízo de valor, outra indagação se mostrou mais efetiva e que talvez pudesse indicar alguma tendência ou indício de resposta às anteriores: como o COB é financiado?

Com esse histórico acadêmico e pessoal, portando essas inúmeras questões, iniciei o curso de mestrado. Seguindo com o processo do fazer sociológico, delimitamos nossa pesquisa para compreender quais as fontes de recursos financeiros do COB. Como a pesquisa empírica nos mostrou uma majoritária dependência governamental, passamos a tentar compreender o relacionamento dessa entidade com o governo federal, culminando no seguinte problema de pesquisa: **por que o financiamento do Comitê Olímpico Brasileiro durante o ciclo olímpico de 2005 a 2008 foi dependente do investimento do governo federal?**

Dessa maneira, o objetivo dessa pesquisa é investigar as principais razões do financiamento majoritariamente público atual do órgão institucional representativo do esporte olímpico nacional, o Comitê Olímpico Brasileiro. Para isso, iremos: (1) Descrever as formas de financiamento do esporte de nível olímpico no Brasil, explicitando o modelo atual, pelas políticas públicas governamentais federais e do COB; (2) Delinear as possíveis disputas que ocorrem no campo esportivo, econômico e político brasileiros, a respeito do financiamento da entidade promotora do esporte olímpico no país; e (3) Identificar nas disputas do campo em questão as principais características que representem a dependência do financiamento público pelo COB.

Compreender os aspectos específicos do relacionamento COB e governo federal não limita ou restringe o entendimento para somente esse caso ou período histórico. Citamos como exemplo uma pesquisa realizada pela empresa Market Analysis, quando três das cinco empresas mais lembradas por consumidores brasileiros no esporte são estatais. Já no levantamento realizado em todo o mundo, as cinco empresas mais lembradas foram multinacionais<sup>6</sup>.

Por esses dados, temos dois possíveis indícios relevantes: primeiro, a lembrança dos consumidores de marcas que possuem um histórico de investimentos no esporte e, segundo, a característica diferencial do caso brasileiro em comparação à pesquisa mundial. Por esse exemplo, vemos a possibilidade de colaborar com uma pesquisa científica não só para a área da sociologia do esporte, mas também para áreas correlatas como economia, administração, história e políticas públicas do esporte, assim como dos estudos relacionados ao movimento olímpico, ao descrever sobre a situação atual do financiamento do esporte olímpico brasileiro.

O período histórico do esporte brasileiro está bastante propício para análises como a que propomos aqui. O Brasil está em foco no contexto dos megaeventos esportivos mundiais, já que no período estudado houve a realização do Rio 2007, as candidaturas bem sucedidas à sede da Copa do Mundo de futebol masculino em 2014, que se confirmou em 30 de outubro de 2007, e dos Jogos Olímpicos de 2016 (Rio 2016), que se confirmou em 02 de outubro de 2009. Esses fatos recentes reforçam a necessidade de compreender as conjunturas políticas e financeiras para o esporte, especificamente para o caso do COB, entidade central na realização do primeiro e terceiro eventos citados.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como de cunho qualitativo e exploratório ao pretender iniciar a discussão do financiamento do esporte de nível olímpico

---

<sup>6</sup> A pesquisa foi constituída por entrevistas com 809 pessoas em oito capitais do país em novembro de 2007. Das empresas estatais, destacaram-se: Petrobras (25,01%), Banco do Brasil (12%), e Caixa Econômica Federal (4,5%); e das empresas privadas: Nike (12,04%) e Coca-Cola (6,7%). Estas multinacionais privadas também constam na pesquisa mundial, juntamente com Adidas, Heineken e Vodafone (CALIPO, 2008).

brasileiro pela “explicação do funcionamento das estruturas sociais” (RICHARDSON, 2008, p. 82). A opção pelo estudo qualitativo tem como vantagens a “profundidade aos dados, a dispersão, a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 15), características tais que são consideradas fundamentais para o entendimento do esporte olímpico brasileiro atual e ainda não foram encontradas em estudos anteriores. Por isso, classificamos esta dissertação também como exploratória, para “examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, do qual se tem muitas dúvidas ou não foi abordado antes” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 99).

Para sua efetivação, optou-se pela busca de dados a partir da coleta de informações de documentos que explicitam as fontes de financiamento do COB nas leis federais brasileiras relacionadas ao fomento do esporte, principalmente de nível olímpico. Além disso, foram consultados os documentos que embasam a atuação do COB, como as características institucionais, modelo de gestão, seus patrocinadores, as recomendações e restrições do COI e a carta olímpica, entre outras fontes que foram consideradas úteis durante a pesquisa no acervo do Centro de Documentação e Informação do COB, na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

O referencial teórico utilizado foi a teoria sociológica de Pierre Bourdieu. Este referencial foi escolhido *a priori*, pois reconhecemos que o contexto estudado contém as características complexas de relação e interdependência de diferentes campos (esportivo, político e econômico) brasileiros. Reconhecendo a importância deste quadro teórico de análise sociológica dentro dos estudos da sociologia contemporânea, busca-se a consonância com sua rigorosidade teórica e será utilizado principalmente dos conceitos de campo, *habitus*, agentes sociais e capital (econômico, social, cultural e simbólico). Ao mesmo tempo, não é objetivo do presente estudo um aprofundamento sobre a gênese, definição ou limites desses conceitos, mas sim demonstrar de que forma eles podem ser apropriados no contexto em questão.

Inicialmente houve a proposta de realização de uma entrevista com os responsáveis pela área de recrutamento de patrocinadores do COB, porém, após

contatos realizados, não houve o interesse em fornecer as informações solicitadas. Apesar dessa restrição, tal fato não impediu a realização da pesquisa, já que a existência de documentos públicos e as demais informações da mídia permitiram a análise da relação COB e governo federal.

Consideramos a ausência de retorno às solicitações de entrevista um dado de pesquisa que, somada às inúmeras críticas por pessoas do campo esportivo (jornalistas e atletas principalmente) rotineiramente observadas na mídia, parecem demonstrar um posicionamento defensivo por parte da entidade quando se trata dos questionamentos sobre seus recursos financeiros.

Refletindo nesse ponto, corroboramos com Coakley (2007) que, em sua interpretação sobre as controvérsias criadas pela sociologia do esporte, coloca que as pesquisas críticas podem expor ao perigo as posições e privilégios de pessoas que estão no poder das organizações esportivas.

Baseada nessas informações, a presente dissertação será dividida em quatro capítulos. O capítulo 1 traz o embasamento teórico a ser utilizado no decorrer do texto: a teoria sociológica de Pierre Bourdieu. No capítulo 2, incorporando alguns conceitos do capítulo 1, foram descritos os principais agentes do campo político brasileiro atual, juntamente com as principais leis relacionadas ao esporte. No capítulo 3, a discussão foi incorporada com aspectos mais relacionados ao esporte brasileiro em suas formas de organização e financiamento, com ênfase no Comitê Olímpico Brasileiro. O capítulo 4 discute os principais aspectos explorados até então, inter-relacionando os campos, conceitos e fatos, para reflexão acerca da realidade atual para, nas Considerações Finais, retomar os objetivos e sintetizar as informações coletadas.



## 2 A TEORIA SOCIOLÓGICA DE PIERRE BOURDIEU

Embora se considere a relevância da história de vida de um autor para melhor compreensão de sua obra, aqui foi realizada a opção de não retomar o percurso de vida de Pierre Bourdieu, visto que o objetivo dessa pesquisa não é o aprofundamento em uma matriz teórica, mas de que forma ela pode nos auxiliar na leitura de fenômenos sociais. Para os leitores que pretendem se aprofundar na gênese de conceitos e a provável influência da história de vida de Bourdieu na constituição de sua teoria, sugerimos a consulta a alguns livros do próprio autor<sup>7</sup> e de seus comentadores<sup>8</sup>.

Outra prática comum quando essa teoria é utilizada para embasar pesquisas acadêmicas é a explicação dos principais conceitos para posterior apropriação na temática estudada. Nesse sentido, foi feita uma opção diferenciada para exposição do referencial teórico: evidenciar as relações ocorridas nos campos estudados utilizando os conceitos de maneira concomitante. Dessa forma, acredita-se que a leitura será facilitada e a apropriação dos conceitos do autor evidenciada, explicitando a compatibilidade entre a teoria e as relações existentes no recorte proposto.

Inicialmente, faz-se necessário indicar os principais recortes para compreensão da problemática dentro dos campos político, esportivo e econômico conforme está sendo proposto. Posteriormente, dentro desse recorte, serão caracterizadas as propriedades específicas de cada um dos três campos.

### 2.1 O RECORTE METODOLÓGICO PELA TEORIA DOS CAMPOS

---

<sup>7</sup> BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. Tradução, introdução, cronologia e notas: Sérgio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005b. Este livro não se trata de uma auto-biografia de Bourdieu, como ele mesmo afirma, mas fornece informações interessantes sobre sua vida e até reflexões sobre fatores de influência no seu trabalho.

<sup>8</sup> Sugerimos a leitura das seguintes obras: BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu**. Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003. DISCEPOLO, Thierry; POUPEAU, Franck. Erudição e compromisso: sobre os comprometimentos políticos de Pierre Bourdieu. In: WACQUANT, Loïc (org.). **O Mistério do Ministério**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. Rio de Janeiro: Revan, 2005. ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (org.). **Trabalhar com Bourdieu**. Trad. Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005. WACQUANT, Loïc J. D.. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. Trad. Adriano Nervo Codato e Gustavo Biscaia de Lacerda. **Revista de Sociologia e Política**. n. 19. Nov. 2002. p. 95-110.

Apesar da divisão que se utiliza para compreender os diferentes campos, é sempre importante salientar as inter-relações que esses campos possuem entre si e com outros. Essa conectividade é exemplificada pela figura do móbile de Alexander Calder, objeto que sustenta diversos corpos por hastes e fios, no qual, por qualquer “perturbação” ocorrida num dos corpos (ou campos), terá efeito em outros corpos (ou campos), com maior ou menor intensidade (LOYOLA, 2002). A compreensão dessa propriedade inter-relacional existente entre os campos é fundamental dentro do objeto de estudo que propomos aqui.

Além da possibilidade de inter-relação entre os campos, cada um deles possui particularidades e complexidades internas que são constituídas pela variedade de relações que se estabelecem.

Por exemplo, dentro do campo esportivo, podem ser enumeradas algumas formas de manifestação do esporte – que podem ser entendidas como subcampos do campo esportivo – as quais possuem suas formas próprias de relações ao mesmo tempo em que estão em interação. Assim, pode-se observar o esporte: (1) na escola, (2) como prática de lazer, (3) como meio de reabilitação, (4) como profissão, (5) como saúde/qualidade de vida e/ou (6) como rendimento (MARCHI JÚNIOR; AFONSO, 2007). Em cada uma dessas manifestações, veem-se uma diversidade de análises das complexas relações entre os agentes que as compõem, para citar alguns: (1) professores, alunos e diretores; (2) animadores socioculturais, diretores de esporte em clubes sócio-recreativos e os sócios desses clubes; (3) educadores físicos, fisioterapeutas, médicos e terapeutas ocupacionais; (4) atletas, comissão técnica e patrocinadores; (5) *personal trainers*, donos de academias, instrutores de ginástica e musculação; e (6) praticantes e treinadores.

Por esse mapeamento superficial dos agentes que compõem alguns dos subcampos esportivos, já é possível uma visão preliminar da complexidade que envolve esse campo devido às relações que se estabelecem. Quando estão envolvidos dois ou mais campos, a complexidade e possibilidade de inter-relação crescem exponencialmente.

Porém, tendo um recorte metodológico, é possível identificar uma maior influência de determinadas relações sobre outras. No caso do presente estudo, atualmente o esporte como meio de reabilitação, por exemplo, não promove/sofre tanta influência no/do campo político e econômico brasileiro, quanto o esporte como profissão e rendimento. Da mesma forma, as políticas habitacionais não terão tanta interferência dentro do campo esportivo quanto as políticas de incentivo fiscal para práticas esportivas e culturais. Por isso, é fundamental a observação das relações mais relevantes dentro de um determinado recorte, o que não significa a restrição ou limitação do entendimento de um fenômeno social, já que sua observação será realizada dentro de uma perspectiva de totalidade (ORTIZ, 2002).

Concentrar-se, assim, como recorte metodológico para esse estudo, a partir dos campos esportivo, político e econômico, os respectivos subcampos: o esporte de nível olímpico brasileiro; as políticas federais brasileiras relacionadas ao nível olímpico; e o financiamento dessas políticas e do Comitê Olímpico Brasileiro.

Aceitando o relacionamento imbricado que existe entre esses subcampos, nesse estudo optou-se pela divisão dos capítulos entre o campo da política e do esporte olímpico, nos quais as discussões do campo econômico, inevitavelmente, os permearão.

Mapeadas as estruturas que serão abordadas no estudo, propõe-se a seguir uma exposição das características comuns e particulares dos campos, assim como dos agentes que os compõem.

## 2.2 AS CARACTERÍSTICAS DOS CAMPOS EM QUESTÃO

Para realizar a análise de um campo, são necessários três passos principais (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 159-160), através dos quais serão exemplificados os principais conceitos e propriedades dos campos.

O primeiro passo é a análise da posição do campo frente ao campo do poder. O preceito para funcionamento de um campo é a existência de disputas internas e também externas, visando a ocupação de posições dominantes. Isso significa que, ao compreender a posição de um campo em comparação a outros, será possível

visualizar os objetivos das ações dos agentes: para conquista de poder ou manutenção de determinada posição. As disputas e a busca por posições dominantes por parte de agentes dominados constituem um dos aspectos fundamentais para a existência de um campo.

O segundo passo é traçar um mapa contendo as estruturas e as relações dos agentes ou instituições. A compreensão dos mecanismos internos pode ser visualizada pelo mapeamento dos principais agentes e os capitais que possuem ou buscam. Cada campo possui determinados tipos de capital que, em determinadas circunstâncias, são mais relevantes que outros, como, por exemplo, os capitais econômico, social, cultural, simbólico, religioso ou científico. Serão considerados como agentes dominantes aqueles que possuírem mais capital, dentre os que são mais representativos naquele campo específico, que os dominados. Com esse mapeamento realizado, é possível captar de que forma o campo está estruturado, entendendo as posições ocupadas pelos agentes, quais são as suas disposições para realizar determinadas ações e como estas poderão interferir na configuração do campo.

O terceiro passo é a análise dos diferentes *habitus*. O *habitus* funciona como uma matriz geradora de percepção, apreciação e ação de cada agente, que foi internalizada pelas relações e estruturas sociais históricas de cada indivíduo e tem papel fundamental na realização de suas ações. Esse conceito é entendido como essencial para utilização do conceito de campo, já que este não pode ser uma “estrutura morta” e aquele é incompleto se não possui uma estrutura que o sustente (WACQUANT, 2005a, p. 47-48). O *habitus* possibilita aos agentes, que possuem disposições diversas de acordo com seu histórico de interações sociais, fazerem parte ativamente e modificarem constantemente as configurações dos campos nos quais estão.

Na formação de sua Teoria dos Campos, Bourdieu compreendeu que as relações sociais são dinâmicas, porém possuem algumas peculiaridades que garantem a sobrevivência ou a reprodução de determinadas práticas. Por exemplo, algumas características para constituição de um campo são comuns, como a existência de agentes, indivíduos, que, de alguma forma, disputam entre si

determinados tipos de poder ou capital, sejam econômicos, culturais, sociais ou simbólicos. Mas as formas e interesses pelas quais essas disputas ocorrem são particulares de cada campo, assim como as posições e disposições desses agentes e seus *habitus* (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 150).

Além dessas características gerais, chamadas de propriedades, Bourdieu expõe ainda de que forma um campo se constitui, quais são suas fronteiras e quais os aspectos que garantem sua existência. Por isso, é essencial o estudo de cada universo para compreender sua constituição (ou até que ponto está constituído), onde terminam seus efeitos e quem está inserido, ou não, dentro dele (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 155). Assim, não é possível uma resposta antecipada do que é ou não campo: é necessária a observação de cada universo específico para a compreensão de seus limites, sendo muitas vezes este aspecto uma das razões de lutas dos agentes que o constituem.

Sobre a possibilidade de extinção de determinado campo, Bourdieu vê essa situação possível somente quando as resistências são inexistentes, situação que não foi proporcionada nem mesmo pelos regimes mais totalitários ou instituições que almejavam esse fim, já que dificilmente os agentes não estarão envolvidos em disputas:

*Un campo puede funcionar sólo si encuentra individuos socialmente predispuestos a comportarse como agentes responsables, a arriesgar su dinero, su tiempo, en ocasiones su honor o su vida, para llevar adelante los juegos y obtener los beneficios que propone* (BOURDIEU, 1982. In: BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 157)<sup>9</sup>

Neste fragmento, estão evidenciadas as múltiplas predisposições que os indivíduos possuem para encontrarem-se constantemente em disputas ou lutas, por motivos diversos. Essa é uma propriedade essencial dos campos.

Após a compreensão das propriedades gerais e a consciência da existência de lógicas específicas dos campos, parte-se para uma compreensão das especificidades dos campos político, econômico e esportivo.

---

<sup>9</sup> “Um campo pode funcionar somente se encontrar indivíduos socialmente predispostos a se comportar como agentes responsáveis, a arriscarem seu dinheiro, seu tempo, em algumas ocasiões sua honra ou sua vida, para levar a diante os jogos e obter os benefícios que propõe”. (BOURDIEU, 1982. In: BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 157, tradução nossa).

### 2.2.1 O Campo Político

Ao tratar dos campos relacionados ao Estado, há a possibilidade de se pensar a constituição de um campo político ou burocrático. A gênese deste campo, para Bourdieu, ocorreu na transição do Estado dinástico para o Estado burocrático. No Estado dinástico, há uma grande concentração de capital simbólico na “casa do rei”, que progressivamente vai tendo seu poder descentralizado até tornar-se uma “oligarquia dinástica”. Nesse processo de longa duração, o aumento no número de agentes, forças e disputas que ocorrem para o monopólio de decisões ou “para o monopólio de manipulação legítima dos bens públicos” (BOURDIEU. In: WACQUANT, 2005b, p. 41) compõem um crescimento na cadeia de interdependências entre autoridades e responsabilidades, estabelecidas por princípios jurídicos, que formam o Estado burocrático.

O Estado burocrático, apesar de sua maior diferenciação, se constitui como uma instância superior a todas as outras por concentrar diferentes espécies de capital – econômico, militar, cultural, jurídico e simbólico. Para essa característica diferencial, Bourdieu considera que há a existência de um capital propriamente estatal denominado metacapital, que permite ao Estado um grande poder de intervenção e influência sobre os outros campos (BOURDIEU; WACQUANT, 2005). Neste aspecto, vê-se ainda a possibilidade de pensar o Estado como um metacampo, que determina as regras para os outros campos, sendo também um *locus* de disputas entre os dominantes desses outros campos (BOURDIEU. In: WACQUANT, 2005b).

Por isso, o Estado será interpretado como um conjunto de campos administrativos ou burocráticos no qual ocorrem lutas entre os agentes que irão legislar e regulamentar práticas diversas por meio de normas e políticas, e que possuirão, assim, o “monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 169).

Outra característica útil para este estudo colocada por Bourdieu é a existência da mão esquerda e mão direita do Estado. Esses termos seriam representativos de dois conjuntos distintos: a mão esquerda representa os agentes dos ministérios relacionados às políticas sociais; enquanto a mão direita é representada pelos

ministérios relacionados à economia, como os bancos e agentes dos gabinetes ministeriais, entre outros burocratas (BOURDIEU, 1998). Essas são as instituições e agentes que caracterizam as lutas principais dentro do campo político, no qual, sob a análise do capital econômico, a mão direita é dominante e a mão esquerda dominada, constantemente lutando entre si pela dominância sob análise do capital simbólico.

Sobre essas terminologias é interessante realizar uma abstração para localizar o esporte dentro desse universo.

Se pensarmos no campo político, o esporte é um subcampo componente da mão esquerda do Estado, tido muitas vezes como meio de “resolver as mazelas sociais” ao impedir a entrada ou retirar os jovens da dependência química ou da violência. Por isso, é comum vermos políticas de governo que utilizam deste discurso para implantar programas sociais esportivos cujos profissionais devem “exercer as funções ditas “sociais” – isto é, compensar, sem dispor de todos os meios necessários, os efeitos e carências mais intoleráveis da lógica do mercado”, exatamente como outros agentes da mão esquerda como “policiais e magistrados subalternos, assistentes sociais, educadores” (BOURDIEU, 2003, p. 218). Mesmo o esporte de alto rendimento, incluindo aí o esporte olímpico, pode ser observado como estando na mão esquerda do Estado quando, mesmo “sem dispor de todos os meios necessários”, as suas conquistas em grandes eventos internacionais são acompanhadas de discursos que enaltecem o esforço de cidadãos de uma nação, numa tentativa de resgatar o descrédito e a descrença de uma população com dificuldades múltiplas.

Porém, se pensarmos especificamente no subcampo político do Estado brasileiro para o esporte, o esporte profissional (incluindo o olímpico) estaria na mão direita enquanto o esporte na escola ou o esporte como prática de lazer localizam-se como a mão esquerda, sob o viés do capital econômico. Essa situação será melhor explorada no decorrer deste trabalho.

De forma preliminar, vê-se que o campo do esporte está numa posição dominada perante outros campos dentro do campo político. Porém, o esporte olímpico, como um dos dominantes no campo esportivo, busca uma posição de

dominância também no metacampo do Estado. Com esse subsídio teórico fornecido por Pierre Bourdieu, torna-se mais clara as relações que se estabelecem entre o Comitê Olímpico e o Governo Federal brasileiros.

Ainda assim, a compreensão do campo econômico também se faz necessária para observação de outros aspectos que são capazes de complementar essa primeira constatação, conforme será exposto a seguir.

### 2.2.2 O Campo Econômico

Apesar da tendência mundial da conversão das políticas estatais nacionais a alguns fundamentos da política neoliberal, Bourdieu ainda considera que o campo econômico é fortemente influenciado pelo campo burocrático (BOURDIEU, 2005c). As principais formas de influências seriam pelos:

*[...]efectos estructurales que ejercen las leyes presupuestarias, los gastos de infraestructura, en especial en el ámbito de los transportes, la energía, la vivienda, las telecomunicaciones, la (des)fiscalización de la inversión, el control de los medios de pago y de crédito, la formación de la mano de obra y la regulación de la inmigración, la definición y la imposición de las reglas del juego económico, como el contrato de trabajo [...]* (BOURDIEU, 2005c, p. 26)<sup>10</sup>

Por todas essas possibilidades de interferência, o Estado ainda tem a possibilidade de estimular e controlar a macroeconomia.

Os conceitos de Bourdieu visam a compreensão do campo econômico pela observação concomitante de outras dimensões sociais, se diferenciando, assim, do olhar mais tradicional que se tem sobre a economia.

O diferencial do campo econômico perante outros campos se dá pela busca explícita do aumento do lucro material individual, lógica que erroneamente costuma ser transferida para todas as outras esferas sociais. Ao mesmo tempo, a busca pelo lucro não suplanta outras lógicas do campo econômico. Este fator pode ser exemplificado quando observamos quais são os capitais relevantes para esses

<sup>10</sup> “[...]efeitos estruturais que exercem as leis orçamentárias, os gastos de infra-estrutura, em especial no âmbito dos transportes, energia, habitação, telecomunicações, a (não) fiscalização dos investimentos, o controle dos meios de pagamento e crédito, formação de mão de obra e a regulamentação da imigração, a definição e a imposição de regras do jogo econômico, como o contrato de trabalho [...]” (BOURDIEU, 2005c, p. 26, tradução nossa).



agentes: capital financeiro (atual ou potencial), tecnológico (científico e técnico), comercial (marketing), jurídico, organizacional e fortemente o capital simbólico (aqui demonstrado sob a forma de credibilidade e reconhecimento) (BOURDIEU, 2005d).

Outro aspecto que caracteriza o campo econômico é sua constituição por uma série de subcampos, normalmente denominados setores ou ramos industriais. Os agentes que os constituem são, dessa forma, as empresas com as quais os consumidores possuem “certa interação” (Ibidem, p. 24). E é a posse maior ou menor dos capitais supracitados que determina a posição das empresas e consequentemente a estrutura do campo, na qual as ações dos dominantes são capazes de alterar regras e limites do jogo.

Os dominantes, nomeados *first movers* ou *market leaders*, costumam agir com alteração de preços, lançamento de produtos, promoção, distribuição ou até utilizando-se do blefe, como forma de defesa e para que os dominados se posicionem tendo-os como parâmetro. Dessa maneira, intimidam os concorrentes e redobram o poder de seu capital simbólico. Aos dominados, os *challengers*, restam alternativas de especializar-se em lacunas de nichos de mercado deixadas pelos *market leaders*. Com a forte tendência no reforço da posição dos dominantes, as mudanças no campo normalmente surgem com “redefinições das fronteiras entre os campos”, como através da segmentação de determinado setor ou pela constituição de um novo espaço, fundido por tecnologias semelhantes (Ibidem, p. 39).

Existem outros intervenientes que podem afetar a mudanças no campo, como descobertas de fontes de abastecimento e mudanças na demanda pelas transformações demográficas ou dos estilos de vida. Estes são aspectos sociais que provocam lacunas favoráveis à ação dos *challengers*, que possuem maior mobilidade e possibilidade de adaptar-se a novas demandas frente às produções em grande escala dos *market leaders*.

Porém a inter-relação com o Estado, transcendente ao campo, é talvez o mais importante fator que pode transformar as forças do campo econômico. As intervenções estatais provocam modificações fundamentais para o jogo, como a capacidade de alterar ou construir oferta e demanda, como no caso do mercado de

habitações estudado por Bourdieu. Essas intervenções normalmente surgem por pressão dos dominados através da utilização de seu capital social.

Esses aspectos e possibilidades de mudança no campo são constituintes do *habitus* dos agentes envolvidos no campo econômico, juntamente com as noções econômicas construídas historicamente por cada indivíduo. Essa noção refuta a ideia do “*homo economicus*”, conceito que universaliza e explica as ações econômicas dos indivíduos como simples reação imediata a um estímulo.

Numa apropriação dessa inter-relação economia e Estado, pensando no campo esportivo, temos uma relação histórica do presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, e instâncias estatais pelas quais, com a influência de seu capital social, já houve intervenção para mudanças em leis que favoreceram o patrocínio aos clubes de voleibol em 1981 (MARCHI JÚNIOR, 2001). Talvez, mais recentemente, essa representatividade pode ter auxiliado na criação e aprovação de leis como a Agnelo-Piva e a lei de incentivo ao esporte, que serão tratadas nos capítulos 2 e 3.

Para a observação da existência de empresas as quais poderíamos considerar *market leaders* ou *challengers* no campo esportivo, estenderíamos a discussão por campos que não pretendemos explorar aqui. Porém, podemos entender a posição no campo econômico brasileiro e mundial de algumas empresas que patrocinaram o Comitê Olímpico Brasileiro<sup>11</sup> e as estatais patrocinadoras de Confederações Brasileiras. Da realidade atual, as empresas dividem-se em dois grupos: empresas com capital majoritariamente estatal e empresas privadas.

Das seis empresas com capital majoritariamente estatal (Caixa Econômica Federal, Eletrobrás, Petrobras, Infraero, Correios e Banco do Brasil), observa-se que a maioria busca sua manutenção como *market leader* em território brasileiro, sendo que uma (Petrobras) possui capital atual e potencial mais evidente para estender sua posição dominante no contexto internacional.

Utilizamos o termo empresas com capital estatal (ou público) como referência tanto às empresas estatais (controladas pelo Estado) como as sociedades de

---

<sup>11</sup> A compreensão desses posicionamentos é facilitada pelo estudo anterior dos objetivos com o patrocínio aos Jogos Pan-Americanos Rio 2007, o qual se estende ao COB para o ciclo olímpico de 2005-2008. ALMEIDA, Bárbara Schaustek. **O Patrocínio Esportivo nos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007 - um estudo de caso**. 2007. 51f. Monografia (Bacharelado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

economia mista (que tem a concorrência de capital público e privado)<sup>12</sup>. Dessa forma, para compreender a situação de *market leader* dessas empresas é preciso diferenciar os casos de monopólio de serviços estatais (como Correios, Eletrobrás e Infraero) e das empresas que estão em concorrência de mercado (como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal). Nesse ponto, carecem pesquisas acadêmicas que questionem as reais intenções das empresas detentoras de monopólio de serviços ao patrocinarem as confederações brasileiras.

Das quatro empresas privadas que patrocinaram o COB de 2005 a 2008, somente uma, que é uma empresa nacional (Sadia), pode ser classificada como *market leader* no território brasileiro. Outras duas (Oi e Sol), multinacionais, são *challengers* no mercado nacional, porém estão melhores estabelecidas no mercado internacional. A quarta, que também é empresa nacional (Olympikus), pode ser caracterizada como *challenger* tanto no mercado nacional quanto internacional.

A única confederação brasileira (a de futebol) que não é patrocinada por empresas estatais possui três patrocinadores oficiais<sup>13</sup>: uma empresa nacional (Itaú) que numa recente fusão se tornou *market leader* no hemisfério sul; uma empresa multinacional (Vivo) que é *market leader* nacional e internacional; e outra empresa também multinacional (Nike), fornecedora de artigos esportivos, que é *market leader* nacional e internacional.

Aqui pudemos observar as diferentes estratégias que empresas do campo econômico utilizam com o patrocínio ao esporte no Brasil. Na modalidade mais visível internacionalmente e que possui como capital simbólico a característica de melhor do mundo, várias empresas multinacionais, que também são bem estabelecidas no mercado internacional, têm interesse no patrocínio. Modalidades com menor expressão internacional, porém com importância dentro do contexto brasileiro, têm o apoio de empresas estatais. Já para o patrocínio do COB o interesse surge de empresas estatais e empresas privadas que buscam se estabelecer no mercado nacional.

---

<sup>12</sup> Essa diferenciação está presente no Decreto-lei nº 900 de 29 de setembro de 1969 (BRASIL, 2004a).

<sup>13</sup> CBF anuncia contrato de patrocínio com Itaú de cerca de R\$200 milhões. **Folha Online**, São Paulo, 20 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u459031.shtml>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

Dessa maneira, temos alguns indícios de como se estabelece, sob o ponto de vista econômico, algumas disputas do campo esportivo. A seguir, trataremos da constituição deste campo também sob outros aspectos.

### 2.2.3 O Campo Esportivo

Anteriormente já foram descritas algumas possibilidades de compreensão do campo esportivo a partir de seis diferentes subcampos (MARCHI JÚNIOR; AFONSO, 2007). Porém, a delimitação e a composição desses subcampos são variáveis, tornando seu contorno epistemológico por si um objeto específico de disputa do campo (problema estendido também aos campos da Educação Física e do Lazer). Apesar das discussões sobre o conceito se encaminharem para um entendimento polissêmico do termo, não há consenso sobre sua real origem.

Bourdieu vai compreender a gênese do esporte moderno, a partir da mudança de significado e função dos jogos dentro das escolas de elite da Inglaterra. Essas transformações ocorreram visando a “não funcionalidade” e a vanglória da distância aos interesses materiais que essas práticas passaram a assumir. Tais características, presentes também nas transformações realizadas por essa classe na arte e na música, são complementadas no esporte com a repercussão de virtudes como a coragem e a virilidade dos seus praticantes (BOURDIEU, 1983).

As virtudes elitistas associadas ao esporte estão diretamente relacionadas com a gênese do movimento olímpico. O amadorismo foi zelado por muito tempo dentro dos Jogos Olímpicos. Mas percebemos que a competição, o avanço dos meios de comunicação, os treinamentos e o avanço farmacológico foram sobressalentes aos ideais amadores anteriores. Hoje se vê a continuidade na exaltação das virtudes principalmente físicas dos atletas, porém bastante diferenciadas em decorrência do profissionalismo que passou a incorporar o campo esportivo.

A passagem do amadorismo para o profissionalismo no Movimento Olímpico, que é evidenciado hoje dentro do esporte profissional e de rendimento, só foi possível a partir de forte investimento financeiro e o vislumbre de retorno proporcional. É neste ponto que vemos o desenvolvimento dos meios de

comunicação como essencial para viabilizar retorno financeiro aos investidores e possibilitar assim a profissionalização esportiva. Foi também a partir desse processo que um grupo diferenciado surgiu: o consumidor de espetáculos esportivos.

Existem aspectos comuns entre o surgimento de um grupo de consumidores de espetáculos no esporte e em outras áreas, como a dança. Observa-se que há um processo diferenciando os praticantes em profissionais e amadores, sendo que estes, num primeiro momento, são praticantes e apreciadores com certo grau de conhecimento prático; mas, posteriormente, há uma ruptura e esse grupo passa a ser composto apenas por espectadores – processo especialmente intensificado pelas transmissões televisivas. Nesta categoria, muitas vezes o consumo se dá pelos aspectos extrínsecos, como a plástica dos movimentos ou simplesmente o resultado, quando não há uma vivência e um conhecimento mais aprofundado daquela prática (BOURDIEU, 2004, p. 218).

Com isso, têm-se o surgimento da indústria do espetáculo esportivo com intenções lucrativas que são alcançáveis com “um pessoal técnico especializado e de uma verdadeira gerência científica, capaz de organizar racionalmente o treinamento e a manutenção do capital físico dos profissionais” (BOURDIEU, 1983, p. 145), pensando não só nos atletas, mas também nos profissionais que atuam em outros quesitos como a organização e gestão do esporte.

A distinção social, buscada pelas elites na gênese do esporte moderno, continua presente no campo das práticas esportivas e caracteriza, em parte, as formas pelas quais se darão as lutas: pela tentativa do “monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva” (BOURDIEU, 1983, p. 142). Observa-se uma disputa entre agentes e instituições que terão o poder de classificar quais as práticas podem ser consideradas pertencentes ao campo e quais devem ser suas funções, como, por exemplo, acerca do amadorismo *versus* profissionalismo, prática *versus* consumo, esporte elitizado *versus* esporte massificado. O COI é uma entidade que atualmente se destaca como detentor desse monopólio porque, ao ter o poder de gerenciar as modalidades

presentes nos Jogos Olímpicos de verão e inverno, inclui ou exclui determinadas práticas do cenário esportivo mundial<sup>14</sup>.

O envolvimento e a mobilização popular fazem do esporte, desde o século XIX, um meio potencial de conquista política e simbólica, principalmente do público jovem. Porém, a utilização do esporte como meio de promoção política se dá de forma dissimulada, sendo que “o reconhecimento e a ajuda por parte do Estado aumentam juntamente com a aparente neutralidade das organizações esportivas” e seus responsáveis, no qual se busca acúmulo ou manutenção de capital simbólico que possa ser revertido em poder político (BOURDIEU, 1983, p. 146-7).

Aqui temos um importante ponto para reflexão dentro da proposta de pesquisa. Se, desde o século XIX, o esporte vem sendo utilizado como um meio de promoção política, hoje, com o aumento da visibilidade e acesso às informações relacionadas ao esporte, essa promoção é maximizada. Tal fato é relevante tanto para os agentes esportivos quanto políticos que, de acordo com seus interesses, podem favorecer determinados esportes em detrimento de outros, justamente pela quantificação do retorno simbólico desse investimento.

As modalidades incluídas nos Jogos Olímpicos são aquelas que possuem maior visibilidade midiática mundial e grande interesse do público, onde o sucesso dos atletas é quantificado pelas suas conquistas e o sucesso da nação pelo posicionamento no ranking de medalhas<sup>15</sup>. Os dirigentes esportivos e políticos ligados ao esporte costumam estar presentes nesses momentos de conquista, trazendo para si a boa imagem de “responsável pelo sucesso”. Na verdade, a conquista de uma medalha em campeonatos mundiais ou em uma edição dos Jogos Olímpicos pode não representar um projeto político-esportivo bem sucedido. Porém, o simbolismo da medalha e o nacionalismo que essa imagem representa são suscetíveis de conversão em capital político, numa proporção de alcance nacional e

---

<sup>14</sup> A inclusão de modalidades nos Jogos Olímpicos de Verão e Inverno se dá pela proposta do comitê executivo do COI. As propostas devem respeitar diversos critérios estabelecidos na carta olímpica, para que sejam escolhidas as modalidades através de votação em sessões que incluem também as Federações Internacionais (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2007).

<sup>15</sup> Apesar do Comitê Olímpico Internacional não considerar essa contagem, a imprensa mundial acompanha durante todos os Jogos Olímpicos o desempenho dos países e os classifica pela quantidade de medalhas de ouro ou total de medalhas. Aqueles que possuem melhor desempenho são tidos como as potências olímpicas e seus modelos de gestão esportiva costumam ser referência para os outros países.

internacional, diferentemente do investimento em outras manifestações de esporte (escolar, lazer e saúde/qualidade de vida), que teriam um alcance local ou regional. Bourdieu (1997) indica que esse processo pode ter sido intensificado pelas transmissões televisivas, que reafirmam determinadas características observadas no esporte hoje:

Seria preciso enfim analisar os diferentes efeitos da intensificação da competição entre as nações que a televisão produziu através da planetarização do espetáculo olímpico, como o aparecimento de uma política esportiva dos Estados orientada para os sucessos internacionais, a exploração simbólica e econômica das vitórias e a industrialização da produção esportiva que implica o recurso ao doping e a formas autoritárias de treinamento. (BOURDIEU, 1997, p. 126)

Sobre esse processo de orientação esportiva para os sucessos internacionais e o recolhimento do prestígio advindo de vitórias, parece-nos que o esporte e a política brasileiros não estão alheios. Essa possibilidade parece ser um importante aspecto que nos auxiliará a responder a pergunta problema dessa pesquisa.

A dificuldade na construção e aplicação de políticas públicas para a área está diretamente relacionada às suas características polissêmicas, mas principalmente à visibilidade política que determinados esportes proporcionam em detrimento de outros. Esses aspectos serão tratados no capítulo seguinte, onde se observará que a proposta de uma divisão do esporte estanque desde a década de 1980, juntamente com a manutenção dos interesses dos dominantes do campo esportivo, até hoje regem as políticas brasileiras para a área.

### 3 O SUBCAMPO DA POLÍTICA PARA O ESPORTE OLÍMPICO BRASILEIRO

O esporte foi constitucionalizado no Brasil pela Constituição Federal de 1988, após a pressão de alguns setores esportivos que contribuíram para o conteúdo de seu texto (VERONEZ, 2005). Essa primeira iniciativa, ainda em vigor, possui normativas amplas, sendo criadas diversas outras leis infraconstitucionais mais específicas para regulamentar determinados subcampos esportivos, principalmente daqueles cujos dirigentes possuem maior capital político.

Sem desconsiderar a existência de leis anteriores que regulavam o esporte<sup>16</sup>, o foco aqui será dado na legislação em vigor atualmente no Brasil que trata o financiamento do esporte de alto rendimento. Veremos a seguir os textos da Constituição Federal de 1988 e as principais leis relacionadas ao esporte olímpico. Na seleção do material a ser analisado, buscamos as leis que estão em vigor no país e que de alguma forma orientam o financiamento ou regulação do esporte olímpico<sup>17</sup>. Através da observação da legislação, pretendemos compreender os objetivos pelos quais as políticas públicas foram e estão sendo criadas nesse subcampo, percebendo aí a posição do esporte olímpico no campo esportivo e a influência de seus dominantes no campo político.

#### 3.1 O ESPORTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

O esporte é abordado no artigo 217 do texto da constituição de 1988, no Título VIII – DA ORDEM SOCIAL, Capítulo III – DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO, Seção II – DO DESPORTO, com o seguinte texto:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

---

<sup>16</sup> Referimo-nos principalmente aos Decretos-lei da década de 1930 (378/37; 1.056/39 e 1.099/39) para administração de atividades relacionadas à Educação Física; da década de 1940 (3.199/41; 9.267/42; 5.342/43; 7.674/45 e 7.875/46) que regularizavam, principalmente, as ações do Conselho Nacional de Desportos entre outras providências; e da década de 1960 e 1970, que seguiam modelos europeus de massificação para seleção dos melhores. Para maiores detalhes, ver Linhales (1996) e Veronez (2005).

<sup>17</sup> O esporte olímpico pode ser entendido como sob a terminologia “esporte rendimento” dentro da lei nº 9615/1998, que interpreta o campo esportivo em mais outras duas manifestações: esporte participação e esporte escolar.



II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

Retomando o objetivo principal desse capítulo, vemos que a abordagem do esporte olímpico se insere mais especificamente no inciso I e II.

No inciso I, observa-se que as entidades esportivas podem ter sua organização e seu funcionamento de forma autônoma. Assim, vê-se que não há uma especificação jurídica federal de como essas instituições devem ser gerenciadas. Porém, essa liberdade não pode ser confundida com soberania, já que elas também podem ser controladas e alvo de investigação, principalmente quando recebem aporte financeiro público ou quando há suspeitas de utilização para fins ilegais (como a corrupção).

Sobre as questões de financiamento, o inciso II já menciona a obrigação de destinação prioritária ao desporto<sup>18</sup> educacional, embora possam existir casos específicos de destinação ao alto rendimento. Observam-se aqui algumas lacunas, como a falta de especificação do que é o desporto educacional (por exemplo, uma competição, com eliminatórias e finais entre escolares de todo o país se caracteriza como desporto educacional ou alto rendimento?) e quais seriam os casos específicos para a destinação de recursos ao desporto de alto rendimento.

Vê-se aqui que, apesar da importância dessa primeira iniciativa de inclusão do esporte na legislação no país, ainda muitos pontos ficaram abertos ou pouco explorados na Constituição Federal. Por isso, inúmeras outras leis foram criadas, visando a regulamentação desse campo com abordagens mais específicas. A seguir, veremos algumas delas.

<sup>18</sup> O termo “desporto” foi utilizado na Constituição Federal como no português de Portugal (VERONEZ, 2005). Aqui, utilizaremos esse e outros termos de acordo com o texto da lei que está sendo observada.

## 3.2 AS LEIS INFRACONSTITUCIONAIS RELACIONADAS AO ESPORTE OLÍMPICO

As normativas subsequentes à Constituição Federal buscam preencher lacunas de necessidades e exigências de determinados subcampos esportivos que visivelmente têm maior poder, como o Comitê Olímpico Brasileiro e a modalidade futebol, mas que trazem consigo anseios de outras modalidades.

Nos próximos subitens, será possível observar pelo conteúdo das leis como determinados interesses são atendidos, principalmente no que se refere ao financiamento do esporte de alto rendimento.

A seguir, serão apresentadas, em ordem cronológica de aprovação, quatro leis tidas como principais para o assunto aqui discutido: Lei Pelé (lei nº 9.615/1998), Lei Agnelo-Piva (lei nº 10.264/2001), Bolsa Atleta (lei nº 10.891/2004) e a Lei de Incentivo ao Esporte (lei nº 11.438/2006).

### 3.2.1 Lei Pelé

A lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 foi criada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e é comumente designada como Lei Pelé porque o ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento (Pelé) era o então ministro extraordinário do esporte desde 1995. Tendo como objetivo “instituir normas gerais sobre desportos e dar outras providências”, essa lei veio em substituição a lei nº 8.672/1993, conhecida como Lei Zico, quando também um ex-jogador de futebol, neste caso Arthur Antunes Coimbra, estava no cargo de secretário de esporte no governo do então presidente Fernando Collor de Melo. Apesar de a lei Pelé propor a substituição à lei Zico, Veronez (2005, p. 305) nos chama a atenção sobre as poucas mudanças decorrentes.

Se observarmos com atenção as duas leis que se propuseram a modernizar o esporte no Brasil, vamos perceber que 30 artigos são exatamente iguais ou com diferenças pouco significativas; 13 são semelhantes, mas sua transcrição é diferente; 12 são substancialmente diferentes; 18 receberam modificações pela Câmara Federal em relação ao projeto original.

Acrescente-se a essa conta os 23 artigos referentes ao bingo, no caso da Lei 9.615/1998.

Dessa maneira, o novo texto, dividido em 11 capítulos, normatizou as práticas esportivas quanto seus princípios, natureza, finalidades, organização, jurisdição, financiamento, funcionamento de bingos, entre outras disposições gerais. O texto atual sofreu inúmeras mudanças pelas leis nº 10.672/2003, 9.981/2000, 11.118/2005, e também pela lei nº 10.264/2001 na qual iremos nos aprofundar no próximo subitem.

A Lei Pelé regulamenta a Constituição Federal de 1988 quando esta trata o esporte.

O primeiro capítulo já traz a diferenciação, inexistente na Constituição Federal, sobre o entendimento das práticas esportivas como atividades formais (regradas) e não-formais (lúdicas). Quanto à compreensão das diferenças entre os três tipos de manifestações esportivas (educacional, participação e rendimento), temos uma classificação no Capítulo III – “Da natureza e das finalidades do desporto”, Artigo 3º:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 2000) (BRASIL, 1998)

Essa classificação demonstra a dificuldade de dividir as manifestações do esporte, ao mesmo tempo em que evidencia sua conectividade. Se relembrarmos

nosso questionamento anterior sobre se uma competição, com eliminatórias e finais entre escolares de todo o país se caracteriza como desporto educacional ou alto rendimento, veremos que não é possível definir a partir do artigo acima, já que, utilizando as palavras da própria lei, apesar da “seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes”, que deve ser evitada no desporto educacional, esse tipo de competição é uma forma de “integrar pessoas e comunidades do País” de acordo com “regras de prática desportiva, nacionais e internacionais”, conforme a descrição do desporto de rendimento. Por isso, é possível perceber que, embora tenham sido alcançados parâmetros para comparação, a polissemia do esporte ainda não conseguiu ser objetivada nessa lei de uma forma satisfatória para impedir compreensões ambíguas e atuações com determinadas intencionalidades.

Além de elencar 12 princípios fundamentais do desporto (soberania, autonomia, democratização, liberdade, direito social, diferenciação, identidade nacional, educação, qualidade, descentralização, segurança e eficiência) no capítulo II – “Dos princípios fundamentais”, houve, pela Lei nº 10.672/2003, o acréscimo do seguinte parágrafo:

Parágrafo único. A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios:  
I - da transparência financeira e administrativa;  
II - da moralidade na gestão desportiva;  
III - da responsabilidade social de seus dirigentes;  
IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional; e  
V - da participação na organização desportiva do País. (BRASIL, 1998)

Esse parágrafo é mais um caso de prerrogativas que, por não possuir indicativos de regulamentação ou por não se tratar de uma exigência, parecem não serem cumpridas. Essa situação, aliada ao fato de que as entidades esportivas serem instituições privadas, assegura a omissão de informações e a dificuldade de penetração do campo político no campo esportivo quando se trata do cumprimento da legislação civil.

Por isso, podemos questionar se o termo “autonomia”, ou seja, a faculdade de se governar pelas próprias leis, não está sendo confundido com “soberania”, um poder que garante superioridade, ou ainda “anomia”, que é a ausência de regras ou

a sua não observância. Ou ainda se o entendimento de que governar-se pelas próprias leis significa não se deixar governar pelas demais regras sociais.

Do Capítulo IV – “Do sistema brasileiro do desporto”, as seções I e II trataremos no próximo subcapítulo, já que as informações são correspondentes a estrutura e funcionamento do Ministério do Esporte. Já na seção III, há um artigo relacionado diretamente ao COB:

Art. 9o Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB, para treinamento e competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais.  
 § 1o Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-Americanos, a renda líquida de um segundo teste da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB, para o atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos.  
 § 2o Ao Comitê Paraolímpico Brasileiro serão concedidas as rendas líquidas de testes da Loteria Esportiva Federal nas mesmas condições estabelecidas neste artigo para o Comitê Olímpico Brasileiro-COB.  
 (BRASIL, 1998)

Buscamos maiores informações sobre esse artigo mas nada foi encontrado. Embora esse artigo apareça como em vigor, não foi encontrada nenhuma menção sobre quais teriam sido os testes da loteria esportiva federal.

Diferentemente da Lei Agnelo-Piva, aqui não há a exigência de prestação de contas e auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o que dificulta o acompanhamento dos valores repassados. Quando tratarmos da Lei Agnelo-Piva, mostraremos que há uma diferença entre os valores apresentados pela Caixa Econômica Federal e pelo COB, que pode ser resultante do artigo dessa lei.

Já na seção IV “Do Sistema Nacional do Desporto”, o artigo 13 nomeia os órgãos responsáveis pela administração do esporte no país, colocando o COB como primeiro da lista, seguido respectivamente pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro; entidades nacionais e regionais de administração do esporte; ligas nacionais e regionais e as demais entidades de prática esportiva, filiadas ou não às anteriores.

Nos artigos 14 e 15 seguintes dessa seção, o texto continua colocando alto grau de importância à entidade dentro do sistema esportivo nacional, assegurando também o direito de utilização e defesa das “propriedades olímpicas”:

Art. 14. O Comitê Olímpico Brasileiro-COB e o Comitê Paraolímpico Brasileiro, e as entidades nacionais de administração do desporto que lhes

são filiadas ou vinculadas, constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto, ao qual se aplicará a prioridade prevista no inciso II do art. 217 da Constituição Federal, desde que seus estatutos obedeçam integralmente à Constituição Federal e às leis vigentes no País.

Art. 15. Ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB, entidade jurídica de direito privado, compete representar o País nos eventos olímpicos, pan-americanos e outros de igual natureza, no Comitê Olímpico Internacional e nos movimentos olímpicos internacionais, e fomentar o movimento olímpico no território nacional, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, bem como com as disposições estatutárias e regulamentares do Comitê Olímpico Internacional e da Carta Olímpica.

§ 1º Caberá ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB representar o olimpismo brasileiro junto aos poderes públicos.

§ 2º É privativo do Comitê Olímpico Brasileiro – COB e do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPOB o uso das bandeiras, lemas, hinos e símbolos olímpicos e paraolímpicos, assim como das denominações "jogos olímpicos", "olimpíadas", "jogos paraolímpicos" e "paraolimpíadas", permitida a utilização destas últimas quando se tratar de eventos vinculados ao desporto educacional e de participação. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 2000)

§ 3º Ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB são concedidos os direitos e benefícios conferidos em lei às entidades nacionais de administração do desporto.

§ 4º São vedados o registro e uso para qualquer fim de sinal que integre o símbolo olímpico ou que o contenha, bem como do hino e dos lemas olímpicos, exceto mediante prévia autorização do Comitê Olímpico Brasileiro-COB.

§ 5º Aplicam-se ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, no que couber, as disposições previstas neste artigo. (BRASIL, 1998)

No artigo 14, quando há a referência ao inciso II do artigo 217 da Constituição Federal, precisamos recordar que é nesse inciso que a questão do financiamento do esporte é tratada. Sendo o COB uma entidade que compõem o “subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto”, colocado como o primeiro da lista conforme vimos no artigo 13, podemos interpretar que esta lei, e especificamente esse artigo, coloca o COB como prioritário no recebimento de recursos públicos.

Já o artigo 15 tem um texto que delega ao COB a responsabilidade com relação ao movimento olímpico no país. As prerrogativas desse artigo estão em concordância com a Carta Olímpica, garantindo a proteção estatal pela utilização dos símbolos olímpicos. Isso preserva a autoridade e o direito de utilização da valiosa marca olímpica ao COB, e consequentemente, ao COI.

Ainda tratando com grande importância o poder do COB, o artigo 18 traz o seguinte texto:

Art. 18. Somente serão beneficiadas com isenções fiscais e repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta, nos termos do

inciso II do art. 217 da Constituição Federal, as entidades do Sistema Nacional do Desporto que:

- I - possuírem viabilidade e autonomia financeiras;
  - II - apresentarem manifestação favorável do Comitê Olímpico Brasileiro-COB ou do Comitê Paraolímpico Brasileiro, nos casos de suas filiadas e vinculadas;
  - III - atendam aos demais requisitos estabelecidos em lei;
  - IV - estiverem quites com suas obrigações fiscais e trabalhistas.
- (BRASIL, 1998)

Sobre esse item, é importante pensarmos que o poder delegado ao COB permite o controle sobre as demais confederações, já que são entidades filiadas e vinculadas, acerca de se mostrar favorável ou não aos benefícios de isenção fiscal e recebimento de recursos públicos. Nesse sentido, refletimos, por exemplo, sobre a manutenção nos cargos de chefia do COB. Ainda que ocorram eleições com a participação dos presidentes de confederações, o artigo 18 dessa lei fortalece a dependência das entidades filiadas e o poder do COB, representado pelo seu presidente que se mantém no cargo desde 1995. Dessa forma, a possibilidade de perpetuação no cargo e a manutenção nas posições dominantes e dominadas no subcampo do esporte olímpico brasileiro são reforçadas pela própria legislação.

O atual texto da Lei Pelé sofreu inúmeras modificações e outras vêm sendo propostas, principalmente quanto aos capítulos seguintes que não discutimos aqui, que tratam especificamente do futebol. Porém, uma importante modificação para o objeto que estamos tratando aqui foi a Lei Agnelo-Piva (Lei nº 10.264/2001), que incluiu incisos e parágrafos ao artigo 56, garantindo uma fonte de financiamento permanente para o COB, conforme trataremos a seguir.

### 3.2.2 Lei Agnelo-Piva

A lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 se efetivou a partir da proposição do senador Pedro Piva (do partido PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira - de São Paulo, mesmo partido do presidente da república da época, Fernando Henrique Cardoso). No ano de 2003, quando assumiu a pasta do esporte o ministro Agnelo Queiroz (do partido PC do B - Partido Comunista do Brasil -, partido aliado ao PT - Partido dos Trabalhadores - do presidente Luiz Inácio Lula da Silva), a lei passou a ser chamada Agnelo-Piva pelo COB e parte da imprensa brasileira. Segundo Pedro

Piva, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, na época o senador Agnelo Queiroz também tinha um projeto semelhante, mas que não seria aprovado no governo de Fernando Henrique Cardoso pela divergência entre os partidos (VICTOR; ASSUMPÇÃO, 2003). Esses embates político-partidários fomentam discussões sobre aspectos de visibilidade política, como a presença ou ausência de autoridades em solenidades para atletas campeões, mas também sobre pontos mais graves, como quando ocorrem denúncias de má utilização de dinheiro público ou de repasse as essas entidades<sup>19</sup>.

Vemos claramente aqui que as disputas do campo político, nesse caso entre os partidos governistas e não governistas, superam as questões do campo esportivo, tornando-as secundárias. Assim, indiferentemente do propósito comum entre os dois senadores, o que valeu nessa disputa foi a solicitação de aprovação por um senador aliado ao governo federal na época. Quando houve a mudança de governo, inverteram-se as posições e o que antes era dominado passou a ser dominante, conseguindo inserir seu nome no “apelido” da lei e obter notoriedade por ela.

Embora as questões político-partidárias que envolvem as leis esportivas não sejam aqui o foco do estudo, julgamos relevante esse caso específico como exemplificação para compreender que o entendimento do campo esportivo não se restringe a si mesmo, visto que existem também as relações políticas internas que o permeiam.

Partindo para a compreensão da lei, observa-se que ela acrescenta incisos e parágrafos a lei nº 9.615 de 1998, abordada anteriormente, em seu artigo 56, que trata do financiamento do desporto. Dessa forma, o artigo 56, com as alterações da Lei Agnelo-Piva, tem o seguinte conteúdo:

#### CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS PARA O DESPORTO

---

<sup>19</sup> O ano de 2003 foi frutífero nesses dois pontos, quando a delegação brasileira medalhista nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo foi recebida no palácio do governo (e Pedro Piva lamenta a falta de convite senão pelos atletas), mas a viagem para aquele evento pelo ministro Agnelo Queiroz tornou-se polêmica, pela acusação de utilização de dinheiro do Ministério do Esporte e do COB. Essa problemática foi acentuada pela forte relação pessoal entre o então ministro e o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman (VICTOR; ASSUMPÇÃO, 2003).



Art. 56. Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

- I - fundos desportivos;
- II - receitas oriundas de concursos de prognósticos;
- III - doações, patrocínios e legados;
- IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares;
- V - incentivos fiscais previstos em lei;
- VI - dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios.(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

VII - outras fontes. (Renumerado pela Lei nº 10.264, de 2001)

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput, oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União.(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

§ 2º Dos totais de recursos correspondentes aos percentuais referidos no § 1º, dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário.(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

§ 3º Os recursos a que se refere o inciso VI do caput:(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

I - constituem receitas próprias dos beneficiários, que os receberão diretamente da Caixa Econômica Federal, no prazo de dez dias úteis a contar da data de ocorrência de cada sorteio;(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

II - serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos.(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

§ 4º Dos programas e projetos referidos no inciso II do § 3º será dada ciência aos Ministérios da Educação e do Esporte e Turismo.(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

§ 5º Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro em decorrência desta Lei.(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001) (BRASIL, 2001a).

As principais alterações provocadas pela Lei Agnelo-Piva consistem em regulamentar o repasse de 2% da arrecadação das loterias federais ao COB e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), além de regulamentar de que forma esse repasse será realizado, onde tais recursos devem ser aplicados e quem são os responsáveis pela sua fiscalização.

Apesar da referência inicial à Constituição Federal, o repasse de recursos não é prioritário ao desporto educacional (visto que somente a soma de 15% do valor repassado deve ser investida no desporto educacional e universitário) como é exigido no inciso II daquele texto: “a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional”. Porém, a segunda parte desse mesmo inciso, “e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento”, possibilita a criação de exceções à primeira sentença, como é o caso da Lei Agnelo-Piva, o que parece ter permitido sua aprovação e aplicação.

Até onde pudemos observar, os recursos repassados por exigência da Lei Agnelo-Piva são a maior fonte de recursos financeiros que o Comitê Olímpico Brasileiro possui. Os valores repassados de acordo com essa lei, desde sua implantação até as últimas informações disponíveis, estão demonstrados no gráfico abaixo.

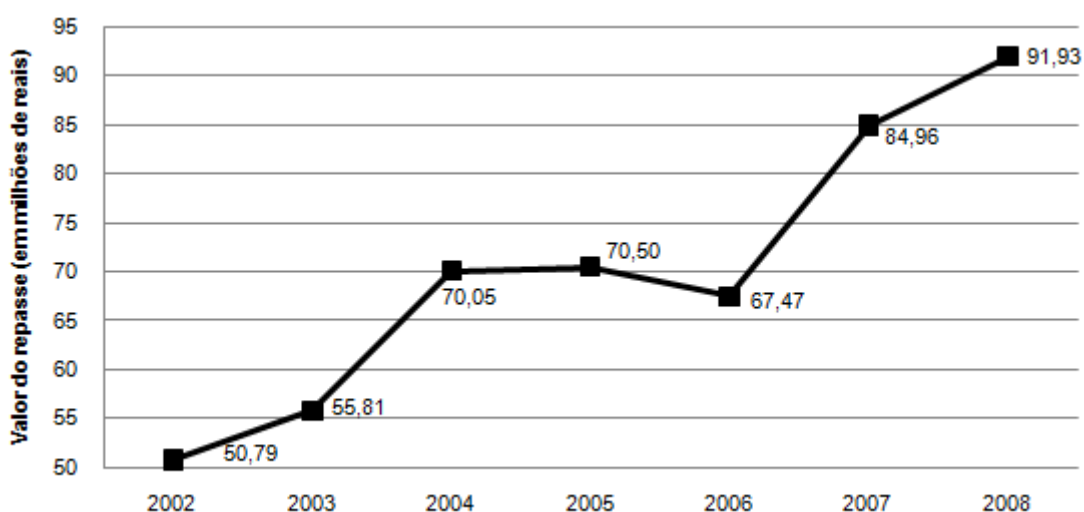


GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DOS VALORES ADMINISTRADOS PELO COB PROVENIENTES DA LEI AGNELO-PIVA, EM MILHÕES DE REAIS - 2002-2008

FONTE: A autora (2010)

NOTA: Dados retirados dos relatórios do COB de 2003 a 2008 (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2003, 2004c, 2005, 2006, 2007, 2008c).

Durante o período de prevalência da Lei Agnelo-Piva, de acordo com o gráfico, é possível notar que a tendência é a um aumento anual do valor repassado ao COB, com exceção da queda no ano de 2006. De 2006 a 2008, é possível observar um aumento bastante expressivo, mas é importante ressaltar que sua

decorrência é por um aumento na arrecadação das loterias de modo geral e não no repasse ao COB. Por isso, as variações dos valores recebidos pelo COB seguem a mesma tendência das variações na arrecadação das loterias pela Caixa Econômica Federal (CEF), como é possível verificar na figura abaixo:

R\$ Bilhões

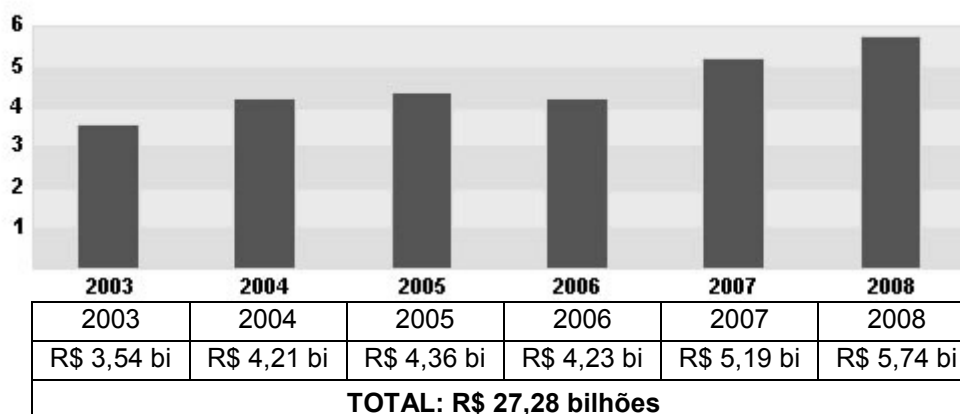


FIGURA 1 - VALORES ARRECADADOS ATRAVÉS DAS LOTERIAS FEDERAIS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – 2003-2008

FONTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (2009c).

NOTA: A tabela abaixo da figura foi inserida pela autora (2010).

Por essa figura, é possível perceber que as curvas entre os valores arrecadados e repassados são compatíveis. Isso demonstra que o montante recebido pode ser influenciado tanto pela criação como pela destituição de qualquer modalidade de loteria, o que aumenta a diversidade de campos intervenientes e de intervenção no/do COB sobre os aspectos relacionados ao seu financiamento.

A política adotada pelo COB para aplicação desses recursos se dá de acordo com o § 3º, inciso II da Lei Agnelo-Piva, cujos dados estão também na Instrução Normativa 039/2001 do TCU, órgão federal responsável por fiscalizar a utilização desse recurso. Nesses documentos constam que, além da aplicação de 10% dos recursos em esporte escolar e 5% em esporte universitário, os recursos restantes (85%) devem ser aplicados em seis ações: (1) programas e projetos de fomento (candidaturas para eventos internacionais, aquisição de equipamentos e materiais, administração de unidades como centros, museu e academia olímpicos); (2) manutenção da entidade; (3) formação de recursos humanos (realização e participação em eventos técnicos); (4) preparação técnica (infraestrutura,

contratação e remuneração); (5) manutenção de atletas (pagamento de despesas diversas); (6) organização e participação em eventos esportivos (realização e participação em treinamentos e competições nacionais e internacionais) (BRASIL, 2001b).

Essas informações estão presentes no relatório construído anualmente pelo COB e divulgado em seu endereço eletrônico na internet como exigência de prestação de contas anual sobre a verba recebida, comumente sob o título “Demonstração da aplicação de recursos provenientes da Lei Agnelo-Piva”.

Porém, antes de partirmos para a análise dos dados em si, é preciso destacar que essas informações foram extraídas dos relatórios anuais dos anos de 2006, 2007 e 2008.

Como não tivemos o acesso dos dados do relatório de 2005, utilizamos as informações presentes no relatório de 2006, onde há comparações entre os dois anos. Essa limitação dificultou a exposição completa de algumas das informações que constam nos relatórios dos anos seguintes, como os montantes que foram efetivamente gastos no esporte escolar e universitário, além do saldo em caixa para aquele ano.

Especificamente no relatório de 2008, foram observadas grandes mudanças na disposição das informações, quando os recursos investidos pelo COB não foram detalhados conforme as seis ações previstas em lei. Acreditamos que a mudança na forma de exposição das informações seja decorrente das críticas que eram feitas ao COB após os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, quando o país não teve um aumento no número de medalhas conquistadas. Isso exigiu alguns esclarecimentos sobre a forma de utilização do dinheiro público recebido pelo COB<sup>20</sup>, que questionavam principalmente o alto valor gasto sob a nomenclatura “manutenção da entidade”. Essa observação parece ser procedente quando vemos que houve uma segmentação e maior detalhamento das ações em estrutura “administrativa” e “esportiva”.

---

<sup>20</sup> Com essa intenção, foram realizadas uma audiência pública no senado federal e outras duas audiências na Câmara dos Deputados no fim de 2008. Nesse período, havia uma mobilização no sentido de criar-se uma CPI para avaliação do COB, mas parece não ter se concretizado por existir um temor que isso poderia prejudicar a candidatura Rio 2016.

Por isso, optamos por apresentar duas tabelas para demonstrar as ações nas quais os recursos recebidos no ano de 2008 foram aplicados. O primeiro é fiel ao relatório apresentado e pode ser visto a seguir.

TABELA 1 – DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESAS DOS RECURSOS PROVENIENTES DA LEI AGNELO-PIVA APRESENTADA PELO COB – 2008

| <b>Ações e locais de investimento</b>   | <b>Verba aplicada (em R\$)</b> | <b>Percentual relativo ao montante total repassado</b> |
|---|--------------------------------|--|
| <b>Total de recursos</b>  | <b>93.473.511,19</b>           | <b>100%</b>  |
| <b>Esporte Escolar</b>  |                                |  |
| Receita   | 9.193.165,88                   | 10%  |
| Realizado   | 8.455.972,53                   |  |
| Variação  | 737.193,35                     |  |
| <b>Esporte Universitário</b>  |                                |  |
| Receita   | 4.596.582,94                   | 5%   |
| Realizado   | 6.168.593,78                   |  |
| Variação  | -1.572.010,84                  |  |
| <b>Saldo para demais ações</b>  | <b>78.848.944,88</b>           | <b>84%</b>   |
| Confederações   | 34.171.305,31                  | 37%  |
| COB   | 44.677.639,57                  | 48%  |
| Projetos específicos  | 11.262.081,31                  | 12%  |
| Rio 2007  | 426.983,98                     |  |
| Rio 2016  | 7.910.383,38                   |  |
| Parque Aquático Maria Lenk e Velódromo  | 2.782.199,47                   |  |
| Desporto Escolar  | 142.514,48                     |  |
| COB Estrutura Administrativa/Esportiva  | 25.744.971,38                  | 28%  |
| - COB Estrutura Administrativa  | 9.564.898,16                   |  |
| - - Administração   | 3.065.250,51                   |  |
| - - Finanças / Suprimentos / RH / Jurídico  | 6.499.647,65                   |  |
| - COB - Estrutura Esportiva   | 16.180.073,22                  |  |
| - - Solidariedade Olímpica / Rel. Internacionais / Marketing  | 3.103.765,85                   |  |
| - - Esportes (Estrutura e Eventos)  | 11.460.359,54                  |  |
| <i>Estrutura (Alto Rendimento, Desenvolvimento e Iniciação/Fomento), Jogos da Lusofonia, Jogos Sul-Americanos, Jogos Pan-Americanos, Semana Olímpica, Jogos Olímpicos de Verão e Inverno, Prêmio Brasil Olímpico, Outros.</i> |                                |  |
| - - Cultural (Estrutura e Projetos Culturais)   | 1.615.947,83                   |  |
| Estrutura para aplicação dos recursos provenientes da Lei Agnelo Piva   | 7.670.586,88                   | 8%   |

FONTE: A autora (2010)

NOTA: Dados retirados do relatório do COB de 2008 (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2008c).

Já a segunda tabela contém as prováveis designações de como os recursos, pela descrição, se classificariam dentro das seis ações principais previstas na lei Agnelo-Piva. Isso nos auxiliará em comparações entre os quatro anos aqui estudados.

TABELA 2 – POSSÍVEL INCORPORAÇÃO DAS AÇÕES COM RECURSOS DA LEI AGNELO-PIVA CONFORME AS NOMINAÇÕES UTILIZADAS NA LEI – 2008.

| <b>Ações apresentadas pelo COB agrupadas conforme as<br/>nomações da lei Agnelo-Piva</b> | <b>Valor<br/>investido<br/>(em R\$)</b> | <b>Percentual<br/>relativo ao<br/>montante<br/>total</b> |
|--|---|--|
| <b>Programas e projetos de fomento</b>   | <b>12.308.530,68</b>                    | <b>27,5%</b>   |
| Rio 2016   | 7.910.383,38                            | 17,7%  |
| Cultural (Estrutura e Projetos Culturais)  | 1.615.947,83                            | 3,6%   |
| Parque Aquático Maria Lenk e Velódromo   | 2.782.199,47                            | 6,2%   |
| <b>Desenvolvimento e manutenção do desporto</b>  | <b>20.339.250,89</b>                    | <b>45,5%</b>   |
| Administração  | 3.065.250,51                            | 6,9%   |
| Finanças / Suprimentos / RH / Jurídico   | 6.499.647,65                            | 14,5%  |
| Solidariedade Olímpica / Rel. Internacionais / Marketing                                 | 3.103.765,85                            | 6,9%   |
| Estrutura para aplicação dos recursos provenientes da Lei Agnelo Piva                    | 7.670.586,88                            | 17,2%  |
| <b>Formação de RH</b>  | <b>0,00</b>                             | <b>0,0%</b>  |
| <b>Preparação técnica</b>  | <b>0,00</b>                             | <b>0,0%</b>  |
| <b>Manutenção e locomoção de atletas</b>   | <b>0,00</b>                             | <b>0,0%</b>  |
| <b>Participação em eventos esportivos</b>  | <b>11.887.343,52</b>                    | <b>26,6%</b>   |
| Rio 2007   | 426.983,98                              | 1,0%   |
| Esportes (Estrutura e Eventos)   | 11.460.359,54                           | 25,7%  |
| <b>Não categorizado</b>  |   | <b>0,3%</b>  |
| Desporto Escolar   | 142.514,48                              | 0,3%   |
| <b>Total</b>   | <b>44.677.639,57</b>                    | <b>100,0%</b>  |

FONTE: A autora (2010)

NOTA: Dados retirados do relatório do COB de 2008 (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2008c), mas com apropriação da autora para categorização dos gastos.

Feitos os devidos esclarecimentos sobre as adaptações necessárias para a composição e interpretação de um quadro geral do período aqui estudado, colocamos a seguir as informações a serem analisadas e discutidas. Ainda assim, alguns dados do ano de 2008 não puderam ser encontrados, como do saldo em caixa e qual foi a variação no fundo de reserva.

TABELA 3 - DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DOS RECURSOS DA LEI AGNELO-PIVA – 2005-2008.

| Ano  | 2005                 | 2006                 | 2007                 | 2008                 |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Repasses</b>                              |                      |                      |                      |                      |
| Conforme dados da CEF                        | 70.873.000,00        | 68.817.000,00        | 84.372.000,00        | 93.301.000,00        |
| Conforme dados do COB                        | 70.550.260,50        | 67.466.275,61        | 84.956.905,90        | 91.931.656,60        |
| <b>Esporte Escolar</b>                       |                      |                      |                      |                      |
| Receita                                      | 7.055.026,05         | 6.746.627,56         | 8.495.690,92         | 9.193.165,88         |
| Realizado                                    | -                    | 8.185.527,33         | 7.569.556,78         | 8.455.972,53         |
| Variação                                     | -                    | -1.438.899,77        | 926.134,14           | 737.193,35           |
| <b>Esporte Universitário</b>                 |                      |                      |                      |                      |
| Receita                                      | 3.527.513,02         | 3.373.313,78         | 3.284.214,75         | 4.596.582,94         |
| Realizado                                    | -                    | 4.182.664,01         | 3.542.964,06         | 6.168.593,78         |
| Variação                                     | -                    | -809.350,23          | -258.749,31          | -1.572.010,84        |
| <b>Saldo para demais ações</b>               | <b>59.967.726,53</b> | <b>67.466.275,61</b> | <b>84.956.905,90</b> | <b>93.473.511,19</b> |
| <b>- Pelo COB</b>                            | <b>24.970.170,64</b> | <b>28.867.253,51</b> | <b>42.031.383,44</b> | <b>25.744.971,38</b> |
| - - Programas e projetos de fomento          | 5.199.749,24         | 2.756.006,06         | 3.417.099,19         | 12.308.530,68        |
| - - Desenvolvimento e manutenção do desporto | 12.705.077,38        | 20.649.669,01        | 22.955.717,40        | 20.339.250,89        |
| - - Formação de RH                           | 0,00                 | 3.110,43             | 93.727,19            | 0,00                 |
| - - Preparação técnica                       | 0,00                 | 0,00                 | 1.303.359,13         | 0,00                 |
| - - Manutenção e locomoção de atletas        | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| - - Participação em eventos esportivos       | 7.065.344,02         | 5.458.468,02         | 14.261.480,53        | 11.887.343,52        |
| <b>- Total aplicado nas confederações</b>    | <b>31.925.217,68</b> | <b>36.327.976,76</b> | <b>37.463.754,16</b> | <b>34.647.866,18</b> |
| Pelas Confederações                          | 30.882.068,87        | 35.384.788,37        | 36.656.735,17        | 34.171.305,31        |
| Antecipação de recursos do ano seguinte      | 731.646,87           | 943.188,39           | 810.018,99           | 476.560,87           |
| <b>- Variação do fundo de reserva</b>        | <b>4.115.487,02</b>  | <b>-7.848.896,00</b> | <b>-5.650.752,54</b> | <b>-</b>             |
| <b>Saldo em caixa</b>                        |                      |                      |                      |                      |
| COB  | -                    | 1.221.292,99         | 2.251.217,01         | -                    |
| Esporte escolar                              | -                    | 4.715.136,87         | 4.201.982,06         | -                    |
| Esporte universitário                        | -                    | 6.918.557,88         | 7.267.854,84         | -                    |

FONTE: A autora (2010).

NOTA 1: Dados retirados dos relatórios do COB de 2006 a 2008 (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO 2006, 2007, 2008c) e do endereço eletrônico na internet da Caixa Econômica Federal (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2009b).

NOTA 2: O valor "Antecipação de recursos do ano seguinte" de 2008 foi obtido pelo somatório do adiantamento de recursos para 2009 das confederações de badminton, canoagem, desportos na neve, handebol, hóquei sobre a grama e indoor, lutas e tênis de mesa.

A partir dos itens em negrito, vemos que a aplicação dos recursos possui cinco direcionamentos principais: para o COB, para as Confederações, para o esporte escolar, para o esporte universitário e um fundo de reserva.

Para o fundo de reserva, não foi encontrado nenhum percentual de aplicação ou possíveis metas nos anos estudados. Provavelmente esses valores são calculados de acordo com as contas pendentes de um ano para outro. Acreditamos também serem os valores do fundo de reserva os responsáveis pela disparidade entre os valores apresentados pela CEF e pelo COB, como mostrado na tabela 3.

Outra possibilidade na diferença dos valores apresentados pela CEF e COB pode ser decorrente do artigo 9º da Lei Pelé, referida anteriormente. Por essa possibilidade, o COB teria apresentado os valores da verba recebida somente via Agnelo-Piva, conforme a lei prescreve, e não das loterias especiais, enquanto a CEF apresenta os repasses totais.

Para o esporte escolar e universitário é explícito que as ações do COB para essas áreas consistem somente em eventos esportivos, as Olimpíadas Escolares e Olimpíadas Universitárias Brasileiras. Esses eventos são anuais e convergem em um evento nacional a partir de etapas municipais e estaduais que funcionam como “seletivas” dos melhores atletas. E é especificamente nesse ponto que questionamos, primeiro, se isso é um investimento em esporte escolar e, segundo, porque esse total não é majoritário, conforme prescreve a Constituição Federal de 1988.

O COB repassa, de acordo com critérios próprios<sup>21</sup>, às Confederações Brasileiras das modalidades olímpicas uma verba para aplicação nas seis ações já referidas anteriormente. Aqui apresentamos o somatório do investimento de todas as confederações em cada ação nominada nos relatórios já referidos anteriormente, resultando no gráfico a seguir.

---

<sup>21</sup> Os repasses para as confederações foram reformulados para o ano de 2009, segundo padrões de meritocracia e rendimento em competições internacionais. Os critérios vigentes no período abordado nessa pesquisa e as modificações para o ano de 2009 serão abordados no item 4.2.2.



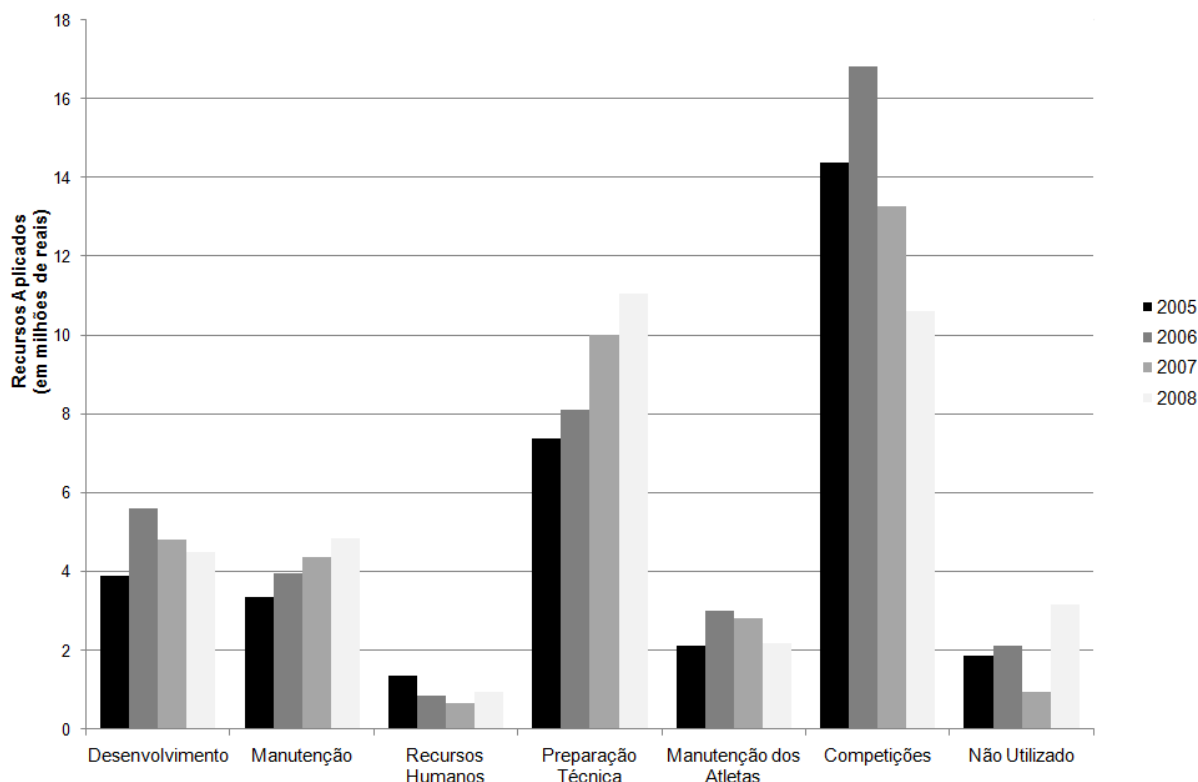


GRÁFICO 2 – DESPESAS DAS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS DE MODALIDADES OLÍMPICAS POR AÇÃO – 2005-2008

FONTE: A autora (2010)

NOTA: Dados retirados do relatório do COB referentes aos anos de 2005 a 2008 (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2006, 2007, 2008c).

Aqui se vê que as Confederações têm um maior investimento em organização e participação em eventos esportivos e na preparação técnica de atletas. Como não há uma obrigatoriedade percentual para esses investimentos, pode-se observar a heterogeneidade na aplicação de recursos.

O mesmo se observa na aplicação de recursos pelo COB conforme as seis ações principais presentes na lei Agnello-Piva. Ao visualizarmos a aplicação dos recursos em gráficos percentuais, temos as seguintes informações:

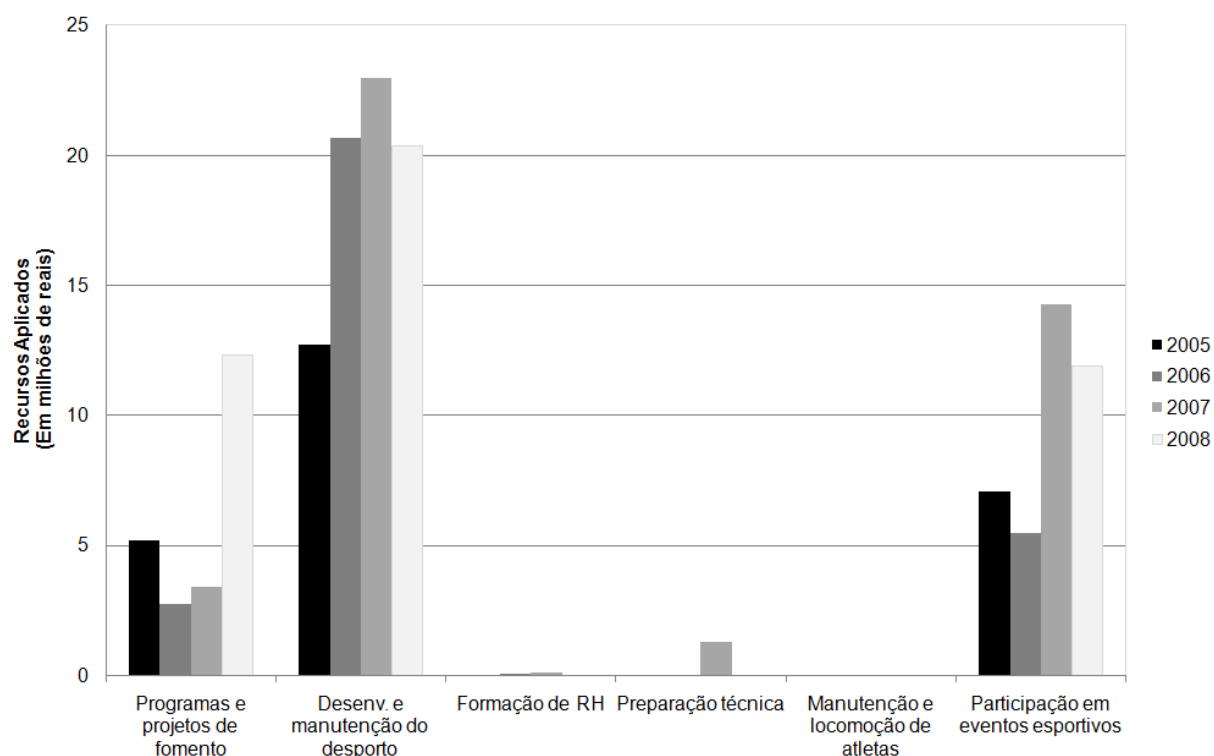


GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DA APLICAÇÃO DE RECURSOS DA LEI AGNELO-PIVA PELO COB, POR AÇÃO – 2005-2008

FONTE: A autora (2010)

NOTA: Dados retirados do relatório do COB referentes aos anos de 2005 a 2008 (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2006, 2007, 2008c).

Esses gráficos indicam alguns padrões que podem ser observados na atual gestão do COB. A ênfase é dada na realização de eventos que, embora seja necessário no esporte profissional e de alto rendimento, possui alto valor para sua organização dentro dos parâmetros exigidos internacionalmente. Além disso, o retorno midiático dessas atividades são maiores em comparação a outras. Quando houve a necessidade de mão de obra qualificada para a candidatura à cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, foi necessário importar serviços estrangeiros com experiência em eventos anteriores, porém de alto custo, o que poderia ser diferente se houvesse um maior investimento em formação de recursos humanos.

Outra ação de baixo investimento é a manutenção de atletas. Essa ação, exclusiva das confederações, possui um investimento de pouco mais que R\$ 3 milhões. É um valor baixo se pensarmos na quantidade de modalidades olímpicas (são quarenta e três as modalidades filiadas ao COB), de atletas confederados e os custos de viagens a competições e manutenção nos treinamentos, obrigando muitos

dos atletas a terem dedicação parcial ao esporte, trabalhando em outras áreas para conseguirem se sustentar. Na tentativa de diminuir esses problemas, há no país o auxílio conhecido como Bolsa-Atleta, que será abordado a seguir.

### 3.2.3 Bolsa-Atleta

A instituição da bolsa-atleta é decorrente da lei nº 10.891/2004, com alterações da lei nº 11.096/2005, e foi criada com o objetivo de ceder auxílio financeiro mensal aos atletas de modalidades principalmente olímpicas e paraolímpicas de nível escolar, universitário, nacional, internacional e olímpico.

O valor do auxílio é variável de acordo com o nível esportivo do atleta e é válido por 12 meses, porém não caracteriza um patrocínio do governo federal. Os atletas que podem pleitear a bolsa devem cumprir os requisitos presentes no artigo 3º:

Art. 3º Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil; (Redação dada pela Lei nº 11.096, de 2005)

II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil; (Redação dada pela Lei nº 11.096, de 2005)

III - estar em plena atividade esportiva;

IV - não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do salário;

V - não receber salário de entidade de prática desportiva;

VI - ter participado de competição esportiva em âmbito nacional e/ou no exterior no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta; e

VII - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil. (Redação dada pela Lei nº 11.096, de 2005) (BRASIL, 2004b)

Além das exigências apresentadas pela lei, há ainda alguns critérios técnicos publicados anualmente em portarias pelo Ministério do Esporte (ME), entidade responsável por selecionar os atletas que receberão o auxílio e de onde os recursos advêm. Por este motivo, essas portarias existem para regulamentar os critérios baseados no desempenho em eventos de importância para a modalidade, de acordo

com sua entidade nacional/confederação, a divisão percentual de recursos para cada categoria (internacional, nacional e estudantil) e situações de renovação e cancelamento do benefício<sup>22</sup>.

É possível observar que as exigências para recebimento de bolsas visam a manutenção e o incentivo da prática esportiva por atletas brasileiros de desempenho destacado no âmbito nacional ou internacional, ou ainda daqueles que possuem alto potencial para isso - como é o caso dos atletas estudantis -, mas que não conseguiram patrocínio ou auxílio financeiro de outras instâncias públicas ou privadas. O investimento em atletas de nível estudantil (escolares e universitários) demonstra um interesse em renovação constante das seleções olímpicas e paraolímpicas que, para isso, privilegiam os melhores em cada modalidade.

Embora o artigo 5º indique a possibilidade de apoio às modalidades não-olímpicas ou não-paraolímpicas, além de seus praticantes deverem ter um “histórico de resultados e situação nos rankings nacional e/ou internacional da respectiva modalidade”, essa categoria é julgada após as modalidades olímpicas/paraolímpicas na concorrência às bolsas. Isso demonstra um interesse restrito, ao apoiar atletas praticantes das modalidades olímpicas e paraolímpicas em detrimento a outras práticas esportivas, excluindo até mesmo as “manifestações desportivas de criação nacional” as quais, de acordo com a Constituição Federal, deveriam ser protegidas e incentivadas.

Anualmente, o valor total investido no Bolsa-Atleta tem variado a cada ano. Nos dois primeiros anos, 2005 e 2006, o valor do auxílio foi de R\$ 13,2 milhões para cada ano. No ano de 2007, inicialmente esse mesmo valor era previsto mas houve uma verba suplementar que duplicou essa quantia, chegando a R\$ 26,4 milhões. Já em 2008, o valor foi de R\$ 40 milhões. No total, foram investidos nesse auxílio, de 2005 a 2008, R\$ 92,8 milhões (BRASIL, 2008c).

Colocadas essas informações e retomando alguns dados da Lei Agnelo-Piva (Lei nº 10.264/2001), refletimos sobre quais as intenções da Bolsa-Atleta (Lei nº 10.891/2004), partindo de dois aspectos divergentes: há a indicação de recursos da Lei Agnelo-Piva para apoio de atletas pelo COB (apesar da cessão dessa

---

<sup>22</sup> Utilizamos como referência a Portaria nº 033 do Ministério do Esporte, de 29 de fevereiro de 2008 (BRASIL, 2008b).

responsabilidade às Confederações); três anos após a aprovação desta lei, é aprovada a Bolsa-Atleta, durante a gestão do ministro Agnelo Queiroz, tido como um dos idealizadores da lei anterior (Agnelo-Piva).

Em tese, há uma duplicação de um mesmo produto final: apoio aos atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas. Mas, observando que essa ação não recebe recursos do COB, mas somente das Confederações, parece que com a Bolsa-Atleta houve uma transferência de responsabilidade anteriormente dirigida ao COB (pela Lei Agnelo-Piva) para o ME (com a criação da Bolsa-Atleta). Essa é mais uma constatação de como o COB, como uma entidade dominante no campo esportivo, busca também no metacampo do Estado sua posição dominante e é interveniente no campo político.

Uma terceira lei que deve influenciar diretamente o financiamento do COB e das Confederações brasileiras é a Lei de Incentivo ao Esporte, abordada a seguir.

### 3.2.4 Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte (Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006) surge com o princípio semelhante à Lei de Incentivo Fiscal à Cultura (nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet), na qual é possível obter deduções fiscais a partir do fomento de atividades esportivas, sob a forma de patrocínio ou doação.

Essa lei limita as deduções fiscais a um por cento do imposto devido por pessoas jurídicas e seis por cento por pessoas físicas. Esses valores devem ser investidos em projetos que promovam a inclusão social através de uma das manifestações de desporto rendimento, participação e/ou educacional. A formação de uma Comissão Técnica para avaliação dos projetos é do ME, assim como fica a cargo desta instituição o acompanhamento, avaliação e recebimento da prestação de contas das atividades, assim como do repasse dessas informações à Secretaria da Receita Federal.

As pessoas físicas e jurídicas que serão beneficiárias das deduções podem ser classificadas como doadoras ou patrocinadoras, sendo neste último caso

possível utilizar-se do projeto ou ação “com finalidade promocional e institucional de publicidade” (Artigo 3º, inciso I). Tal possibilidade inicialmente apresentou-se como uma situação que seria capaz de alavancar o patrocínio esportivo no país, já que as empresas obteriam benefícios tanto da lei (dedução à sua dívida) quanto com o patrocínio (retorno publicitário, em imagem e divulgação, etc.), além de benéfica às entidades esportivas, que poderiam receber mais recursos financeiros.

De acordo com a planilha de projetos aprovados para captação de recursos durante o período aqui abordado disponibilizados *online* pelo ME, observamos que o COB teve dois projetos aceitos: o primeiro com o título “Preparação das equipes brasileiras no ano de 2008, visando também os XXIX Jogos Olímpicos Beijing 2008” para captação do fim de 2007 até julho de 2008 no valor de R\$ 25.984.626,95. O segundo, com o título “Projeto Rumo ao Ouro Brasil de latismo”, teve seu período para captação de recursos de agosto até dezembro de 2008, no valor de R\$ 4.580.644,54. Nesses dois projetos, o governo brasileiro deixou de arrecadar, via impostos, para serem investidos pelo COB o valor de R\$ 26.164.626,95, durante o ano de 2008. Isso porque o primeiro projeto foi patrocinado totalmente pela Petrobras e o segundo teve patrocínio de R\$ 180.000,00 pela empresa Volvo do Brasil (BRASIL, 2009b).

Percebemos projetos do Comitê Paraolímpico Brasileiro e das Confederações Brasileiras de tênis de mesa, beisebol e softbol, judô e tênis, para citar apenas as modalidades olímpicas, entre os 339 projetos aprovados que receberam patrocínio ou doação até 21 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009b).

Com as informações obtidas até o momento, é possível compreender que a lei possa estar cumprindo com seu objetivo primário de incentivo ao esporte, uma vez que benefício fiscal estimule o patrocínio às entidades e aos projetos esportivos. Porém, questionamos se a lei não elimina os projetos que não foram aprovados pelo ME a receberem patrocinadores, já que para as empresas é mais vantajoso economicamente patrocinar com a verba que seria gasta com o pagamento de impostos. Ao mesmo tempo, muitas empresas podem não ter acesso a essa forma de doação e/ou patrocínio devido suas pendências com a receita federal.

Entendemos que uma instância governamental, tal como é o ME, deva atuar como fiscalizador do esporte em todos os níveis, porém não é seu papel mediar negociações que beneficiarão empresas e entidades esportivas. Da mesma maneira, vemos que os milhões de reais, que deixam de ser arrecadados pelo Governo Federal e poderiam estar sendo investidos em inúmeras outras ações, são disponibilizados às entidades esportivas para ações que não necessariamente promovem o esporte para a população em prol de um bem comum, mas muitas vezes em favor de grupos específicos e seus interesses próprios. Outro ponto a ser discutido é se a estrutura do ME possibilita a fiscalização e o acompanhamento dos 119 projetos aprovados que receberam mais de R\$ 133 milhões em patrocínio ou doação através dessa via somente em 2007 e 2008 (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2009b).

Sendo o ME a instituição governamental de máximo poder executivo, consideramos ser necessário compreender os marcos recentes de sua criação e a divisão organizacional sob o qual se apresenta para continuarmos com a compreensão do subcampo da política para o esporte brasileiro.

### 3.3 A FORMAÇÃO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

O ME é atualmente o órgão público federativo máximo do esporte no Brasil. Através da compreensão de sua estrutura organizacional e das principais ações federais relacionadas ao esporte de rendimento e ao COB, buscaremos aqui mapear o panorama político do esporte no país com um entendimento das inter-relações que esses campos possuem.

O esporte foi objeto de diferentes órgãos públicos federais na história política brasileira. Iniciou-se como objeto da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (1937), tornou-se Departamento de 1970 até 1978, quando se transformou em Secretaria de Educação Física e Desporto. A vinculação ao Ministério da Educação permaneceu até 1989, quando houve a desvinculação para criação da Secretaria de Desportos da Presidência da República, cuja designação

persistiu até 1995. Neste ano, essa secretaria tornou-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP), subordinado ao Ministério Extraordinário do Esporte. De 1998 a 2000, o INDESP esteve vinculado ao Ministério do Esporte e Turismo, sendo substituído pela Secretaria Nacional de Esporte. Somente em janeiro de 2003 o esporte tornou-se objeto único de um ministério (BRASIL, 2009a).

O ME, de 2003 até 2008, foi dirigido por dois ministros: Agnelo Queiroz, de janeiro de 2003 até março de 2006, e Orlando Silva Junior, desde abril de 2006. Ambos fazem parte do PC do B, partido de esquerda aliado do governo federal do período e que tem no esporte sua única representatividade ministerial.

Quanto à estrutura organizacional, o ME é composto por três diferentes classes: órgãos de assistência direta ao ministro (gabinete, consultoria jurídica e secretaria executiva); órgãos específicos singulares (secretarias nacionais de esporte educacional - SNEE, de desenvolvimento de esporte e de lazer - SNDEL, e de esporte de alto rendimento - SNEAR); e um órgão colegiado (Conselho Nacional de Esporte – CNE), conforme pode ser observado pela figura que representa o organograma da instituição.

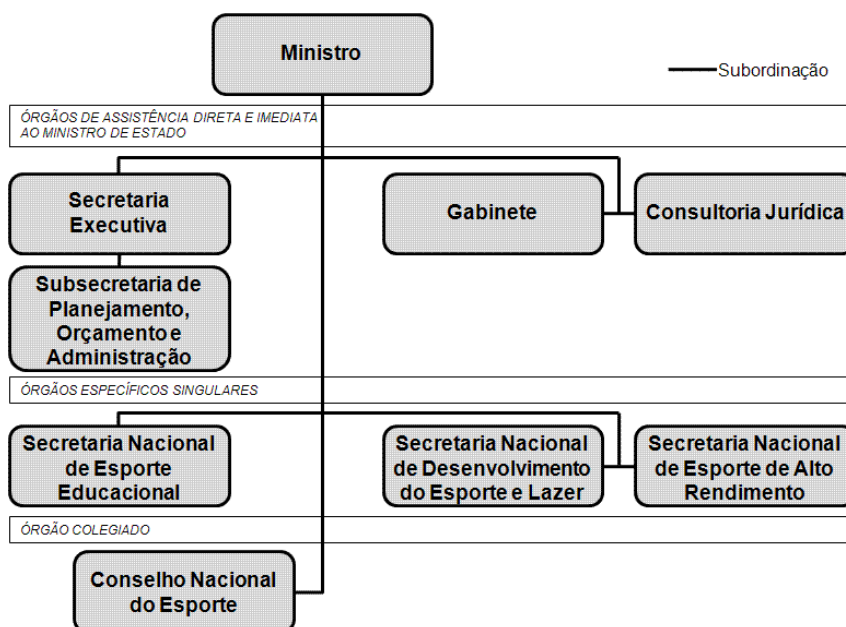
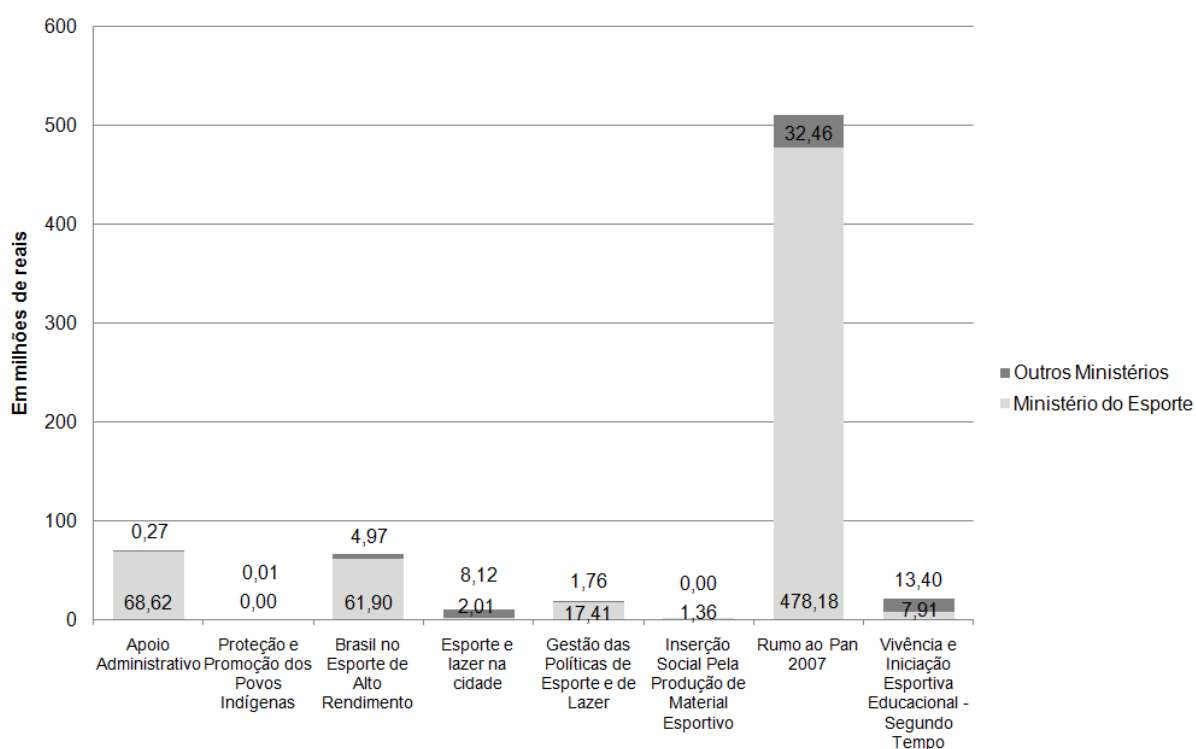


FIGURA 2 - ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE.  
FONTE: MINISTÉRIO DO ESPORTE (2009a).



Os órgãos possuem assessorias, coordenações, subsecretarias ou departamentos subordinados, formando uma estrutura complexa e interdependente, com atuação no esporte a partir dos três vieses presentes na Constituição Federal: educação, participação e rendimento.

Quanto aos recursos financeiros, o montante efetivamente gasto pelo governo federal de 2005 a 2008 com programas de esporte e lazer foi de R\$ 698.690.395,79<sup>23</sup>, sendo que, desse total, R\$ 637.406.309,67 (ou 91%) foram efetivamente pelo ME e R\$ 61.284.086,12 (ou 9%) por outros ministérios<sup>24</sup> (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2009a). No gráfico abaixo, é possível identificar os projetos de esporte e lazer que têm o investimento de outros ministérios e a proporção de gastos entre eles.



<sup>23</sup> Essas informações foram obtidas a partir do endereço eletrônico na internet ([www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br)), idealizado pela Controladoria-Geral da União, no qual são publicados os gastos públicos, objetivando que os cidadãos tenham livre acesso e controle sobre os investimentos federais. Mensalmente, cada Ministério é responsável pelo abastecimento do banco de dados com as informações do dinheiro gasto em cada uma de suas ações.

<sup>24</sup> As ações de esporte e lazer também tiveram investimento dos Ministérios: da Educação (R\$ 22,840 milhões), da Defesa (R\$ 19,027 milhões), da Ciência e Tecnologia (R\$ 11,084 milhões), diretamente da Presidência da República (R\$ 6,115 milhões) entre outros ministérios (planejamento, agricultura, pecuária e abastecimento, ciência e tecnologia, fazenda, saúde e turismo) que juntos somam um investimento de pouco mais de R\$ 2 milhões.

GRÁFICO 4 - INVESTIMENTO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME) E OUTROS MINISTÉRIOS (OUTROS) POR PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER, EM MILHÕES DE REAIS – 2005-2008

FONTE: A autora (2010)

NOTA: Dados obtidos pelo endereço eletrônico na internet da Controladoria-Geral da União (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2009a).

É interessante notar que os programas relacionados ao esporte participação (Esporte e Lazer na Cidade) e esporte educacional (Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo) têm a maior parte de seus investimentos vindos de outros ministérios e não do próprio ME. Lembramos que essas duas abordagens do esporte são descritas na Constituição Federal de 1988 como aquelas que merecem maior investimento público, mas não é o que efetivamente aconteceu por essa fonte de recursos no período observado.

Embora não haja uma explicitação sobre a divisão de recursos para as diferentes secretarias, pela lista de ações de esporte e lazer do governo federal, é possível identificar que o maior percentual (82%) investido é em esporte de alto rendimento no período observado, nas ações “Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão” e “Rumo ao Pan 2007”. Se observarmos que quase 10% é gasto com a administração dos Ministérios, vemos que resta menos de 8% dos recursos para investimento em ações voltadas ao esporte escolar e participação, conforme o gráfico a seguir.

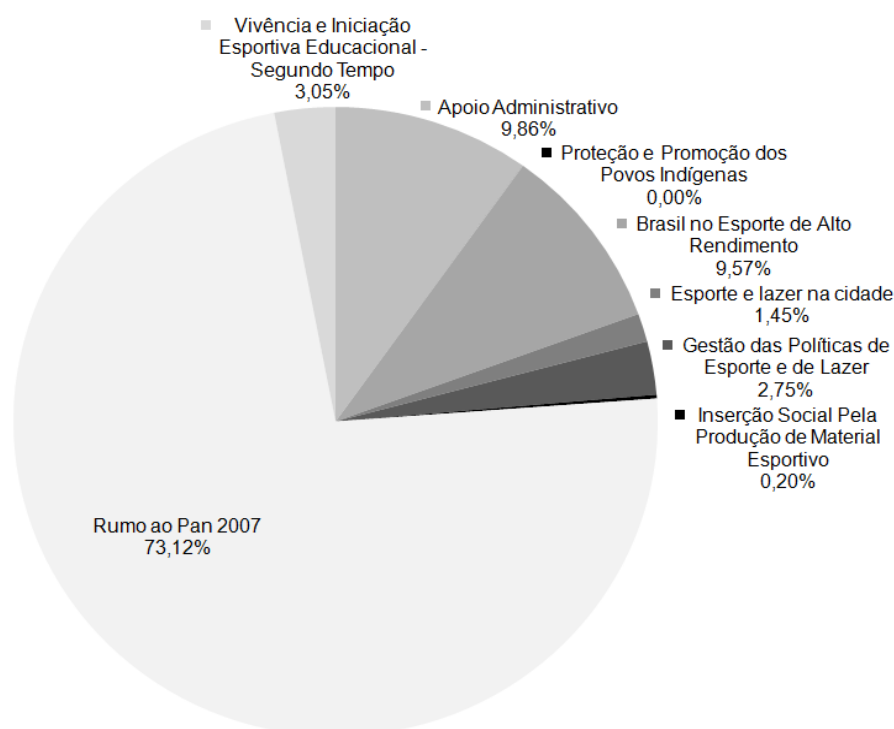


GRÁFICO 5 - PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL EM SUAS AÇÕES DE GOVERNO EM ESPORTE E LAZER – 2005-2008

FONTE: A autora (2010).

NOTA: Dados obtidos pelo endereço eletrônico na internet da Controladoria-Geral da União (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2009a).

Os recursos investidos por outros ministérios aumentaram de forma relevante os gastos do governo federal nos programas educacionais e de participação, porém não o suficiente para atingir os gastos com esporte de rendimento, já que essa foi a destinação de recursos prioritária dos Ministérios que investiram em esporte e lazer no período de 2005 a 2008.

É importante salientar que esses valores são referentes ao gasto direto do governo federal com as ações de esporte e lazer, não constando os repasses de recursos pelas leis discutidas anteriormente ou por convênios com estados, municípios e outras entidades.

Já quando se trata da transferência de recursos aos estados e municípios, o total repassado voltado ao esporte e lazer, no período de 2005 a 2008 foi de R\$ 1.659.590.091,51. Desse valor, divergindo do que foi evidenciado no caso do ME, houve um repasse percentualmente maior para ações de esporte participativo e educacional através dos programas “Vivência e Iniciação Esportiva Educacional –

Segundo Tempo” e “Esporte e Lazer na Cidade”, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

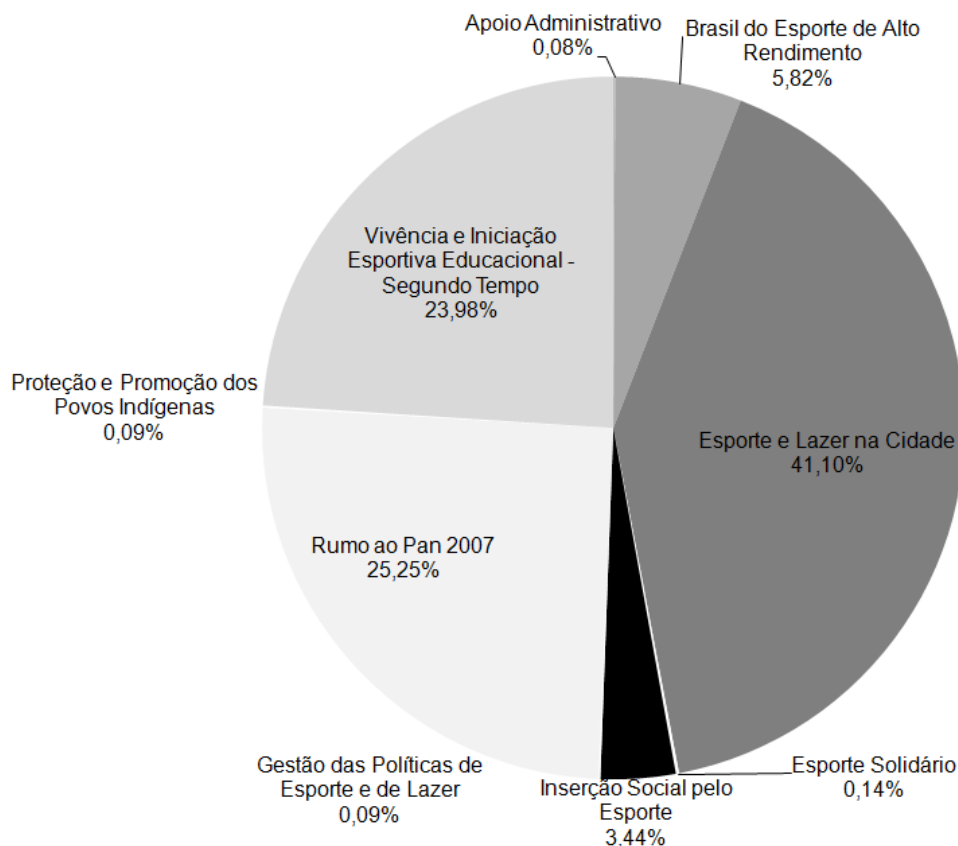


GRÁFICO 6 - PERCENTUAL DA FINALIDADE DOS RECURSOS REPASSADOS AOS ESTADOS BRASILEIROS POR PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER - 2005-2008

FONTE: A autora (2010)

NOTA: Dados obtidos pelo endereço eletrônico na internet da Controladoria-Geral da União (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2009a).

Quando se trata de repasse aos estados e municípios, o percentual investido em esporte participação e esporte educacional chega a 65% dos recursos totais (considerando os programas Esporte e Lazer na Cidade e Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo). Já os programas de alto rendimento somam 31% da verba. Devido ao alto valor do montante total, esses percentuais representam um alto valor de investimento que supera em quase R\$ 1 bilhão as verbas que os outros ministérios gastaram em esporte e lazer. Isso modifica significativamente a fonte de recursos, mas ainda assim o programa “Rumo ao Pan 2007” teve a maior quantidade de recursos, como pode ser visto no gráfico a seguir.

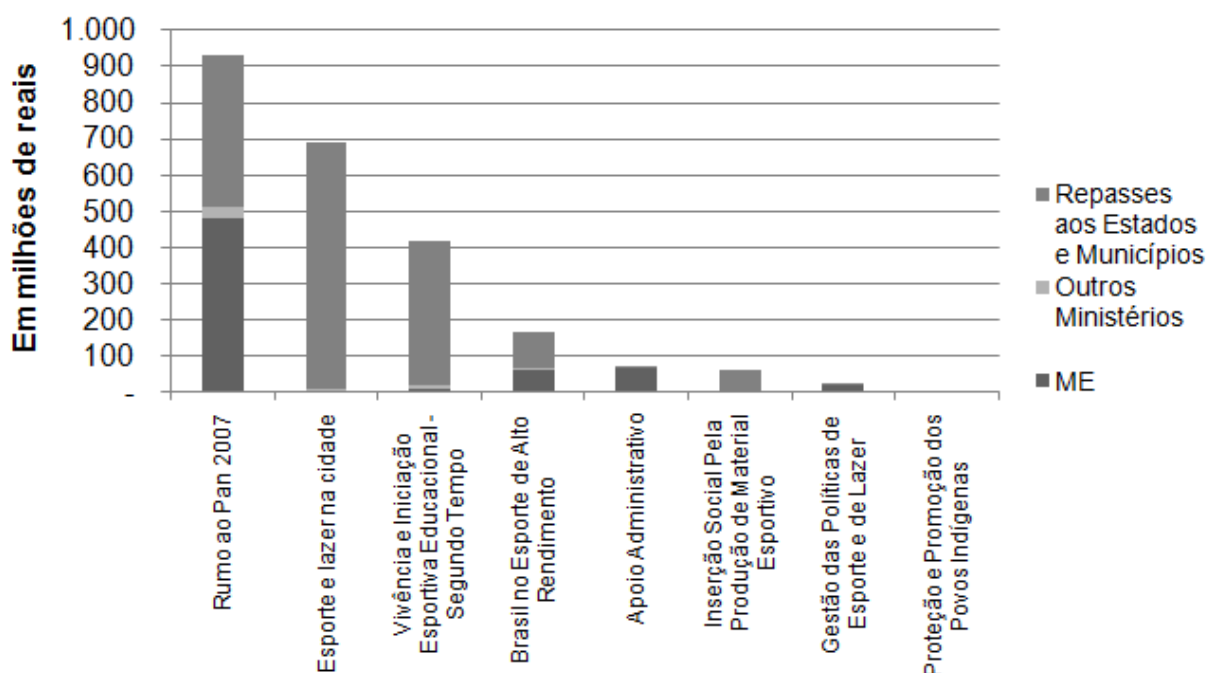


GRÁFICO 7 – INVESTIMENTOS TOTAIS DO GOVERNO FEDERAL EM PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO GASTOS MINISTERIAIS E REPASSES AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS – 2005-2008

FONTE: A autora (2010)

NOTA: Dados obtidos pelo endereço eletrônico na internet da Controladoria-Geral da União (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2009a).

O gráfico reforça a alta interferência dos repasses aos estados e municípios em várias ações. Por isso, podemos inferir que há uma relativa descentralização nos investimentos da área, o que imaginamos poder trazer pontos positivos e negativos.

Como ponto positivo, dá liberdade aos estados e municípios investirem conforme as especificidades da região, ainda que dentro das diretrizes dos programas federais.

Mas, como ponto negativo, essa descentralização pode causar mudanças nos objetivos idealizados pelos técnicos do ME. Nesse sentido, vemos, por exemplo, que investimentos em infraestrutura e equipamentos esportivos, como quadras e ginásios, com as verbas do programa “Esporte e Lazer na Cidade”, pode ser utilizado para atender perspectivas meramente político-partidárias de promoção e visibilidade política dos deputados<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Essas são reflexões pessoais que carecem de estudos empíricos para esse caso específico, ainda que o maior investimento seja através de repasses, conforme mostrado no gráfico 7, seja um indício que reforça essa perspectiva.

Já dentro da designação “transferência de recursos para entidades sem fins lucrativos”, foi possível verificar o repasse ao COB de R\$ 45.105.206,17 entre os anos de 2005 a 2008, sendo que R\$ 29.139.692,32 foram destinados para a ação “Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento” que, pela descrição dos processos, foram gastos com a candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2016. Outra ação que recebeu recursos significativos, R\$ 13.420.332,93, esteve relacionada à execução e implantação da estrutura para realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro, ainda que tenha existido o repasse de R\$ 189.618.876,77 diretamente para o Comitê Organizador dos Jogos (CO-Rio). As demais ações estavam relacionadas à participação em eventos internacionais, promoção de eventos e centros científicos e tecnológicos com detecção e avaliação de atletas, que juntos somam R\$ 2.572.182,92 (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2009b).

Aqui vemos outra fonte de financiamento público do COB, menos evidente midiaticamente que outros como os repasses da Lei Agnelo-Piva e da Lei de Incentivo ao Esporte, mas que consiste em um montante bastante significativo. Além do COB, vimos que outras confederações brasileiras, de modalidades olímpicas ou não, também receberam recursos por essa lei no período estudado. Das modalidades olímpicas, as confederações de atletismo, handebol, tênis, tênis de mesa, boxe, pentatlo moderno, triathlon, desportos aquáticos, basquete e canoagem receberam, juntos, R\$ 3.577.025,80 (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2009b). É importante ressaltar que tais repasses não têm relação com patrocínio, ainda que várias dessas confederações possuam empresas com capital público como patrocinador. Iremos retomar esses casos quando tratarmos especificamente das confederações brasileiras no item 4.2.2.

A partir dos dados aqui colocados, podemos observar que o financiamento do esporte pelo poder público federal brasileiro é prioritariamente para o esporte de rendimento e favorece diretamente o esporte olímpico, não só pelas leis infraconstitucionais, mas também nas ações ministeriais. Ao mesmo tempo, o partido PC do B tem no campo esportivo um meio potencial de transferir seu capital para o campo político, sendo este um meio no qual, para se manter no poder, é necessário

muitas vezes não seguir rigidamente as próprias ideologias partidárias. Dessa forma, vemos que ME e COB são “adversários cúmplices” já que, apesar das lutas pela dominância no campo esportivo, as instituições, financeiramente ou pelo *status* social, têm um grau recíproco de convivência.

Isto posto, corroborando as observações de Bourdieu colocadas no capítulo 1 quanto a relação do esporte com a política, observamos que, acima do bem comum e do interesse na população - aspectos que a política pública para o esporte deveria visar -, a manutenção e a conquista de poder político são os objetivos finais da maioria das ações federais observadas.

Explicitadas as fontes de recursos financeiros públicos que o COB recebe, no capítulo a seguir veremos a composição do subcampo do esporte olímpico brasileiro, dando ênfase à estrutura e às ações não-públicas para arrecadação de recursos e de que forma esses montantes são aplicados pelo COB.

#### 4 O SUBCAMPO DO ESPORTE OLÍMPICO BRASILEIRO

A compreensão do que é o esporte olímpico brasileiro só é possível com o entendimento do que é o Movimento Olímpico em perspectivas internacionais. Dessa maneira, serão explorados nesse capítulo primeiramente alguns dos agentes que compõem o Movimento Olímpico, dentro do contexto do COI, para que posteriormente possamos apropriar essa constituição à realidade brasileira, dando ênfase ao COB como instituição representativa do movimento olímpico no país.

Para o COI, o Movimento Olímpico é composto por diversos agentes que, responsáveis pela manutenção do espírito olímpico, formam a “família olímpica” e compõem uma pirâmide invertida, conforme a figura.



FIGURA 3 - COMPONENTES DO MOVIMENTO OLÍMPICO - 2009

FONTE: A autora (2010).

NOTA: Construído com base na versão em inglês de autoria do COI (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009).

Sendo o COI a entidade máxima representativa do Movimento Olímpico no mundo, a partir dessa figura podemos transferir a existência de membros dessa



família para pensarmos em esporte olímpico no contexto brasileiro. Apropriando a pirâmide do COI ao contexto nacional, teríamos os seguintes agentes do Movimento Olímpico no Brasil: população brasileira, população brasileira jovem, espectadores brasileiros, os melhores atletas do país, mídia brasileira credenciada para os Jogos, transmissores midiáticos para o Brasil, patrocinadores do COB, Confederações nacionais e COB, conforme a imagem abaixo.



FIGURA 4 – OS COMPONENTES DO MOVIMENTO OLÍMPICO BRASILEIRO – 2009

FONTE: A autora (2010).

NOTA: Construído com base na versão do COI (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009).

Ao utilizarmos um recorte sobre o financiamento do esporte olímpico brasileiro, conforme a proposta deste estudo, focalizamos as atenções sobre os três agentes da menor base da pirâmide: patrocinadores do COB, Confederações nacionais e COB.

Estando o COB na base da pirâmide, sustentando os outros agentes, trataremos primeiramente da formação e atual estrutura dessa entidade, para posteriormente compreender os graus de dependência e autonomia, financeira ou

jurídica, com as outras entidades como as Confederações nacionais e os patrocinadores.

#### 4.1 A ENTIDADE COMITÉ OLÍMPICO BRASILEIRO

O COB é a entidade que representa o movimento olímpico no Brasil conforme reconhecimento do COI e da legislação brasileira pelo Decreto Lei 3.199/1941.

Para o COI, os Comitês Olímpicos Nacionais devem ter como missão: a promoção dos princípios do Olimpismo em nível nacional, suporte ao desenvolvimento de atletas, treinamento de administradores esportivos pela organização de programas educativos, seleção e envio de equipes aos Jogos Olímpicos, além de pré-selecionar as cidades de seu território para candidatura à sede de Jogos Olímpicos (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009).

Assim sendo, o COB deve estar de acordo com dispositivos regulamentares das entidades superiores relacionadas ao movimento olímpico: Agência Mundial Anti-dopagem (WADA), Associação dos Comitês Nacionais Olímpicos, do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), de ordem técnica das Federações Internacionais, demais normativas do COI, Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA) e Organização Desportiva Sul-Americana (ODESUR), além da própria legislação brasileira (COMITÉ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2004b).

Até chegar a sua formação atual, o COB passou por mais de 90 anos de mudanças, praticamente acompanhando a transformação do movimento olímpico moderno e sofrendo interferências do contexto esportivo brasileiro nesse período, até possuir as atuais normativas e constituição, conforme pode ser observado nos próximos subitens.

##### 4.1.1 Breve histórico

A criação do COB está diretamente ligada à criação do COI, em 1894, pelo Barão Pierre de Coubertin. Para viabilizar a retomada dos Jogos Olímpicos em escala mundial - objetivo inicial do COI -, alguns dos seus membros fundadores,

além de representantes de seus países, também eram embaixadores do COI pelo mundo, inaugurando, assim, os primeiros Comitês Olímpicos Nacionais (ABREU et al., 2006).

O Brasil teve sua primeira representatividade no COI quando Raul do Rio Branco, amigo pessoal de Coubertin e filho do Barão do Rio Branco, foi eleito membro da entidade em 1913. No ano seguinte, em 8 de junho de 1914, alguns dirigentes esportivos reuniram-se com a intenção de criar o COB, inicialmente chamado de “Comité Olympico Nacional” (ABREU et al., 2006). Na mesma ocasião, foi criada também a Federação Brasileira de Sports (FBS), que se tornou a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) dois anos depois. Naquele momento, não havia exigência de uma entidade específica que enviasse os atletas para os Jogos Olímpicos pelo COI (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2009).

Institucionalmente, o COB, já com essa designação, só foi oficializado em 20 de maio de 1935 pelas leis brasileiras e sob os princípios da Carta Olímpica. Porém, foi somente a partir do Decreto Lei 3.199/1941 que os esportes olímpicos ficaram sobre o amparo somente do COI e do COB (ABREU et al, 2006).

Visando definir a data de criação do COB, em resposta a uma solicitação do presidente Carlos Arthur Nuzman em 1999, o Departamento de Relacionamento com os Comitês Olímpicos Nacionais informou que o COI reconhece a data de criação do COB como 8 de junho de 1914 (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2004a).

Desde 1914, o COB teve sete presidentes<sup>26</sup>, sendo que o presidente atual está no cargo desde 1995 e foi reeleito em 2008 para mais quatro anos de mandato. O COB também possui, desde 1923, dois membros no COI, dirigiu no país a realização de quatro Jogos regionais<sup>27</sup>, apresentou candidatura para sede de sete edições de Jogos Olímpicos (considerando a sétima tentativa o Rio 2016, confirmada em outubro de 2009), participou de vinte Jogos Olímpicos de Verão

---

<sup>26</sup> Foram os sete presidentes e seus respectivos anos de mandato: Fernando Mendes de Almeida (1914 – 1935); Antônio Prado Júnior (1935 – 1947); Arnaldo Guinle (1947 – 1950); José Ferreira dos Santos (1950 – 1963); Sylvio de Magalhães Padilha (1963 – 1990); André Gustavo Richer (1990 – 1995); Carlos Arthur Nuzman (1995 e reeleito em 2008 até 2012) (ABREU et al., 2006).

<sup>27</sup> São eles: Jogos Olímpicos Latino-Americanos no Rio de Janeiro em 1922, Jogos Pan-Americanos em São Paulo em 1963, Jogos Sul-Americanos em diversas cidades brasileiras em 2002 e Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro em 2007.

(desde Antuérpia 1920) e cinco de Inverno (desde Albertville 1992) (ABREU et al, 2006; COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2009).

A presença de membros do Brasil no COI é histórica, desde a eleição de Raul do Rio Branco em 1913 e de outros dois membros em 1923, iniciando, desde então, a tradição da presença de dois membros de nacionalidade brasileira no COI, cargos atualmente ocupados por Jean Marie Faustin Godefroid Havelange<sup>28</sup>, desde 1963, e Carlos Arthur Nuzman, desde 2001 (ABREU et. al, 2006).

A seguir, abordaremos algumas das principais ações desenvolvidas pelo COB concomitante à sua estrutura organizacional atual, visando compreender como é composta a entidade representativa do Movimento Olímpico no Brasil e de que forma sua estrutura é mobilizada em prol de seus objetivos finais.

#### 4.1.2 Estrutura organizacional e principais ações

O COB é caracterizado juridicamente, segundo o artigo 1º do seu estatuto, como uma:

Associação civil de natureza desportiva, pertencente ao Movimento Olímpico, de utilidade pública, sem fins lucrativos, fundada em 8 de junho de 1914, na cidade do Rio de Janeiro, onde tem sede e foro na Avenida das Américas, 899, Barra da Tijuca, constituída de conformidade com os dispositivos regulamentares do Comitê Internacional Olímpico, neste estatuto denominado CIO, e de acordo com a legislação brasileira, com completa independência e autonomia, fora de qualquer influência política, religiosa, racial ou econômica (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2008a)<sup>29</sup>.

Dessa maneira, vê-se que dentro dos princípios do COB estão características de uma organização que visa representar o Movimento Olímpico e expandi-lo à população, com uma proposta de não possuir fins lucrativos e imparcialidade quanto às questões políticas, religiosas, raciais e econômicas. É importante ressaltar que, pelo seu estatuto, o COB é uma instituição de utilidade pública e não uma

<sup>28</sup> Jean Marie Faustin Godefroid Havelange, mais conhecido como João Havelange, foi presidente da *Fédération Internationale de Football Association* (Federação Internacional de Futebol Associação - FIFA) desde 1975 até 1998.

<sup>29</sup> Tivemos acesso ao Estatuto do Comitê Olímpico Brasileiro em duas versões: do ano de 2004 e de 2007 (publicada em 2008). No momento da pesquisa, a edição de 2007 ainda não tinha sido aprovada pelo COI; por isso, somente nessa citação utilizamos a versão de 2007, no qual consta o novo endereço do COB, única mudança relevante observada entre as duas versões.

associação privada, na qual a “completa independência e autonomia”, embora seja prezada pela carta olímpica, está longe de ser observada, principalmente quanto às influências políticas e econômicas, evidenciadas no capítulo anterior.

Sobre sua atual composição organizacional, observa-se que o presidente, representante do COB “em juízo ou fora dele” (Art. 1º, §2) (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2004b), representa um conselho executivo cujas ações são controladas pelo Conselho Fiscal nas assembleias gerais. Abaixo dessas funções, estão todas as outras, subordinadas ao Secretário Geral.

Podemos compreender que existem quatro níveis diferentes de subordinação ao visualizarmos seu organograma: o primeiro reúne funções diretamente relacionadas às demandas do COI (Relações Internacionais, Marketing, Solidariedade Olímpica, Comissão de Atletas e Academia Olímpica Brasileira); o segundo nível contém funções ditas administrativas e de gerenciamento (Gabinete da Presidência, Eventos, Assessoria de Imprensa e Instalações Esportivas); o terceiro nível é composto por departamentos específicos, técnicos (Administrativo, Financeiro, Médico, Técnico, Cultural e Jurídico), sob os quais estão diretamente subordinadas algumas gerências (Geral-Administrativa, Geral Financeira, Geral Técnica e Geral Jurídica).

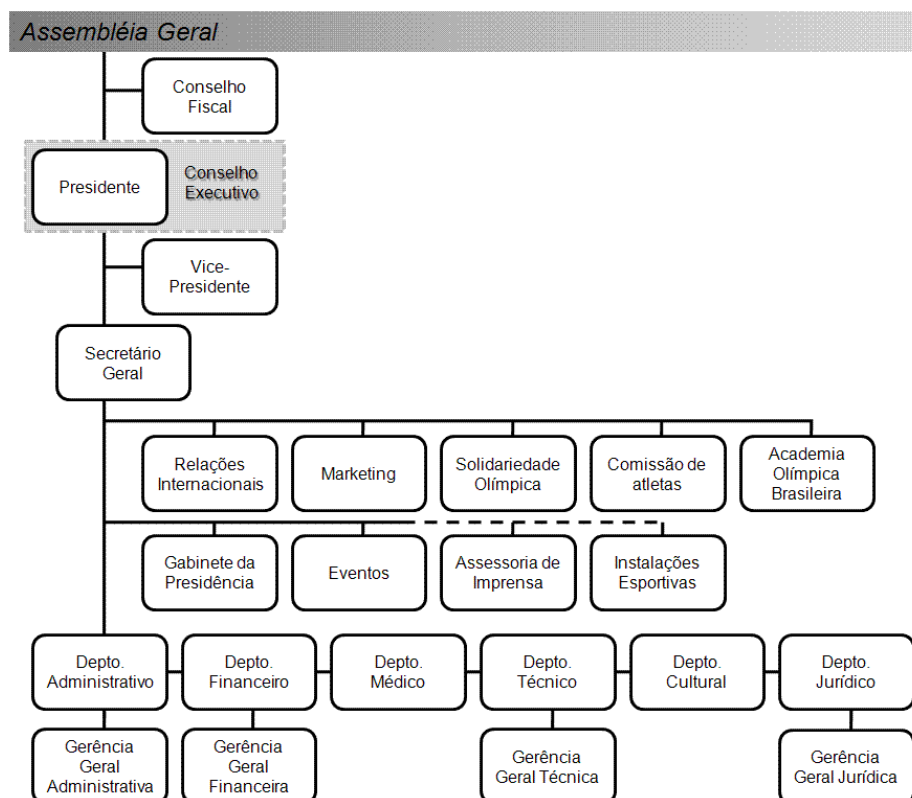


FIGURA 5 - ORGANOGRAMA DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO - 2009.  
FONTE: COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (2009).

Essas funções organizacionais devem corresponder a muitas competências indicadas no estatuto do COB, baseadas na Carta Olímpica e, de maneira geral, para promoção do Movimento Olímpico. Dentre essas competências, destacam-se: desenvolvimento, propagação, organização, direção e coordenação do desporto no país; cumprir e fazer cumprir a Carta Olímpica; organizar a representação do Brasil em Jogos, criando diretrizes para planejamento técnico, contratando serviços de seguro e se responsabilizando pelas ações dos membros da delegação, além de expedir normas e aplicar punições quando necessárias; ser o representante do Brasil internacionalmente, assim como representar com exclusividade o Movimento Olímpico frente aos Poderes Públicos, mantendo cooperação harmoniosa com eles e outras entidades não governamentais, quando não contrariam a Carta Olímpica; designar e eleger a cidade candidata à sede de competições, adotando medidas para organização e realização dos Jogos quando a cidade for aceita; coibir ações discriminatórias, violentas e o uso de doping; fomentar atividades relacionadas ao

Movimento Olímpico (presença da mulher no esporte, preparação e formação de dirigentes esportivos, Academia Olímpica, Museu Olímpico, Centros Olímpicos de Treinamento, Tribunal Arbitral do Desporto, Agência Mundial Antidoping, atividades do Dia ou Semana Olímpica(o)) (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2004b).

A partir dessas competências, observamos que algumas ações possuem maior visibilidade midiática nacional que outras, tais como a preparação e participação de equipes em competições mundiais, a organização de eventos ou mesmo a candidatura para tornar-se sede. Mas há também a realização de outras atividades em conformidade com o estatuto e a Carta Olímpica, como, por exemplo, a difusão de cartilhas informativas antidoping aos atletas, a existência da Biblioteca do COB, da Academia Olímpica Brasileira e do Instituto Olímpico Brasileiro, que visam desenvolver a educação olímpica por estudos e pesquisas com cursos, intercâmbios, seminários, palestras e premiação a pesquisas (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2009).

O que se observa é que, embora maior parte do financiamento seja federal, tais ações são locais, principalmente na cidade do Rio de Janeiro e sudeste do Brasil<sup>30</sup>, o que restringe a participação e conhecimento para a maior parte da população brasileira.

Quanto à arrecadação de receita, o estatuto especifica seis fontes:

#### Título IV – Do regime Econômico e Financeiro

##### Art. 46. A receita compreenderá:

- a) as rendas resultantes da cobrança de taxas;
- b) as rendas das competições organizadas, promovidas ou coordenadas pelo COB;
- c) as rendas resultantes das inversões financeiras;
- d) as rendas patrimoniais e as resultantes de contratos de promoção e de comercialização de atividade de exploração e licenciamento de suas marcas;
- d) *[sic!]* as subvenções legais, doações, auxílios e outros de igual natureza;
- e) as rendas eventuais.

<sup>30</sup> Tomamos como base os eventos promovidos pelo Instituto Olímpico Brasileiro em 2008: cursos técnicos internacionais realizados no Rio de Janeiro-RJ (Remo, em abril de 2008, e Pólo Aquático, em julho de 2008) e em Vila Velha-ES (Triatlo, em novembro de 2008); intercâmbios esportivos no Rio de Janeiro-RJ (Training Camp, em outubro de 2008); seminários e palestras no Rio de Janeiro-RJ: palestras (doping no remo, abril de 2008; marketing esportivo no pólo aquático, julho 2008), Ciclo de palestras da Semana Olímpica, junho 2008. Notamos que houve o anúncio de apenas um curso à distância sobre administração esportiva, cujas inscrições seriam abertas em setembro de 2008 mas, ao que parece, não se realizou (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2009).

Para gerenciar e valorizar a marca do COB, num esforço de aumentar as fontes de receita, em março de 2004 houve a criação da empresa Olympto marketing e licenciamento. Sob a presidência de Carlos Arthur Nuzman e direção de Leonardo Gryner, surgiu com o objetivo de ser a empresa de marketing do COB, assim como o COI possui, “com o intuito de valorizar a marca da entidade, obter novos patrocínios, licenciamentos, concessões em eventos, direitos multimídia, bilheteria entre outros”, projeto entendido como de longo prazo, segundo Gryner em entrevista (POR DENTRO DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2005a).

Uma importante ação da Olympto foi para os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007. O Comitê Organizador dos Jogos (CO-Rio) comprou da ODEPA os direitos de imagem por US\$ 13 milhões, para que negociasse todos os contratos de geração e transmissão dos Jogos, explorando todas as oportunidades publicitárias. Em 2005, esperava-se que a receita de marketing chegasse a R\$ 96 milhões<sup>31</sup>, sendo 70% revertido ao CO-Rio e 30% ao COB (POR DENTRO DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2005a). Essa divisão da verba do marketing provavelmente foi em razão que os patrocinadores que pagaram a cota para o Rio 2007 também foram os patrocinadores do COB para o ciclo olímpico de 2005 a 2008. Essa foi a única fonte de renda privada do COB que pudemos mapear para o período em questão.

Como pôde ser observado, para realização de muitas das atividades do COB faz-se necessário o relacionamento com outras organizações. Anteriormente, já evidenciamos alguns pontos convergentes entre as ações do COB com a política, tanto através do Ministério do Esporte quanto das leis em vigor. A seguir, exporemos algumas razões pelas quais se estabelece o relacionamento entre o COB e outras organizações esportivas, como federações internacionais, confederações brasileiras e com o próprio COI.

## 4.2 OS RELACIONAMENTOS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES ESPORTIVAS

---

<sup>31</sup> Em 2005, esse valor equivalia a 15% do total esperado para gastos com os Jogos: R\$ 641 milhões. Ao final, o gasto total foi de R\$ 4 bilhões, mas a receita com patrocínio e direitos de transmissão provavelmente foi próxima ao número apresentado.



Como já foi apresentando anteriormente, o Movimento Olímpico é composto por diversas instituições, as quais possuem obrigações e dependências de acordo com a organização hierárquica. Dessa maneira, o COB se encontra sob subordinação direta principalmente do COI e supervisiona as Confederações Brasileiras, juntamente com o apoio técnico das respectivas Federações Internacionais. Além da hierarquia organizacional, observa-se que entre as instituições existem dependências financeiras, já que as entidades de maior abrangência geográfica têm maior visibilidade e conseguem mais arrecadação que as outras. As formas de dependência e auxílio entre essas entidades serão abordadas a seguir.

#### 4.2.1 O Comitê Olímpico Internacional (COI)

O COI é a entidade máxima representativa do Movimento Olímpico no mundo. Sua criação foi idealizada por Pierre de Coubertin, um barão que buscou retomar as Olimpíadas antigas. Para isso, em 1894 organizou o Congresso Atlético Internacional em Paris e criou o COI, juntando diversas personalidades de diferentes partes do mundo para desenvolver diversos preceitos para propagação do Movimento Olímpico (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2007). Desde a criação do COI, o objetivo do Movimento Olímpico foi de

*to contribute to building a peaceful and better world by educating youth through sport practised without discrimination of any kind and in the Olympic spirit, which requires mutual understanding with a spirit of friendship, solidarity and fair play.*<sup>32</sup> (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009).

Os princípios fundamentais do Movimento Olímpico e os valores essenciais do Olimpismo estão transcritos na Carta Olímpica, documento que funciona também como estatuto do COI e orienta os direitos e obrigações dos Comitês Olímpicos Nacionais (CONs), as Federações Internacionais (FI) e os Comitês Organizadores de Jogos Olímpicos (COJO) (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2007). Dessa maneira, todos os membros do Movimento Olímpico só fazem parte dele se

---

<sup>32</sup> “contribuir para criar um mundo pacífico e melhor pela educação dos jovens através do esporte, praticado sem discriminação de qualquer tipo e com o espírito olímpico, o que requer entendimento mútuo com espírito de amizade, solidariedade e *fair play*” (Tradução nossa).

concordarem e respeitarem o conteúdo deste documento. O COI como entidade se caracteriza como uma organização não governamental e sem fins lucrativos, de duração ilimitada, sediada em Lausanne, Suíça, país que o reconhece desde um acordo em 01 de novembro de 2000.

Quanto às fontes de recursos, o COI indica como possibilidades: doações e a exploração de direitos, como transmissão, patrocínio, licenciamento, utilização das “propriedades olímpicas” (símbolo, bandeira, lema, hino, tocha, designações, emblema e outras identificações) e dos Jogos Olímpicos (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2007). Com essas entre outras possibilidades de utilização da marca para arrecadação de recursos, utilizados principalmente a partir da década de 1980 numa tentativa de “salvar” a decadência que se via no Movimento Olímpico por incidentes da década de 1970<sup>33</sup>, hoje o COI tem uma arrecadação média de US\$ 1 bilhão por ano (PAYNE, 2006). Com o aumento na arrecadação por patrocínio e pelos direitos de transmissão, o COI distribui recursos aos Comitês Olímpicos Nacionais, às Federações Internacionais e aos Comitês Organizadores de Jogos Olímpicos.

Para auxílio financeiro aos CONs, o COI criou o *Olympic Solidarity* (ou Solidariedade Olímpica). Entre os principais objetivos, destacam-se: assistência na preparação e treinamento de atletas, técnicos e administradores esportivos; promoção e educação através Olimpismo; auxílio na organização de competições sob responsabilidade dos CONs; criação de equipamentos esportivos em cooperação com organizações nacionais e internacionais; estímulo de programas de cooperação entre os CONs; entre outros (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2007). O COB é um dos CONs que recebeu verba por esse programa; em 2005, a previsão era o recebimento de aproximadamente US\$ 424 mil até 2008 (POR DENTRO DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2005b). Essa é a

---

<sup>33</sup> A decadência era fruto da “resignação que tomou conta do movimento olímpico” após o ataque de terroristas que assassinaram 11 atletas israelenses na Olimpíada de Munique em 1972. Além disso, havia muitas críticas na época de que os Jogos, além de caros, eram “demasiadamente políticos” (PAYNE, 2006), evidenciados pelo momento histórico da década de 1970, com a utilização ideológica dos Jogos por parte de Estados Unidos e da antiga União Soviética, assim como dos altos gastos para realização dos Jogos em Montreal, no ano de 1976.

principal forma de auxílio financeiro do COI aos CONs, da mesma maneira que é por esse programa que se estabelece o único vínculo financeiro do COB com o COI.

Assim, o COI, como autoridade suprema, rege o funcionamento do Movimento Olímpico pela submissão das FIs, dos CONs e dos COJOs à Carta Olímpica. No aspecto financeiro, a relação do COI com os CONs se dá pelo programa Solidariedade Olímpica, que distribui recursos para desenvolvimento do Movimento Olímpico aos CONs que possuem necessidades, nos quais o COB está incluído.

Dando continuidade à hierarquia do Movimento Olímpico, a seguir serão discutidas as relações do COB com outras entidades: as federações internacionais e as confederações brasileiras.

#### 4.2.2 Federações Internacionais e Confederações Brasileiras

As federações internacionais e as confederações nacionais são entidades reconhecidas pelo COI para auxiliarem no desenvolvimento do Movimento Olímpico no mundo. Com essa missão, as federações internacionais são organizações não-governamentais que administram uma ou mais modalidades presentes nos Jogos Olímpicos em nível internacional<sup>34</sup> e englobam organizações que administram essas mesmas modalidades em nível nacional (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2007).

De acordo com a carta olímpica, as federações internacionais colaboram com o Movimento Olímpico prestando auxílio técnico em diversas atividades, desde a padronização das regras, análises sobre a viabilidade e qualidade das estruturas propostas pelas candidatas à cidade-sede de Jogos Olímpicos até as ações relacionadas às competições nos Jogos Olímpicos propriamente ditos, desde elaboração de critérios de seleção, direção e controle técnico, em conjunto e sob aprovação do COI (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2007).

No que se refere ao financiamento, não existem motivos e evidências de ligações relevantes entre COB e FI, já que o subsídio dado pelas FI ao COB é de

---

<sup>34</sup> Atualmente, são vinte e cinco federações internacionais que administram as modalidades olímpicas nos Jogos de Verão e oito nos Jogos de Inverno (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2007).

ordem técnica. Já o financiamento das confederações brasileiras de modalidades olímpicas merece muito mais atenção.

Atualmente, o COB se relaciona diretamente com vinte e nove confederações brasileiras de modalidades olímpicas, sendo duas relacionadas aos Jogos Olímpicos de Inverno. Além disso, há o vínculo e reconhecimento com outras vinte e três confederações de modalidades não olímpicas (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2009). Mas em consideração à quantidade de modalidades que são filiadas às confederações olímpicas, o número é de quarenta e três<sup>35</sup> (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2007).

O repasse de recursos do COB se dá somente para as confederações de esportes olímpicos, de acordo com critérios próprios. De 2005 a 2008, pudemos notar que o repasse de recursos da Lei Agnello-Piva para as confederações pode ser classificado em três blocos, por percentual de recebimento de recursos. Considerando o valor total repassado para as confederações, os respectivos percentuais para cada confederação podem ser vistos na tabela a seguir.

TABELA 4 – REPASSES DE RECURSOS DA LEI AGNELO-PIVA PARA AS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS, EM PERCENTUAIS – 2005-2008 (continua)

|                                  | 2005         | 2006         | 2007         | 2008         |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Bloco 1: 11 confederações</b> | <b>16,9%</b> | <b>17,4%</b> | <b>16,0%</b> | <b>16,0%</b> |
| Badminton                        | 1,6%         | 1,7%         | 1,8%         | 1,6%         |
| Beisebol e Softbol               | 2,3%         | 1,9%         | 2,1%         | 1,0%         |
| Desportos na neve                | 1,7%         | 1,0%         | 0,9%         | 1,0%         |
| Desportos no gelo                | 1,7%         | 0,6%         | 0,7%         | 0,8%         |
| Esgrima                          | 1,6%         | 1,5%         | 1,8%         | 1,6%         |
| Hóquei sobre a grama e indoor    | 0,6%         | 1,6%         | 1,1%         | 2,3%         |
| Levantamento de peso             | 1,6%         | 1,7%         | 1,5%         | 1,8%         |
| Lutas associadas                 | 1,7%         | 1,6%         | 1,5%         | 1,6%         |
| Pentatlo moderno                 | 1,2%         | 1,9%         | 1,5%         | 1,6%         |
| Taekwondo                        | 1,5%         | 1,9%         | 1,8%         | 1,3%         |
| Tiro com arco                    | 1,4%         | 2,1%         | 1,4%         | 1,5%         |

<sup>35</sup> Essa diferença se dá porque algumas confederações representam várias modalidades presentes nos Jogos Olímpicos, como canoagem (slalom e velocidade), ciclismo (BMX, estrada, mountain bike e pista), ginástica (artística – feminina e masculina-, trampolim e rítmica), hipismo (adestramento, CCE e saltos), desportos aquáticos (natação, nado sincronizado, pólo aquático e saltos ornamentais) e vôlei (praia e quadra).

TABELA 4 – REPASSES DE RECURSOS DA LEI AGNELO-PIVA PARA AS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS, EM PERCENTUAIS – 2005-2008 (conclusão)

|                                 |              |              |              |              |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Bloco 2: 9 confederações</b> | <b>34,4%</b> | <b>35,0%</b> | <b>31,9%</b> | <b>35,1%</b> |
| Boxe                            | 3,6%         | 3,3%         | 2,6%         | 3,3%         |
| Canoagem                        | 4,6%         | 3,7%         | 3,7%         | 4,2%         |
| Ciclismo                        | 4,1%         | 3,8%         | 3,2%         | 3,0%         |
| Hipismo                         | 4,8%         | 5,1%         | 4,5%         | 5,0%         |
| Remo                            | 4,7%         | 4,8%         | 4,8%         | 4,6%         |
| Tênis                           | 2,7%         | 2,9%         | 3,8%         | 4,2%         |
| Tênis de mesa                   | 4,3%         | 4,2%         | 3,5%         | 4,0%         |
| Tiro esportivo                  | 2,7%         | 4,0%         | 3,3%         | 3,5%         |
| Triathlon                       | 2,8%         | 3,1%         | 2,5%         | 3,2%         |
| <b>Bloco 3: 8 confederações</b> | <b>48,7%</b> | <b>47,6%</b> | <b>52,1%</b> | <b>48,9%</b> |
| Atletismo                       | 5,5%         | 6,1%         | 5,0%         | 5,8%         |
| Basketball                      | 4,8%         | 6,4%         | 5,1%         | 6,5%         |
| Desportos Aquáticos             | 6,8%         | 7,2%         | 5,2%         | 7,0%         |
| Ginástica                       | 6,3%         | 5,5%         | 5,6%         | 5,6%         |
| Handebol                        | 5,6%         | 3,8%         | 7,9%         | 5,8%         |
| Judô                            | 5,5%         | 5,8%         | 4,3%         | 4,2%         |
| Vela e motor                    | 5,9%         | 7,0%         | 9,6%         | 6,7%         |
| Voleibol                        | 8,5%         | 5,8%         | 9,3%         | 7,1%         |

FONTE: A autora (2010)

NOTA: Dados retirados dos relatórios do COI referentes aos anos de 2005 e 2008 (COMITÉ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2006, 2007, 2008c).

Não poderíamos deixar de notar a diferença nos repasses entre as confederações. Sem discutir se o percentual repassado às confederações da Lei Agnelo-Piva é ideal para o desenvolvimento das modalidades olímpicas, fica evidente a discrepância na distribuição de recursos. Enquanto onze confederações dividem em média pouco mais que 16% das verbas repassadas, outras oito confederações recebem praticamente 50%, como observamos no período.

Outro fator que contribui para tal discrepância é que, das oito confederações que recebem mais recursos, somente a confederação de Vela e motor não teve patrocínio durante todo o período observado. Lembramos ainda que as sete confederações têm como patrocinadores empresas com capital público, conforme já citamos na introdução desta dissertação.

O processo para liberação dessas verbas se dá pela elaboração de planos de trabalho e orçamentário anual pelas confederações, os projetos devem ser enviados

e aprovados para que haja o repasse pelo COB. Sua execução fica a cargo das confederações assim como a prestação de contas, que será acompanhada pelo COB.

Nesse ponto, podemos supor que as oito confederações citadas podem ter um melhor gerenciamento nesse processo burocrático, o que permite maior aprovação de projetos e consequente recepção de recursos. Ao mesmo tempo, questionamos se tal fato não indicaria a necessidade de maior atenção e capacitação dos gestores das outras confederações, para que possam elaborar e executar projetos conforme as exigências do COB. A partir do momento em que há um melhor gerenciamento, as verbas recebidas podem ser aplicadas de forma efetiva no desenvolvimento das modalidades, o que futuramente pode gerar o interesse de patrocinadores privados. A manutenção dessa forma de administração dos recursos, a nosso ver, somente mantém a distância entre as confederações, cuja administração e recebimento ou não dos recursos interfere diretamente nos resultados nas competições.

Para o ano de 2009, o COB divulgou novos critérios para repasse dos recursos para as confederações, visando “diminuir a diferença de valores entre as Confederações e permitir um desenvolvimento mais rápido do esporte brasileiro” (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2008b). As confederações foram classificadas em quatro grupos, de acordo com os resultados em competições. Os percentuais foram calculados de acordo com a previsão do repasse de R\$ 79 milhões pela Lei Agnelo-Piva para 2009, conforme a tabela abaixo:

TABELA 5 - ESTIMATIVA DE REPASSE ÀS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS DOS RECURSOS DA LEI AGNELO-PIVA (VALORES EM MILHÕES DE REAIS) – 2009 (continua)

| Modalidades com campeões olímpicos ou conquista de mais de uma medalha em Jogos Olímpicos | R\$<br>(milhões) |
|---|------------------|
| Atletismo   | 2,5              |
| Desportos Aquáticos   | 2,5              |
| Judô  | 2,5              |
| Vela  | 2,5              |
| Voleibol  | 2,5              |
| Modalidades com campeões pan-americanos e/ou histórico olímpico                           | R\$<br>(milhões) |
| Ginástica   | 2,3              |

TABELA 5 - ESTIMATIVA DE REPASSE ÀS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS DOS RECURSOS DA LEI AGNELO-PIVA (VALORES EM MILHÕES DE REAIS) – 2009 (conclusão)

|   |               |
|---|---------------|
| Handebol  | 2,3           |
| Hipismo   | 1,8           |
| Basquete  | 1,7           |
| Modalidades em desenvolvimento com resultado sul-americano, pan-americano e mundial | R\$ (milhões) |
| Canoagem  | 1,6           |
| Ciclismo  | 1,6           |
| Remo  | 1,6           |
| Tênis de Mesa   | 1,6           |
| Boxe  | 1,4           |
| Tênis   | 1,3           |
| Tiro Esportivo  | 1,3           |
| Triatlo   | 1,2           |
| Taekwondo   | 1,0           |
| Modalidades em desenvolvimento com resultado sul-americano                          | R\$ (milhões) |
| Esgrima   | 0,9           |
| Lutas   | 0,9           |
| Badminton   | 0,8           |
| Hóquei sobre a grama  | 0,8           |
| Levantamento de Peso  | 0,8           |
| Pentatlo moderno  | 0,8           |
| Tiro com arco   | 0,8           |
| Desportos no Gelo   | 0,6           |
| Desportos na Neve   | 0,6           |

FONTE: A autora (2010)

NOTA: Dados retirados de nota do endereço eletrônico na internet do COB (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2008b).

Com o discurso de repasse por meritocracia, novamente questionamos se essa seria a melhor perspectiva de distribuição dos recursos. A situação nos repasses se mantém de maneira idêntica ao quadro que esboçamos anteriormente, com poucas confederações recebendo bem mais recursos que outras. Parece-nos paradoxal entender que a meritocracia acelerará o desenvolvimento do esporte no país e diminuirá as diferenças entre as confederações, já que as modalidades com campeões olímpicos ou históricos de resultados em Jogos Olímpicos, que são capazes de atrair recursos da iniciativa privada, continuarão recebendo mais recursos, em oposição às modalidades de resultados locais.

Porém, há ainda outro fator que pode ser interveniente para compreender as diferenças nos repasses de recursos, conforme sugerido pelo gerente geral técnico/esportivo do COB, José Roberto Perillier, em palestra proferida no 2º Congresso Brasileiro de Gestão Esportiva, realizado em novembro de 2008 em Florianópolis, Santa Catarina.

A comparação do desempenho entre países de acordo com um quadro de medalhas é sabidamente uma estratégia da mídia, não reconhecida pelo COI, mas as variações de desempenho nesse quadro costumam ser critério de julgamento sobre a política esportiva do país, conforme já comentamos. Ainda que o COB também entenda dessa forma, vê-se uma preocupação e até um estudo sobre o desempenho dos países para perceber de que forma é possível encontrar brechas em modalidades para se investir. Em sua palestra, José Perillier sugere que essa foi a estratégia da Grã-Bretanha em Pequim 2008, qual seja, investir em modalidades que não possuem países tradicionalmente campeões, como o ciclismo de pista. Nesse sentido, ele vê que, por exemplo, o tênis de mesa brasileiro só terá resultado se o país naturalizar chineses para representarem o país, assim como outros países tem feito. Outra dificuldade observada é no boxe, modalidade amadora nos Jogos Olímpicos, que enfrenta o desinteresse ou a não aderência dos praticantes que preferem o boxe profissional pelo seu retorno financeiro (PERILLIER, 2008).

Quanto à estrutura das confederações, os relatórios de demonstração de recursos da lei Agnelo-Piva nos trazem subsídios interessantes para traçar um esboço da estrutura física e administrativa das modalidades olímpicas no país. Nesses relatórios, é possível obter dados sobre quantidade de federações filiadas, situação da sede da entidade (se alugada, própria ou cedida), a existência de patrocinadores, fornecedores de material esportivo, equipes permanentes, técnicos estrangeiros e comissões técnicas. Nos apêndices, é possível verificar uma tabela resumida acerca da situação das confederações de todas as modalidades que recebem verbas da Lei Agnelo-Piva e quais suas destinações.

Salientamos apenas que nos apêndices existem mais subsídios que ratificam nosso posicionamento sobre a disparidade entre as confederações e o reforço que as atuais políticas estabelecem. Observando as confederações que possuem mais



recursos, veremos que, salvo poucas exceções e particularidades da prática entre as modalidades, elas possuem, durante praticamente todo o período observado, patrocínio, fornecedores de materiais, infraestrutura para a preparação dos atletas e equipes e representatividade de federações em praticamente todos os estados brasileiros. Já as confederações com menores recursos apresentam um quadro inverso.

Percebemos, no decorrer desse mapeamento, algumas relações entre confederações dominadas e dominantes que podem ser observadas no esporte olímpico brasileiro quanto ao capital econômico, ou seja, pelo recebimento de recursos tanto do COB como das empresas patrocinadoras com capital público. As razões para estarem nessas posições de dominados ou dominantes são variáveis para cada caso, mas algumas características parecem ser decisivas como a visibilidade da modalidade e o reconhecimento público que elas possuem (capital simbólico), sua organização administrativa juntamente com uma aproximação de outros dirigentes esportivos e até políticos (capital social) além dos resultados em competições internacionais importantes (que podemos entender como um capital cultural do esporte).

Também é possível perceber uma centralização das decisões no COB, que é a entidade responsável por aceitar ou refutar os projetos das confederações que receberão os recursos através da lei Agnelo-Piva. Esse fato nos leva a refletir se a tendência na manutenção de dirigentes, por exemplo, tanto no COB quanto nas confederações não é reforçada pela estrutura atual. Trazemos essa discussão em virtude das recentes críticas da mídia à manutenção de presidentes de confederações (DORO, 2008)<sup>36</sup> e do próprio COB<sup>37</sup> no poder. Entendemos que a realização de eleições no COB, da forma como se dá, favorece mais a perpetuação

---

<sup>36</sup> Como exemplo, essa reportagem traz o tempo de permanência no cargo de presidente das confederações. Um quadro com esses dados pode ser visto no ANEXO 1.

<sup>37</sup> A assembleia que reeleger o presidente Carlos Arthur Nuzman em 02 de outubro de 2008 sofreu críticas porque teria sido realizada “às escuras”, pois seu anúncio ocorreu em jornais de pouca circulação e o aviso aos dirigentes de confederações teria sido com poucos dias de antecedência, o que dificultaria a mobilização de chapas opositoras. Esse fato fez o COB, no dia seguinte a eleição, divulgar uma nota de esclarecimento em seu endereço eletrônico na internet, afirmando que a eleição foi realizada conforme as regras estatutárias da entidade (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2008d).

que a renovação, já que ações opositoras podem acarretar numa restrição no recebimento de recursos.

Como resposta às situações apresentadas, tramita na Câmara dos deputados o projeto de lei 4223/2008 que visa limitar a possibilidade dos dirigentes esportivos se manterem como presidentes das entidades que recebem recursos públicos para mandatos de dois anos e permitindo apenas uma reeleição (BRASIL, 2008a). No entendimento do relator desse projeto, Deputado Edinho Bez, a permanência do poder pode ser nociva para o desenvolvimento das entidades esportivas no país:

A pouca rotatividade na gestão dessas entidades traz a ameaça da apropriação da estrutura administrativa, patrimonial e financeira dessas associações por seus dirigentes, que poderiam passar a agir como proprietários, em benefício individual no lugar do coletivo, com ações irresponsáveis para a sustentabilidade dessas organizações. Como foi muito bem colocado na Justificação do nobre Deputado Paulo Rubem Santiago, a renovação dos quadros dirigentes das entidades desportivas dificulta jogos de poder viciados e incentiva a aplicação de novos modelos e estratégias (BRASIL, 2008a).

Em novembro de 2008, a mesa diretora da Câmara dos Deputados encaminhou o projeto lei para apreciação em duas comissões: de Turismo e Desporto e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em setembro de 2009, o projeto lei teve o parecer aprovado pela Comissão de Turismo e Desporto. Porém em fevereiro de 2010, no período de finalização desta dissertação, ainda não tinha sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (ECÂMARA, 2010).

Colocadas essas informações sobre as federações e confederações, inserindo a discussão de outras instituições relacionadas, concluímos este capítulo. A intenção aqui foi explicitar quais são os agentes, seus capitais, posições e disposições no subcampo do esporte olímpico brasileiro. Dado este passo, partiremos agora para o final deste trabalho, no qual pretendemos discutir as relações evidenciadas visando traçar algumas considerações sobre a problemática proposta.

## 5 DISCUSSÃO

Optamos por um problema de pesquisa que busca compreender as complexidades de uma relação político-financeira recente que envolve o governo federal brasileiro e uma entidade privada. Logo foi possível perceber que, apesar de administrarem uma atividade de interesse público, existem muitos pontos omissos.

Essa situação foi evidenciada após a realização do Rio 2007, quando as críticas sobre o gasto estimado (R\$ 300 milhões) versus o gasto real (R\$ 4 bilhões) dos Jogos foram acentuadas após acusações do TCU de irregularidades. Apesar disso, algumas condenações não resultaram na devolução nos valores despendidos.

As críticas a esse relacionamento foram estendidas após os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, quando a delegação brasileira teve um desempenho no quadro de medalhas inferior aos Jogos de Atenas 2004. Tal fato incorporou a reivindicação dos clubes, agentes que compõem a base de formação de atletas no Brasil, que se organizaram no Conselho de Clubes Formadores de Atletas Olímpicos (Confao), para dividirem os recursos recebidos pelo COB pela Lei Agnelo-Piva (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2009).

Apesar desse histórico recente de críticas e resistências às entidades administradoras do esporte olímpico no país, a parceria entre governo e COB continuou no processo de candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e parece ter sido fundamental no resultado final do COI. Esse aspecto foi ressaltado no relatório da comissão julgadora, que visitou as quatro cidades finalistas, e pela mídia mundial, que deu grande importância ao envolvimento principalmente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Esses fatos ocorridos durante o período de realização dessa dissertação colaboraram em nossas reflexões, corroborando ou abrindo a perspectiva sobre os fatores que intervêm na intenção dos Estados em financiar o esporte olímpico. Enquanto as intenções dessa interrelação por parte do COB pareciam um pouco mais claras, graças ao estudo anterior dos patrocinadores do Rio 2007, a direção contrária estava mais obscura. Ainda que o autor escolhido como opção teórica para embasar essa pesquisa traga valiosa colaboração, cremos ser importante destacar

que a leitura de reportagens e a observação dos posicionamentos dos líderes políticos também influenciam os próximos apontamentos.

Incluídas essas informações, retomaremos alguns pontos para que possamos perceber de que forma suas inter-relações nos auxiliam na compreensão da problemática. Inicialmente, propusemos a utilização de alguns conceitos teóricos, como a inter-relação dos campos político, econômico e esportivo, além dos conceitos adjacentes como *habitus*, capital (principalmente econômico, político, cultural e simbólico), posição e disposição. Com as colaborações de Pierre Bourdieu sobre essa dinâmica estrutural, pudemos sofisticar a compreensão de nossa problemática. Salientamos a discussão dos seguintes pontos.

Pela posição do COB no campo esportivo brasileiro, vimos que se trata de uma instituição dominante. Essa condição se dá por um conjunto de fatores inter-relacionados e seus respectivos desdobramentos que buscamos mapear.

O primeiro fator que levantamos é que essa posição seja conferida pelo reconhecimento e subordinação ao COI, que atualmente talvez seja uma das instituições esportivas em posição mais dominante no campo esportivo mundial, juntamente com a FIFA.

Em tendo essa posição, o COI possui algumas formas para se manter como dominante, o que pode ser observado na carta olímpica. Nesse documento, existem princípios que regulamentam e ao mesmo tempo impedem a ascensão de outras instituições, ao submeter à influência da carta olímpica e, conseqüentemente, do próprio COI, todas as entidades relacionadas. Vemos, por exemplo, o fato dessa instituição não poder sofrer influências políticas, uma forma de garantir a autonomia, bloqueando, teoricamente, a possibilidade de intervenção de regimes políticos na promoção do esporte, mas, ao mesmo tempo, uma forma de se isentar de determinadas cobranças, sejam financeiras ou até morais. Além disso, os Estados nacionais devem garantir, em suas legislações, a autonomia dos comitês olímpicos nacionais (CONs) para que esses possam ser reconhecidos pelo COI. Nesse ponto, o COI hoje possui mais membros filiados, são 205 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009), que as 192 nações membro das Organizações das Nações

Unidas (ONU) (UNITED NATIONS, 2009), o que demonstra sua abrangência e poder entre as organizações mundiais.

No quesito esportivo, como atualmente os Jogos Olímpicos são o ápice da competição esportiva na maioria das modalidades que fazem parte do programa olímpico, parece que mais do que resistências, encontramos federações internacionais (FIs) cujas modalidades perpetuam o discurso do movimento olímpico de acordo com o que o COI prega. O mesmo acontece por parte dos CONs, incluindo o COB, que tem, através dessa perpetuação na posição dominante, determinadas garantias de poder em seu território.

É interessante perceber as formas utilizadas por essas instituições para se manterem no poder e ainda garantirem a aprovação de grande parte da sociedade. Para que as competições se realizem no nível atual, tem se tornado evidente o uso de doping pelos atletas e a necessidade dos bilionários recursos financeiros para treinamento e construção das instalações esportivas, para citar apenas dois exemplos. Ao mesmo tempo, inúmeros atletas se submetem a essas condições e inúmeras cidades têm a intenção de sediar os Jogos Olímpicos que, de maneira geral, tem a aprovação da maioria da população. Para isso, vemos que os espetáculos criados e veiculados pela mídia, suportados pelas corporações internacionais patrocinadoras, entre outras ações do próprio COI para promover a educação olímpica e ressaltar os atributos positivos do esporte (ainda que não necessariamente sejam predominantes nos Jogos Olímpicos) são outras vias de perpetuar, num senso comum, a aceitação e até glorificação dessas competições.

Mais do que julgar as ações do COI ou a própria perspectiva do senso comum, queremos aqui evidenciar alguns fatores pelos quais essa instituição se mantém como dominante no campo esportivo mundial, já que esse fato se torna fundamental para compreendermos a posição do COB no campo esportivo brasileiro.

Decorrente do fato de ser a entidade que representa uma instituição como o COI no Brasil, o COB possui algumas garantias e proteções pela Constituição Federal de 1988, principalmente pelo inciso I que garante a autonomia das entidades esportivas, e em diversos artigos da lei Pelé (lei nº 9.615/1998), que

muitas vezes auxiliam na manutenção das posições dominadas e dominantes no campo esportivo brasileiro.

Ao recuperar esses pontos, vemos que ao COB é garantida uma posição de destaque na administração do esporte no país, a frente do CPB, demais entidades e ligas de nível nacional ou regional. Esse destaque é dado com relação ao “Sistema Nacional do Desporto”, que tem como pressuposto “promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento” (BRASIL, 1998). Nenhum órgão, instituição ou secretaria, que fossem públicos federais, foram colocados como membros na administração do esporte de rendimento no país, o que auxilia na restrição dessa manifestação esportiva às modalidades presentes nos Jogos Olímpicos, mantendo e até mesmo potencializando o poder do COB. É interessante notar que no contexto de aprovação dessa lei, o Ministério do Esporte não existia no formato que é desde 2003. Mesmo depois de sua criação, outros artigos dessa lei foram modificados, mas ainda assim não houve a inclusão de nenhuma entidade pública federal para administrar o esporte de rendimento conforme essa legislação.

No artigo seguinte, o COB e o CPB são colocados como entidades prioritárias para o recebimento de recursos públicos nos casos prescritos pelo inciso II do artigo 217 da Constituição de 1988. Quanto ao quesito financeiro, o artigo 18 garante também que a isenção fiscal e o repasse de recursos serão dados às instituições que compõem o Sistema Nacional do Desporto (ou seja, entidades do desporto de rendimento) e, entre outros critérios, só os receberão com manifestação favorável do COB e do CPB, quando forem filiados e vinculados. Novamente reforçamos que esse inciso pode auxiliar na perpetuação no poder dos dirigentes dessas duas instituições, que são eleitos pelas entidades filiadas. Sinais de resistência a essa manutenção podem sofrer sanções financeiras permitidas pela própria lei. As demais permissões de promoção e utilização das propriedades olímpicas compõem a “contrapartida” estatal para que o COB possa estar filiado ao COI, já que garante a proteção de utilização dos símbolos olímpicos, as valiosas marcas que devem estar sob o controle do COB, e consequentemente, do COI.

Por esses aspectos, é possível perceber que não só características simbólicas mantêm o COB na posição de dominante no campo esportivo brasileiro,

mas também seu poder é institucionalizado na aprovação de leis que garantem seu domínio no esporte de rendimento no país.

Pelo mapeamento dos caminhos dados aos recursos públicos em ações de esporte e lazer, também foi possível perceber a tendência de manutenção dessas posições no campo esportivo brasileiro. Ainda que tenhamos observado um período ímpar na história esportiva do Brasil, quando o país sediou os Jogos Pan-Americanos em 2007, esse ciclo olímpico foi o início de uma tendência dos próximos anos. Ou seja, o repasse de recursos para a promoção dos chamados megaeventos esportivos teve e provavelmente terá impactos ainda maiores na aplicação de recursos públicos nos próximos anos em decorrência da realização da Copa do Mundo de futebol masculino em 2014, com jogos em 12 cidades diferentes, e dos Jogos Olímpicos de verão de 2016 no Rio de Janeiro.

Pudemos observar que existem seis vias pelas quais os recursos públicos federais podem ser aplicados em esporte e lazer no país: pelo ME, por outros ministérios, por repasses aos estados e municípios, por repasses a entidades sem fins lucrativos, em patrocínio das empresas com capital público e conforme as legislações específicas. A maioria possui como destaque ou maior alvo de recursos o COB e/ou o esporte olímpico/de rendimento.

Observando especificamente as ações do ME, vimos que no período de 2005 a 2008 o total investido foi de R\$ 637,4 milhões, sendo que 75% foram investidos nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007. É destacado também o investimento em apoio administrativo, com R\$ 68,8 milhões ou 10% do total e na ação Brasil no Esporte de alto rendimento, com R\$ 61,9 milhões ou 9%. Dessa forma, vemos que resta pouco menos de 6% da verba para ações relacionadas ao esporte participação ou educacional, contrariando fortemente a Constituição Federal de 1988.

Os outros ministérios, como Educação, Defesa, Ciência e Tecnologia, entre outros, que também aplicaram verbas em esporte e lazer, investiram nos programas de esporte educacional e participação mais que o próprio ME. Citamos os programas Esporte e Lazer na Cidade, com um investimento de R\$ 8,12 milhões, quatro vezes maior que a quantia investida pelo ME, e o programa Vivência e

Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo, com R\$ 13,4 milhões, quase o dobro do que o ME investiu. Porém, o maior alvo de investimentos dos outros ministérios também foi o Rio 2007, com R\$ 22,46 milhões. Com esses dados, os gastos do ME e dos outros ministérios em esporte de rendimento totalizaram 82% (programas Brasil no esporte de alto rendimento e Rumo ao Pan 2007), 10% foram para administração dos programas e menos de 8% para os programas que visam as outras manifestações do esporte (educacional e participação).

Esse quadro se diferencia bastante do que observamos sobre a transferência de recursos aos estados e municípios. Primeiro, porque por essa via os repasses chegam a R\$ 1,66 bilhão, se caracterizando como a maior fonte de investimento em esporte e lazer do governo federal superando em R\$ 1 bilhão os recursos do ME. Outra importante diferença é que 65% desses recursos foram investidos em programas relacionados às manifestações do esporte participação e educacional (Esporte e Lazer na Cidade e Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo), enquanto 31% foram para manifestações de esporte de rendimento. Por essa forma de repasse, ao mesmo tempo em que podemos perceber uma maior descentralização e a possibilidade de aplicação conforme as especificidades de cada região, esses recursos permitem usos político-partidários do dinheiro do esporte. Essa reserva para emendas parlamentares passa a ser descontada do montante que o ME administra. Suspeitamos que essas verbas sejam solicitadas pelos deputados para que as regiões que eles representam sejam atendidas, normalmente com a construção de quadras e ginásios. Ainda assim, mesmo com essa verba pública relativamente grande aplicada para fins educacionais e de participação, o programa para realização do Rio 2007 continuou sendo o maior investimento do governo federal no somatório de investimentos, chegando ao valor de aproximadamente R\$ 900 milhões. Em seguida, encontramos o programa Esporte e Lazer na Cidade (Esporte participação) com pouco menos de R\$ 700 milhões investidos e o programa Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo, com R\$ 400 milhões. No somatório dessas três vias, o programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento teve quase R\$ 150 milhões em verbas.



Outra via de repasse é para as entidades sem fins lucrativos. No período observado, o COB recebeu R\$ 45,1 milhões para preparação de equipes para os Jogos Olímpicos, assim como para a candidatura do Rio 2016 e realização do Rio 2007. Sobre este último, pudemos ver ainda o repasse de R\$ 189,6 milhões para o CO-Rio, que juridicamente era outra entidade, ainda que comandada basicamente pelos mesmos dirigentes. Para somar aos gastos públicos para o esporte olímpico, vimos que verbas de mais R\$ 3 milhões foram repassadas às confederações de modalidades olímpicas.

O patrocínio do COB para o ciclo olímpico de 2005-2008 foi negociado juntamente com as cotas de patrocínio dos XV Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007, nos quais 30% seriam para a entidade e os 70% restantes seriam repassados para o CO-Rio, o que correspondeu a cerca de R\$ 29 milhões e R\$ 65 milhões, respectivamente (POR DENTRO DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2005a). Os dados de patrocínio privado para o CO-Rio foram confirmados no relatório do TCU que fiscalizou as contas desses Jogos (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2008). As empresas puderam se associar tanto como patrocinadores oficiais (seis cotas no valor de US\$ 2,4 milhões cada), parceiras (doze cotas por US\$ 600 mil cada) ou fornecedoras (variável de trinta a quarenta cotas por US\$ 500 mil cada). Três dessas cotas vendidas foram para empresas com capital público: Caixa Econômica Federal e Petrobras, como patrocinadoras oficiais, e Correios, como parceira. Não tivemos acesso a dados exatos, mas é possível calcular que aproximadamente R\$ 11,8 milhões foram pagos pelas empresas com capital público, sendo que 30% do valor ficaram com o COB, totalizando R\$ 3,6 milhões somente dessas três empresas.

Conforme as legislações específicas, tivemos o repasse pela Lei Agnelo-Piva (lei nº 10.264/2001) de R\$ 314,9 milhões no período observado, conforme prestação de contas do COB. Desde 2002, por ser uma lei, essa é uma forma de repasse anual que não depende de renovação de contrato ou do rendimento esportivo do país, como são os patrocínios, assim como não é variável conforme as mudanças de partidos políticos no poder, como são as políticas de governo. Apesar da possibilidade de variação entre o valor previsto pela CEF no início do ano e o que é

efetivamente repassado, essa fonte de recursos permite um planejamento anual de atividades e investimentos. Essa via de recebimento de recursos foi a mais significativa quantitativamente para o COB e também para apoio às confederações brasileiras das modalidades olímpicas, sendo para muitas delas a única fonte de recursos, reforçando a dependência de muitas delas ao COB. Tentamos mostrar que as políticas de repasse do COB às confederações são questionáveis, porque as exigências favorecem modalidades que possuíam estruturas administrativas aptas para solicitação de verbas através de projetos e, segundo os novos critérios adotados para 2009, que possuam resultados em competições esportivas internacionais em suas modalidades. A disparidade entre os recursos recebidos entre as confederações ficou evidente quando elencamos, em quadros, os percentuais efetivamente recebidos a cada ano, o que nos mostrou que as confederações com patrocínio recebem muito mais verbas que aquelas que não o possuem. Por essa situação, refletimos sobre a existência de confederações/modalidades dominados e dominantes no campo do esporte olímpico brasileiro, tanto sob o ponto de vista do capital econômico como de um capital simbólico, levando em consideração os resultados em competições internacionais. Entendemos que esse capital simbólico é adquirido em um médio prazo, quando percebemos que uma estrutura econômica e administrativa, somado a popularidade e um número significativo de praticantes da modalidade no país, proporciona condições para a conquista de campeonatos mundiais ou medalhas em Jogos Olímpicos, assim como patrocinadores. Consideramos também, nesses sucessos, a existência de atletas que se destacam por esforços próprios e/ou com a ajuda de patrocinadores individuais, que mesmo sem o apoio das confederações, conquistam excelentes resultados. Independente da influência ou não da confederação, esses fatos proporcionam mais visibilidade, aumento nos recursos e a possibilidade de manutenção ou inserção na posição dominante.

Em se tratando de patrocínio, vimos que as relações mais duradouras, ou que pelo menos duraram os quatro anos do ciclo olímpico analisado, foram de empresas com capital público. Atletismo, basquete, desportos aquáticos, ginástica, handebol, judô, lutas associadas, tênis e voleibol tiveram o patrocínio das empresas Caixa

Econômica Federal, Eletrobrás, Correios, Banco do Brasil, Petrobras e Infraero. Esses patrocínios, que carecem de pesquisa mais aprofundada, podem representar não só o interesse público governamental no esporte, mas quadros específicos de razões para esse tipo de investimento, já que muitas dessas empresas não somente fornecem serviços públicos, mas estão inseridas na lógica competitiva capitalista em seus ramos de atuação.

A Lei de Incentivo ao Esporte (lei nº 11.438/2006) foi outra fonte de recursos através de uma legislação específica que, diferentemente da Lei Agnelo-Piva, exige do COB e das instituições esportivas a construção de projetos, sua aprovação e captação de recursos de empresas ou pessoas físicas. Por essa via, vimos que R\$ 26,1 milhões em recursos foram captados pelo COB. Como a aprovação da lei foi em 2006, essa possibilidade de captação de recurso ainda é recente, mas o COB já tem papel destacado pela quantia que conseguiu captar. Acreditamos que essa via ainda será bastante explorada, principalmente pela visibilidade que o esporte passa a ter com a realização da Copa do Mundo de futebol e os Jogos Olímpicos em 2016. Talvez por ser um período de ápice em visibilidade, ainda existirão empresas que buscam o patrocínio independente dessa lei. Mas vemos que muitas entidades esportivas sofrem o risco de captarem patrocínio somente via lei de incentivo, já que esta reduz os gastos da empresa patrocinadora em comparação ao patrocínio direto. Assim, vemos a possibilidade de crescimento do poder do ME no campo esportivo, ao proporcionar a dependência do financiamento de entidades e programas esportivos à sua aprovação. Porém, imaginamos que esses impactos só poderão ser notados após muitos anos da lei em vigor.

Sobre o olhar dessas vias de investimento, vemos que as prioridades do governo federal para o esporte e lazer foram para o esporte de alto rendimento e a realização do Rio 2007. Também sobre o aspecto de financiamento público das manifestações esportivas no Brasil, vemos a posição dominante do COB nesse processo.

Aqui é interessante notarmos que a relação entre COB e governo federal não se dá somente pelo primeiro recebendo recursos financeiros do segundo, relação fundamental que inspirou a realização dessa dissertação. Temos também que as

ações ligadas ao COB, ou no caso específico do ciclo olímpico observado ao CO-Rio (ainda que as entidades tivessem praticamente os mesmos dirigentes), foram as principais fontes de investimento do governo federal.

Isso nos auxilia a pensar que os recursos majoritariamente estatais, que sustentaram o COB de 2005 a 2008, seja decorrente da sua posição como entidade representante do esporte de rendimento no país, posição esta sustentada pela subordinação ao COI e pelos interesses que o próprio governo tem com o esporte.

Nesse sentido, nos valem da contribuição de Pierre Bourdieu, quando afirmou que o esporte é um meio potencial de conquista simbólica dos jovens, com possibilidade de conversão em capital político. Aqui podemos questionar se são somente os jovens que são conquistados pelo esporte, senão de todas as pessoas que compreendem o esporte dentro de perspectivas exclusivamente benéficas como sua relação com promoção de saúde e/ou meio de salvar os problemas da juventude, como a violência, o uso de drogas e a ociosidade.

Incrementamos ainda a possibilidade de pensar na estratégia de utilização do esporte como meio de promover um sistema político ou mesmo um país. Esse é um assunto constantemente estudado, quando pensamos no contexto dos Jogos Olímpicos na Alemanha nazista, na Copa do Mundo na Itália fascista ou na Argentina peronista, como também durante o contexto da guerra fria, na conquista da Copa do Mundo de futebol em 1970 durante a ditadura militar brasileira, bem recentemente com os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008. De uma forma bastante explícita, o atual presidente brasileiro tem declarado quais suas intenções a respeito do esporte, principalmente sendo o país sede dos Jogos de 2016. Essa “conquista” frente às outras potências é marca de uma luta mimética sobre questões de posicionamento no cenário global e até uma tentativa de dar maior autoconfiança ao brasileiro, mostrando que suas potencialidades precisam ser desenvolvidas e, quando isso ocorrer, “mostrará sua cara” e provocará inveja aos estrangeiros. Vemos que, para que essa exibição seja mundial, não basta o investimento que tenha impacto somente no público interno, como seria para as manifestações de participação e educacional. Aí vemos que se justifica o investimento em esporte de

rendimento e em sediar megaeventos esportivos, esperando com isso demonstrar poder para os demais países do mundo.

Já o COB parece ter outras intenções. Para que suas ações tenham repercussão e ganhem visibilidade, o apoio governamental se faz fundamental, não só financeiramente como também defendendo suas causas, como foi para sediar os jogos de 2016. E é nesse ponto que voltamos a salientar sobre a situação de adversários cúmplices, quando pensamos na relação COB e governo federal: cada um possui interesses específicos, mas um depende do outro para alcançar seus objetivos.

Recuperando todas as formas de recebimento de recursos públicos, vemos que o COB recebeu R\$ 389,7 milhões de 2005 a 2008. Aqui não consideramos os recursos repassados ao CO-Rio ou mesmo os investimentos diretos no Rio 2007, assim como os recursos públicos captados diretamente pelas confederações de modalidades olímpicas.

É difícil quantificar se esse é um valor alto ou baixo.

Se pensarmos em somente uma organização não-estatal, esse é um alto valor para uma entidade que deve ter autonomia financeira ao Estado. Também é um alto valor se considerarmos, em números absolutos, que é metade dos recursos que o ME teve para administrar em todas as possíveis manifestações do esporte.

Mas se olharmos os custos que o esporte profissional hoje tem e a quantidade de modalidades e atletas, atuais e potenciais, que se relacionam aos Jogos Olímpicos, esse valor parece ser insatisfatório para promover o esporte olímpico no país. Assim como é insatisfatório pensarmos que, para uma população de 190 milhões de habitantes, o recurso do COB corresponde a pouco mais que R\$ 0,50 por habitante por ano.

Dentro de uma lógica capitalista, quem paga nunca está satisfeito com o serviço prestado e quem recebe sempre acredita que é pouco para o quanto é exigido. Historicamente, o COB tem dificuldades para conseguir patrocinadores privados. Essas razões precisariam ser mais bem estudadas, mas colocamos como possíveis hipóteses: (1) a impossibilidade de exibir marcas nos uniformes dos atletas em Jogos Olímpicos (ainda que seja uma forma conservadora de razão para

patrocínio, parece ser uma variável interveniente); (2) os períodos em que o COB fica ausente na mídia, durante os intervalos de Jogos Olímpicos de verão ou Pan-Americanos, já que a participação brasileira em Jogos de inverno é irrisória, em virtude das barreiras para a prática das modalidades disputadas; (3) as recentes denúncias de irregularidades na gestão dessa entidade, principalmente dos recursos investidos no Rio 2007; e (4) a possibilidade de compra das cotas de televisão das empresas transmissoras das competições, que abrangem o mercado interno de forma efetiva.

Vemos que existem possibilidades de mudança desse quadro para os próximos anos, mas essas características que aqui tentamos evidenciar, a nosso ver, auxiliaram na perpetuação de um quadro de mútua dependência financeira, mas também simbólica, entre COB e governo federal durante o período de 2005 a 2008.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para finalizar nosso estudo sobre o financiamento do COB para o ciclo olímpico de 2005 a 2008, retomaremos a questão problema e os objetivos da presente pesquisa.

Nossa intenção aqui foi buscar uma melhor compreensão sobre a seguinte questão: por que o financiamento do Comitê Olímpico Brasileiro durante o ciclo olímpico de 2005 a 2008 foi dependente do investimento do governo federal?

Para responder dessa questão, traçamos como objetivo central investigar as principais razões do financiamento majoritariamente público atual do órgão institucional representativo do esporte olímpico nacional, o Comitê Olímpico Brasileiro. Como objetivos específicos, buscamos: (1) Descrever as formas de financiamento do esporte de nível olímpico no Brasil, explicitando o modelo atual, pelas políticas públicas governamentais federais e do COB; (2) Delinear as possíveis disputas que ocorrem no campo esportivo, econômico e político brasileiros, a respeito do financiamento da entidade promotora do esporte olímpico no país; e (3) Identificar nas disputas do campo em questão as principais características que representem a dependência do financiamento público pelo COB.

Iremos discorrer sobre os resultados encontrados a partir dos objetivos para, a seguir, responder a questão central da pesquisa.

O esporte olímpico brasileiro, no período observado, foi financiado principalmente pelo governo federal. Não somente o COB, mas todas as confederações brasileiras utilizam recursos federais de alguma forma.

A principal via é pela Lei Agnelo-Piva, que indica o repasse anual ao COB de 1,7% do total bruto arrecadado pelas loterias federais. Parte dessa verba é repassada às confederações brasileiras, que recebem percentuais variáveis.

A segunda possibilidade é através da Lei de Incentivo ao Esporte, meio pelo qual qualquer entidade esportiva pode encaminhar projetos para receber recursos que seriam utilizados por empresas ou pessoas físicas para pagamento do imposto de renda. O COB e várias confederações utilizaram essa via no período observado.

A terceira possibilidade foi através de repasses diretos do governo federal a entidades sem fins lucrativos, quando pudemos ver que o COB, o CO-Rio e algumas confederações também receberam recursos.

A quarta possibilidade é pelo patrocínio, que para as confederações e para o COB, na maioria dos casos, há o envolvimento de empresas com capital público.

E a quinta possibilidade é pelo investimento dos ministérios e repasses a estados e municípios, que no período observado investiram mais recursos para realização do Rio 2007 que nas demais manifestações esportivas.

Nos campos relacionados ao financiamento do esporte olímpico brasileiro, vimos que o objeto de disputas é, obviamente, o capital econômico, mas também uma busca de conquistas simbólicas através do esporte, variável para cada agente envolvido.

Os patrocinadores optam por modalidades que representem, de forma simbólica, seu posicionamento no campo econômico. As empresas com capital público optam por modalidades que o Brasil tem algum histórico de resultados e/ou sua população tenha mais identificação, como o atletismo, basquete, ginástica, handebol, judô, natação e voleibol. O futebol é exceção porque suas empresas patrocinadoras são ou buscam a liderança de mercados mundiais, assim como o futebol brasileiro é muitas vezes visto como “o melhor do mundo”.

As confederações buscam recursos financeiros visando resultados expressivos nas competições, para conquistar visibilidade e aumentar o número de praticantes, possibilitando mais recursos financeiros também pelo interesse de patrocinadores, para assim continuar esse ciclo que trará uma posição destacada no esporte brasileiro e mundial em suas modalidades.

O COB busca manter-se numa posição de dominância no esporte brasileiro, ao congrega as modalidades mais visíveis midiaticamente. Mas, utilizando os aspectos entendidos como positivos do esporte pelo senso comum, visa um melhor posicionamento no metacampo do Estado<sup>38</sup> com a conquista de apoio político e econômico, como também entre os 205 CONs filiados ao COI.

---

<sup>38</sup> Abordamos esse conceito no capítulo 2, quando mencionamos que o Estado pode ser compreendido como um metacampo que influencia outros campos e onde ocorrem disputas entre seus dominantes por posições mais privilegiadas (BOURDIEU. In: WACQUANT, 2005b).



O ME atualmente pode ser considerado como duplamente dominado, tanto no campo político (onde o esporte está na mão esquerda), quanto no campo esportivo, onde as ações relacionadas ao COB ofuscam as demais ações. Ainda assim, percebemos que há resistência (ou uma tentativa de sobrevivência) a essa posição quando vemos a aproximação com outros ministérios para o desenvolvimento de projetos de outras manifestações esportivas que não estão relacionadas ao esporte olímpico.

A análise dessas disputas e interesses nos trouxe como possíveis respostas para a dependência estatal do financiamento do COB foram mais bem exploradas no capítulo de discussão. Mas podemos elencar cinco pontos fundamentais:

- (1) O COB é uma entidade que herda um forte capital simbólico em virtude da sua subordinação ao COI, principalmente sobre o que este representa no esporte mundial. Isso o coloca como principal representante do esporte de rendimento no país.
- (2) Ao mesmo tempo, o COI coloca diversas sanções a possíveis formas de arrecadação de recursos privados por parte dos CONs. Além disso, a visibilidade do COB é limitada a determinados períodos nos ciclos olímpicos, diferentemente de modalidades, clubes ou atletas.
- (3) O atual governo federal tem uma estratégia de posicionamento mundial que, ainda que não existam pesquisas comprovando essa disposição, é possível inferir através de discursos e ações. Nesse objetivo, o esporte pode ter um papel chave quando trata de disputas miméticas entre o poder de diferentes países.
- (4) Ainda com relação a essas batalhas miméticas, a ausência de desempenhos ótimos em Jogos Olímpicos, que resultem em medalhas e boa colocação no quadro geral entre os países, provocam críticas não só aos dirigentes esportivos, mas também aos governantes, mesmo que as outras manifestações esportivas estejam sendo atendidas de forma satisfatória.
- (5) Somados esses fatores, o governo federal realiza os repasses, que podem ser considerados pequenos perto de outros tipos de gasto e o potencial retorno sob a forma simbólica que o esporte é capaz de promover.

Dessa relação, entendemos que o esporte olímpico brasileiro no período abordado é administrado por uma entidade privada, o COB, cuja autonomia de administração e funcionamento é garantida na Constituição Federal de 1988. Mas seu financiamento é público, possibilitado através de repasses previstos em lei e por outras fontes que levantamos anteriormente.

Ainda que não tivéssemos como objetivo esclarecer todas as questões a respeito do relacionamento entre governo federal e esporte olímpico, alguns pontos aqui levantados são sugestões para futuros estudos.

O mapeamento do destino dos recursos públicos federais para o esporte e lazer é um ponto interessante que mereceria mais atenção. Especificamente, a compreensão de porque tamanha discrepância entre os recursos aplicados pelos ministérios e os repasses aos estados e municípios. É de se questionar, também, se nossas suposições de que as verbas para o programa de esporte participação têm, muitas vezes, caráter político-partidário de construção de instalações esportivas.

Ainda sobre a política brasileira, questionamos as mudanças de prioridade da Constituição Federal de 1988, que enfoca o esporte educacional e as manifestações nacionais, para as leis subsequentes, que enfocam o esporte de rendimento e garantem o financiamento do COB. Sob a luz da teoria sociológica de Pierre Bourdieu, a investigação sobre quem são os principais agentes, seus *habitus*, a mudança de posição e de disposição poderiam ser informações que nos ajudariam a compreender a dinâmica do campo esportivo brasileiro nas últimas décadas a partir do olhar das políticas públicas.

Outro ponto passível de melhor investigação é com relação aos interesses das empresas públicas em patrocinarem as confederações. Por que essas confederações e não outras? Existiria algum interesse político intencional ou trata-se de um investimento visando o retorno econômico e de visibilidade?

Sobre o COB especificamente, vemos que, na questão de financiamento, outro ponto a ser estudado é: por que essa entidade tem dificuldade em manter patrocinadores privados? Indicamos na discussão dessa pesquisa algumas

suposições, porém, com a nova conjuntura e visibilidade do COB graças ao Rio 2016, entramos em uma nova fase, que outras questões deverão surgir.

Acreditamos ter dado uma contribuição para os estudos em sociologia do esporte, mas principalmente observado um período ímpar da história do esporte brasileiro, dado que o recorte que utilizamos antecedeu um período em que o COB estará em evidência pela realização dos Jogos Olímpicos no Brasil. Não temos dúvidas que essa visibilidade incentivará novos estudos com relação a essa instituição. Esperamos que, com o aumento na visibilidade, aumente também a transparência sobre as ações do COB para que as críticas surjam numa perspectiva construtiva de desenvolvimento do esporte olímpico no país.

Os interesses privados tornaram-se maiores com a escolha do Rio de Janeiro como cidade-sede e percebe-se a veiculação publicitária de empresas que estão apoiando a realização desse evento. Com isso, esperamos que o COB assuma outras responsabilidades com o esporte brasileiro caso continue recebendo recursos públicos, principalmente em ações mais abrangentes e que beneficiem uma ampla população. Vemos principalmente a necessidade de reforçar ações para promoção do olimpismo para os jovens (ao invés de uma busca desenfreada de futuros atletas) e no auxílio à capacitação de recursos humanos para trabalharem com o esporte de alto rendimento. O movimento olímpico já conquista multidões com seus espetáculos, mas tem potencial para muitas outras ações. Se no Brasil os recursos não são suficientes, ainda que não falem formas de repasses pelo governo federal, que a estratégia de sediar os Jogos Olímpicos seja bem aproveitada numa perspectiva institucional.

Essa dissertação tratou de um período e uma realidade que, temporalmente, tornaram-se passado. A realização de mega-eventos esportivos em 2014 e 2016 provavelmente modificará a forma de administração, a visibilidade do esporte olímpico e a perspectiva de investimento público e privado. Buscamos apontar alguns aspectos que podem ser melhorados ou desenvolvidos, numa colaboração para que disparidades e incompatibilidades entre processos e finalidades também possam se tornar história, passado.

## REFERÊNCIAS

### LIVROS, TESES E DISSERTAÇÕES

ABREU, Neíse; HECKSHER, Raul; FRANCESCHI, Márcia; RAJMAN, Bernard. Comitê Olímpico Brasileiro – COB. In: DACOSTA, Lamartine (org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

AFIF, Antônio. **A bola da vez: o marketing esportivo como estratégia de sucesso**. São Paulo: Gente, 2000.

AFONSO, Gilmar Francisco. **Voleibol de praia: uma análise sociológica da história da modalidade (1985 - 2003)**. 2004. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ALMEIDA, Bárbara Schaustek. **O Patrocínio Esportivo nos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007 - um estudo de caso**. 2007. 51 f. Monografia (Bacharelado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ALMEIDA, Bárbara Schaustek; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O Conselho de Clubes Formadores de Atletas Olímpicos (Confao) e as políticas para o esporte olímpico no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 27, 2009, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: UBA, 2009.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu**. Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Como se pode ser esportivo? In: **Questões de Sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. Título original em francês: *Questions de Sociologie*.

\_\_\_\_\_. Os Jogos Olímpicos. In: **Sobre a televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. Título original em francês: *Sur la télévision*.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Título original em francês: *Contre-feux: propos pour servir à la résistance contre l'invasion neo-libérale*.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Miséria do Mundo**. Trad. Mateus S. Soares Azevedo et al. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. Título original em francês: *La Misère du Monde*.

\_\_\_\_\_. Programa para uma sociologia do esporte. In: **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004. Título original em francês: *Choses Dites*.

\_\_\_\_\_. Da casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático. In: WACQUANT, Loïc (Org.). **O mistério do ministério**: Pierre Bourdieu e a política democrática. Trad. Paulo Cezar Castanheira. Rio de Janeiro: Revan, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Esboço de auto-análise**. Tradução, introdução, cronologia e notas: Sérgio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005b. Título original em francês: *Esquisse pour une auto-analyse*.

\_\_\_\_\_. **Las estructuras sociales de la economía**. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Manantial, 2005c. Título original em francês: *Les structures sociales de l'économie*.

\_\_\_\_\_. **O campo econômico**. Trad. Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi. Revista Política & Sociedade. n. 6. Abr. 2005d. p. 15-57.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Trad. Ariel Dilon. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. Título original em inglês: *An Invitation to Reflexive Sociology*.

BOURG, Jean-François; GOUGUET, Jean-Jacques. **Economia do esporte**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: Edusc, 2005.

COAKLEY, Jay. **Sports In Society: issues and controversies**. 9. ed. New York: McGraw-Hill, 2007.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **90 anos do Comitê Olímpico Brasileiro**. Rio de Janeiro: COB, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Estatuto 2004**. Rio de Janeiro: COB, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Estatuto 2007**. Rio de Janeiro: COB, 2008a.

CONTURSI, Emani Bevilacqua. **Marketing Esportivo**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

DISCEPOLO, Thierry; POUPEAU, Franck. Erudição e compromisso: sobre os comprometimentos políticos de Pierre Bourdieu. In: WACQUANT, Loïc (org.). **O Mistério do Ministério**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (org). **Trabalhar com Bourdieu**. Trad. Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

FREIRE, Marcus Vinicius; ALMEIDA, Deborah Ribeiro de. **Ouro Olímpico: a história do marketing dos aros**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: COB, 2006.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do Esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LOYOLA, Maria Andréa. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **“Sacando” o voleibol**. São Paulo: HUCITEC, 2004.  
 \_\_\_\_\_. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. 2001. 267 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. A Educação Física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. In: MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOILLI, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de. **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley; AFONSO, Gilmar Francisco. Globalização e esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: RIBEIRO, Luiz Carlos (org.). **Futebol e Globalização**. 1 ed. Jundiaí: Fontoura, 2007, v. 1, p. 127-143.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Marketing Esportivo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **A Estrutura do Esporte Paranaense: da formação dos clubes a atual situação**. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ORTIZ, Renato. Taquigrafando o social. In: **Ciências sociais e o trabalho intelectual**. São Paulo: Olho d'água, 2002.

PAYNE, Michael. **A virada olímpica**: como os Jogos Olímpicos tornaram-se a marca mais valorizada do mundo. Trad. Dayse Batista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: COB, 2006. Título original em inglês: *Olympic Turnaround*.

POR DENTRO DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. O Marketing Esportivo. Coord. Editorial: Cristina Konder. Rio de Janeiro: Jornal dos Sports, 2005a. Fascículo 5, 16 p.

POR DENTRO DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Programa Solidariedade Olímpica. Coord. Editorial: Cristina Konder. Rio de Janeiro: Jornal dos Sports, 2005b. Fascículo 3, 15 p.

POZZI, Luiz Fernando. **A grande jogada: Teoria e prática do marketing esportivo**. São Paulo: Globo, 1998.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte-Espectáculo e Futebol-Empresa**. 1998. 262 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. História econômica dos Jogos Olímpicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER, EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA, 8, 2002, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. Trad: Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

TEITELBAUM, Ilton. **Marketing esportivo: um estudo exploratório**. 1997. 117 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. 2005. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VLASTUIN, Juliana. **O caso da equipe de voleibol feminino Rexona (1997-2003): um estudo das inter-relações com a mídia esportiva**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

WACQUANT, Loïc. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. Trad. Adriano Nervo Codato e Gustavo Biscaia de Lacerda. **Revista de Sociologia e Política**. n. 19. Nov. 2002. p. 95-110.

\_\_\_\_\_. Hacia una praxeología social: la estructura y la lógica de la sociología de Bourdieu. In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Trad. Ariel Dilon. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI Editores Argentina, 2005a. Título original em inglês: *An Invitation to Reflexive Sociology*.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. Rio de Janeiro: Revan, 2005b.

## DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E OUTRAS FONTES

ARIAS, Juan. Mucho más que unos Juegos para Brasil. El País, Madri, Espanha, 02 out. 2009. Disponível em: <[http://www.elpais.com/articulo/deportes/Mucho/Juegos/Brasil/elpepidep/20091002elpepidep\\_5/Tes](http://www.elpais.com/articulo/deportes/Mucho/Juegos/Brasil/elpepidep/20091002elpepidep_5/Tes)>. Acesso em: 09 out. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal: Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)> Acesso em: 19 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília DF, 25 mar. 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9615Compilada.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao artigo 56 da lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 17 jul. 2001a. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=233173>>. Acesso em: 17 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Instrução normativa nº 039, de 11 de dezembro de 2001**. Brasília, 11 dez. 2001b. Disponível em: <[http://www2.tcu.gov.br/pls/portal/docs/page/tcu/normas\\_jurisprudencia/atos\\_normativos/instrucoes\\_normativas/int2001\\_039.doc](http://www2.tcu.gov.br/pls/portal/docs/page/tcu/normas_jurisprudencia/atos_normativos/instrucoes_normativas/int2001_039.doc)>. Acesso em: 19 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 900 de 29 de setembro de 1969. Altera disposições do Decreto-lei nº 200, de 27 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Diário do Senado Federal**. Brasília DF, 20 ago. 2004a. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2004/08/19082004/27187.pdf>> . Acesso em: 24 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.891 de 9 de julho de 2004. Institui a Bolsa-Atleta. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 9 jul. 2004b. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm)>. Acesso em: 19 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm#art3vii](https://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm#art3vii)>. Acesso em: 19 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Projeto de lei nº 4.223, de 2008a. Altera a lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, para impor limite no mandato dos dirigentes das entidades desportivas beneficiárias de recursos públicos. Comissão de Turismo e Desporto. Câmara dos



Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/683610.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Portaria nº 033, de 29 de fevereiro de 2008b**. Brasília, 29 fev. 2008. Disponível em: <[http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snear/bolsa\\_atleta/portaria\\_n33\\_29022008.pdf](http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snear/bolsa_atleta/portaria_n33_29022008.pdf)> Acesso em: 19 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. Informações sobre o balanço 2008 do Ministério do Esporte. Brasília, DF, 23 dez. 2008c. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/ascom/noticiaDetalhe.jsp?idnoticia=5360>>. Acesso em: 26 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. Institucional. Histórico. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/institucional/historico.jsp>>. Acesso em: 05 jan. 2009a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. Lei de Incentivo ao Esporte. Planilha dos projetos que captaram em todos os anos. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/leilIncentivoEsporte/projetosFaseCaptacaoDados.do>>. Acesso em: 21 set. 2009b.

CALIPO, Thales. Entrevista: Fabián Echegaray. **Revista Máquina do Esporte**, São Paulo, 6 mar. 2008. Disponível em: <<http://maquinadoesporte.uol.com.br/v2/entrevistas.asp?id=104>> Acesso em: 16 mai. 2008.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Distribuição de arrecadação. Disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br/loterias/loterias/timemania/distribuicao.asp>>. Acesso em: 19 ago. 2009a.

\_\_\_\_\_. Loterias – Valores repassados. Disponível em: <[http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasses\\_sociais/valores\\_repassados.asp](http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasses_sociais/valores_repassados.asp)>. Acesso em: 19 set. 2009b.

\_\_\_\_\_. Loterias – Valores arrecadados. Disponível em: <[http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasses\\_sociais/valores\\_arrecadados.asp](http://www1.caixa.gov.br/loterias/repasses_sociais/valores_arrecadados.asp)>. Acesso em: 19 set. 2009c.

CBF anuncia contrato de patrocínio com Itaú de cerca de R\$200 milhões. **Folha Online**, São Paulo, 20 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u459031.shtml>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

CHIPPS, William. Sponsorship Spending To Rise 2.2 Percent in 2009. **IEG Press Release**, Chicago, 11 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.sponsorship.com/About-IEG/Press-Room/Sponsorship-Spending-To-Rise-2.2-Percent-in-2009.aspx>> Acesso em: 04 mai. 2009.

COELHO, W. Sponsorship Program. In: Congresso Pan-americano de Marketing e Negócios no Esporte e Feira Pan-americana de Esportes e Negócios, 2., 2005, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.panamexpo.com.br/encerramento/portugues/congresso/apresentacao.php>>. Acesso em 16 mar. 2007.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. COB demonstra evolução do esporte olímpico brasileiro após o recebimento dos recursos da Lei Agnelo/Piva. Rio de Janeiro, 28 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.cob.org.br/noticias/releases\\_interna.asp?id=536](http://www.cob.org.br/noticias/releases_interna.asp?id=536)>. Acesso em: 18 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Recursos da Lei Agnelo/Piva revolucionam esportes olímpicos do Brasil. Rio de Janeiro, 03 fev. 2004c. Disponível em: <[http://www.cob.org.br/noticias/noticias\\_interna.asp?id=9269](http://www.cob.org.br/noticias/noticias_interna.asp?id=9269)>. Acesso em: 18 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Critérios e limites para gastos com manutenção da entidade. Regulamentação do Decreto nº 5.139 de 12 de julho de 2004. [2004d] Disponível em: <[http://www.cob.org.br/sobre\\_cob/downloads/criterios\\_entidade.pdf](http://www.cob.org.br/sobre_cob/downloads/criterios_entidade.pdf)>. Acesso em: 24 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Esporte brasileiro evoluiu após utilização dos recursos da Lei Agnelo-Piva, diz relatório do COB. Rio de Janeiro, 31 jan. 2005. Disponível em: <[http://www.cob.org.br/noticias/releases\\_interna.asp?id=1238](http://www.cob.org.br/noticias/releases_interna.asp?id=1238)>. Acesso em: 18 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Demonstração da aplicação dos recursos provenientes da Lei Agnelo Piva 2006. Disponível em: <[http://www.cob.org.br/site/downloads/downloads/2007/lei\\_agnelo\\_2006.zip](http://www.cob.org.br/site/downloads/downloads/2007/lei_agnelo_2006.zip)>. Acesso em: 26 mai. 2008.

\_\_\_\_\_. Demonstração da aplicação dos recursos provenientes da Lei Agnelo Piva 2007. Disponível em: <[http://www.cob.org.br/downloads/downloads/2007/lei\\_agnelo\\_2007.zip](http://www.cob.org.br/downloads/downloads/2007/lei_agnelo_2007.zip)>. Acesso em: 15 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. COB redistribui verbas e diminui diferença de valores entre as confederações. Rio de Janeiro, 03 dez. 2008b. Disponível em: <[http://www.cob.org.br/noticias/noticias\\_interna.asp?id=14384](http://www.cob.org.br/noticias/noticias_interna.asp?id=14384)>. Acesso em: 24 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Demonstração da aplicação dos recursos provenientes da Lei Agnelo Piva 2008c. Disponível em: <[http://www.cob.org.br/downloads/downloads/2008/Demonstracao\\_Lei\\_Agnelo-Piva\\_2008.zip](http://www.cob.org.br/downloads/downloads/2008/Demonstracao_Lei_Agnelo-Piva_2008.zip)>. Acesso em: 28 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Esclarecimento – Sobre a assembléia do COB. Rio de Janeiro, 03 out. 2008d. Disponível em: <[http://www.cob.org.br/noticias/noticias\\_interna.asp?id=14255](http://www.cob.org.br/noticias/noticias_interna.asp?id=14255)>. Acesso em: 07 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[www.cob.org.br](http://www.cob.org.br)>. Acesso em: 18 fev. 2009.

CBAT. Confederação Brasileira de Atletismo. Disponível em: <<http://www.cbata.org.br/>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

CBB. Confederação Brasileira de Basketball. Disponível em: <<http://www.cbb.com.br/>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

CBCA. Confederação Brasileira de Canoagem. Disponível em: <<http://www.cbca.org.br>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

CBDA. Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos. Disponível em: <<http://www.cbda.org.br/>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

CBDN. Confederação Brasileira de Desportos na Neve. Disponível em: <<http://www.cbdn.org.br>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

CBF. Confederação Brasileira de Futebol. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/brasil/>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

CBG. Confederação Brasileira de Ginástica. Disponível em: <<http://www.cbginastica.com.br>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

CBHB. Confederação Brasileira de Handebol. Disponível em: <<http://www.brasilhandebol.com.br/>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

CBJ. Confederação Brasileira de Judô. Disponível em: <<http://www.cbj.com.br>>. Acesso em: 26 mai. 2008.

CBT. Confederação Brasileira de Tênis. Disponível em: <<http://www.cbt.esp.br>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

CBTM. Confederação Brasileira de Tênis de Mesa. Disponível em: <<http://www.cbtm.org.br>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Disponível em: <<http://www.volei.org.br>>. Acesso em: 07 mai. 2009.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Gastos diretos por órgão executor 2008. Disponível em: <<http://www.transparencia.gov.br/PortalComprasDiretasOEOrgaoSuperior.asp?Ano=2008&Valor=67883597505455&Ordem=1&Pagina=2>>. Acesso em: 05 jan. 2009a.

\_\_\_\_\_. Portal da Transparência. Transferência de Recursos por favorecido (entidades sem fins lucrativos) 2008. Disponível em: <<http://www.transparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaFavorecido.asp?hidIdTipoFavorecido=2&hidNumCodigoTipoNaturezaJuridica=3&Exercicio=2008>>. Acesso em 16 fev. 2009b.

DORO, Bruno. “Era Nuzman” ajuda a perpetuar cartolas eternos no esporte olímpico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 2008. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/ultimas/2008/10/10/ult58u1209.jhtm>>. Acesso em: 07 out. 2009.

ECÂMARA. Consulta Tramitação das Proposições. PL-4332/2008. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/siLeg/Prop\\_Detalhe.asp?id=414348](http://www.camara.gov.br/siLeg/Prop_Detalhe.asp?id=414348)>. Acesso em: 19 fev. 2010.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. 2006 Marketing Fact File. Disponível em: <[http://multimedia.olympic.org/pdf/en\\_report\\_344.pdf](http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_344.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2007.

\_\_\_\_\_. National Olympic Committees. Disponível em: <<http://www.olympic.org/en/content/National-Olympic-Committees/>>. Acesso em: 28 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Organization. Disponível em: <[http://www.olympic.org/uk/organisation/index\\_uk.asp](http://www.olympic.org/uk/organisation/index_uk.asp)>. Acesso em: 02 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Olympic Charter – In force as from 7 July 2007. Disponível em: <[http://multimedia.olympic.org/pdf/en\\_report\\_122.pdf](http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_122.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Report of the 2016 IOC evaluation commission. 2 set. 2009. Disponível em: <[http://multimedia.olympic.org/pdf/en\\_report\\_1469.pdf](http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_1469.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2009.

KESSOUS, Mustapha. Les JO à Rio, consécration pour le Brésil et pour Lula. Le Monde, Paris, França, 04 out. 2009.

MALLEA, Rodrigo. La apuesta de Lula para ubicar a Brasil en el centro del mundo. Canchallena (La Nación), Buenos Aires, Argentina, 02 out. 2009. Disponível em: <<http://www.canchallena.com/1181612-la-apuesta-de-lula-para-ubicar-a-brasil-en-el-centro-del-mundo>>. Acesso em: 09 out. 2009.

MOFFET, Matt. Win boosts Brazil's Stature, Lula's Legacy. The Wall Street Journal, Nova Iorque, Estados Unidos, 03 out. 2009. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB125452948324360941.html>>. Acesso em: 09 out. 2009.

PERILLIER, José Roberto. **[Brasil Olímpico.]** Florianópolis-SC, 6 nov. 2008. Palestra proferida no 2º Congresso Brasileiro de Gestão Esportiva, organizado pela Unesporte e Unisul.

PIERI, Vitor Stuart Gabriel de; RÍO, Juan B. Scartascini del. Brasil se consagra sede olímpica – Rio 2016: Auge de uma potência? Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, Brasília-DF, 11 out. 2009. Disponível em: <<http://meridiano47.info/2009/10/11/brasil-se-consagra-sede-olimpica-rio-2016-auge-de-uma-potencia-por-vitor-stuart-gabriel-de-pieri-juan-b-scartascini-del-rio/>>. Acesso em: 20 out. 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão 2101/2008 – Plenário. Brasília, 25 set. 2008. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20081003/014-800-2007-3.doc>>. Acesso em: 28 out. 2009.

UNITED NATIONS. Growth in United Nations membership, 1945-present. Disponível em: <<http://www.un.org/en/members/growth.shtml#2000>>. Acesso em: 28 out. 2009.

VICTOR, Fábio; ASSUMPÇÃO, João Carlos. Autor da Lei Piva critica Agnelo Queiroz e defende fim do ministério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 nov. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u67433.shtml>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – PRESIDENTES DAS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS DE MODALIDADES OLÍMPICAS E ANO DE INÍCIO DE MANDATO.

| <b>Confederação</b>  | <b>Nome do presidente</b>                            | <b>Ano de início do mandato</b> |
|----------------------|--|---------------------------------|
| Atletismo            | Roberto Gesta  | 1987                            |
| Taekwondo            | Yong Min Kim   | 1987                            |
| Desportos Aquáticos  | Coaracy Nunes  | 1988                            |
| Canoagem             | João Tomasini  | 1989                            |
| Futebol              | Ricardo Teixeira                                     | 1989                            |
| Beisebol e Softbol   | Jorge Otsuka   | 1990                            |
| Ginástica            | Vicélia Florenzano                                   | 1991                            |
| Remo                 | Rodney Araújo  | 1991                            |
| Esgrima              | Arthur Cramer Ribeiro                                | 1992                            |
| Handebol             | Manoel Luiz Oliveira                                 | 1992                            |
| Tênis de Mesa        | Alaor Azevedo  | 1997                            |
| Voleibol             | Ary Graça Filho                                      | 1997                            |
| Basquete             | Gerasime Bozikis                                     | 1997                            |
| Boxe                 | Luiz Boselli   | 1997                            |
| Triatlo              | Carlos Fróes   | 1999                            |
| Tiro com arco        | Vicente Fernando Blumenschein                        | 1999                            |
| Judô                 | Paulo Wanderley                                      | 2001                            |
| Pentatlo Moderno     | Helio Meirelles Cardoso                              | 2002                            |
| Hóquei na grama      | Sydnei Rocha   | 2003                            |
| Tênis                | Jorge Lacerda da Rosa                                | 2004                            |
| Lutas                | Pedro Gama Filho                                     | 2004                            |
| Tiro Esportivo       | Frederico José Pereira da Costa                      | 2005                            |
| Badminton            | Celso Wolf Junior                                    | 2005                            |
| Ciclismo             | José Luiz Vasconcellos                               | 2005                            |
| Hipismo              | Maurício Manfredi                                    | 2007                            |
| Vela                 | Carlos Luiz Martins Pereira e Souza<br>(interventor) | 2007                            |
| Levantamento de peso | Amilton Barreto de Barros Junior<br>(interventor)    | 2008                            |

FONTE: DORO (2008).

OBSERVAÇÃO: Algumas mudanças ocorreram no quadro apresentado pela reportagem, como: no Basquete, o presidente em 2009 é Carlos Boaventura Correa Nunes; no Boxe, Mauro Silva (e com Luiz Boselli como vice); na Esgrima, Gerli dos Santos; na Ginástica, Maria Luciene Cacho Resende; no Hipismo, Luis Roberto Giugni; e no Taekwondo Jung Roul Kim. A reportagem não incluiu ainda a Confederação Brasileira de Desportos na Neve, sob a presidência de Stefano Arnhold, e de Desportos no Gelo, sob a presidência de Eric Leme Maleson (COB, 2009).

## APÊNDICE

### APÊNDICE 1 – QUADRO SITUACIONAL DAS MODALIDADES OLÍMPICAS BRASILEIRAS QUANTO À SEDE E FEDERAÇÕES ESTADUAIS FILIADAS – 2005-2008

| Modalidades            | Sede    |         |         |         | Federações estaduais filiadas |      |      |      |
|------------------------|---------|---------|---------|---------|-------------------------------|------|------|------|
|                        | 2005    | 2006    | 2007    | 2008    | 2005                          | 2006 | 2007 | 2008 |
| Atletismo              | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 27                            | 27   | 27   | 27   |
| Badminton              | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 9                             | 10   | 13   | 13   |
| Basquetebol            | Própria | Própria | Própria | Própria | 27                            | 27   | 27   | 27   |
| Beisebol               | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 5                             | 5    | 6    | 6    |
| Boxe                   | Cedida  | Cedida  | Cedida  | Cedida  | 26                            | 27   | 27   | 25   |
| Canoagem Slalom        | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 8                             | 8    | 13   | 12   |
| Canoagem Velocidade    | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 14                            | 16   | 13   | 13   |
| Ciclismo BMX           | Cedida  | Cedida  | Alugada | Cedida  | 17                            | 27   | 27   | 27   |
| Ciclismo Estrada       | Cedida  | Cedida  | Alugada | Cedida  | 25                            | 27   | 27   | 27   |
| Ciclismo Mountain Bike | Cedida  | Cedida  | Alugada | Cedida  | 25                            | 27   | 27   | 27   |
| Ciclismo Pista         | Cedida  | Cedida  | Alugada | Cedida  | 5                             | 27   | 27   | 27   |
| Desportos na Neve      | Cedida  | Cedida  | Cedida  | Cedida  | 3                             | 3    | 3    | 5    |
| Desportos no Gelo      | Cedida  | Cedida  | Cedida  | Cedida  | 3                             | 3    | 3    | 3    |
| Esgrima                | Cedida  | Cedida  | Cedida  | Alugada | 4                             | 4    | 4    | 4    |
| Futebol                | Própria | Própria | Própria | Própria | 27                            | 27   | 27   | 27   |
| Ginástica Artística F  | Cedida  | Cedida  | Cedida  | Cedida  | 15                            | 14   | 19   | 18   |
| Ginástica Artística M  | Cedida  | Cedida  | Cedida  | Cedida  | 13                            | 13   | 9    | 16   |
| Ginástica Rítmica      | Cedida  | Cedida  | Cedida  | Cedida  | 16                            | 14   | 16   | 17   |
| Ginástica Trampolim    | Cedida  | Cedida  | Cedida  | Cedida  | 6                             | 5    | 5    | 5    |
| Handebol               | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 27                            | 27   | 27   | 27   |
| Hipismo Saltos         | Própria | Alugada | Alugada | Alugada | 19                            | 19   | 20   | 20   |
| Hipismo Adestramento   | Própria | Alugada | Alugada | Alugada | 19                            | 8    | 10   | 10   |
| Hipismo CCE            | Própria | Alugada | Alugada | Alugada | 5                             | 8    | 5    | 5    |
| Hóquei Grama e Indoor  | Cedida  | Alugada | Alugada | Alugada | 3                             | 3    | 3    | 3    |
| Judô                   | Própria | Própria | Cedida  | Cedida  | 27                            | 27   | 27   | 27   |
| Levantamento de Peso   | Cedida  | Cedida  | Cedida  | Alugada | 4                             | 3    | 3    | 3    |
| Lutas                  | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 14                            | 17   | 20   | 21   |
| Natação                | Cedida  | Cedida  | Alugada | Cedida  | 27                            | 27   | 27   | 27   |
| Nado Sincronizado      | Cedida  | Cedida  | Alugada | Cedida  | 16                            | 16   | 17   | 18   |
| Pentatlo Moderno       | Cedida  | Alugada | Alugada | Alugada | 5                             | 5    | 6    | 5    |
| Pólo Aquático          | Cedida  | Cedida  | Alugada | Cedida  | 15                            | 17   | 17   | 17   |
| Remo                   | Cedida  | Cedida  | Cedida  | Cedida  | 14                            | 14   | 14   | 14   |
| Saltos Ornamentais     | Cedida  | Cedida  | Alugada | Cedida  | 7                             | 5    | 5    | 5    |
| Softbol                | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 5                             | 5    | 5    | 6    |
| Taekwondo              | Cedida  | Cedida  | Cedida  | Alugada | 26                            | 26   | 26   | 27   |
| Tênis                  | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 25                            | 25   | 25   | 25   |
| Tênis de Mesa          | Cedida  | Cedida  | Própria | Cedida  | 24                            | 26   | 23   | 26   |
| Tiro Esportivo         | Própria | Própria | Própria | Própria | 21                            | 20   | 20   | 20   |
| Tiro com Arco          | Cedida  | Alugada | Cedida  | Cedida  | 11                            | 12   | 9    | 9    |
| Triathlon              | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 19                            | 19   | 19   | 20   |
| Vela                   | Própria | Própria | Alugada | Alugada | 13                            | 16   | 8    | 9    |
| Vôlei de Praia         | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 27                            | 27   | 27   | 27   |
| Voleibol               | Alugada | Alugada | Alugada | Alugada | 27                            | 27   | 27   | 27   |

APÊNDICE 2 – QUADRO SITUACIONAL DAS MODALIDADES OLÍMPICAS BRASILEIRAS QUANTO À PATROCÍNIO E FORNECEDOR DE MATERIAL ESPORTIVO – 2005-2008

|                        | Patrocínio |      |      |      | Fornecedor de Material Esportivo |      |      |      |
|------------------------|------------|------|------|------|----------------------------------|------|------|------|
| Modalidades            | 2005       | 2006 | 2007 | 2008 | 2005                             | 2006 | 2007 | 2008 |
| Atletismo              | x          | x    | x    | x    | x                                | x    | x    | x    |
| Badminton              |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Basquetebol            | x          | x    | x    | x    | x                                | x    | x    | x    |
| Beisebol               |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Boxe                   |            |      |      |      |                                  |      |      | x    |
| Canoagem Slalom        |            |      |      | x    |                                  |      |      |      |
| Canoagem Velocidade    |            |      |      | x    |                                  |      |      |      |
| Ciclismo BMX           |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Ciclismo Estrada       |            |      |      |      | x                                |      |      |      |
| Ciclismo Mountain Bike |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Ciclismo Pista         |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Desportos na Neve      |            |      |      | x    |                                  |      | x    | x    |
| Desportos no Gelo      |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Esgrima                |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Futebol                | x          | x    | x    | x    | x                                | x    | x    | x    |
| Ginástica Artística F  | x          | x    | x    | x    |                                  |      |      |      |
| Ginástica Artística M  |            | x    | x    | x    |                                  |      |      |      |
| Ginástica Rítmica      |            |      | x    | x    |                                  |      |      |      |
| Ginástica Trampolim    |            |      | x    | x    |                                  |      |      |      |
| Handebol               | x          | x    | x    | x    | x                                | x    | x    | x    |
| Hipismo Saltos         |            |      |      |      |                                  |      | x    |      |
| Hipismo Adestramento   |            |      |      |      |                                  |      | x    |      |
| Hipismo CCE            |            |      |      |      |                                  |      | x    |      |
| Hóquei Grama e Indoor  |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Judô                   | x          | x    | x    | x    |                                  |      |      | x    |
| Levantamento de Peso   |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Lutas                  |            |      | x    | x    |                                  |      |      |      |
| Natação                | x          | x    | x    | x    | x                                | x    | x    | x    |
| Nado Sincronizado      | x          | x    | x    | x    | x                                | x    | x    | x    |
| Pentatlo Moderno       |            |      | x    |      |                                  |      |      |      |
| Pólo Aquático          | x          | x    | x    | x    | x                                | x    | x    | x    |
| Remo                   |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Saltos Ornamentais     | x          | x    | x    | x    | x                                | x    | x    | x    |
| Softbol                |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Taekwondo              |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Tênis                  |            |      |      | x    |                                  |      | x    |      |
| Tênis de Mesa          |            |      |      | x    | x                                | x    | x    | x    |
| Tiro Esportivo         | x          |      |      |      |                                  |      |      | x    |
| Tiro com Arco          |            |      |      |      |                                  | x    |      |      |
| Triathlon              | x          |      | x    |      |                                  |      |      |      |
| Vela                   |            |      |      |      |                                  |      |      |      |
| Vôlei de Praia         | x          | x    | x    | x    | x                                | x    | x    | x    |
| Voleibol               | x          | x    | x    | x    | x                                | x    | x    | x    |



APÊNDICE 3 – QUADRO SITUACIONAL DAS MODALIDADES OLÍMPICAS BRASILEIRAS  
QUANTO AOS CENTROS DE TREINAMENTO E COMISSÕES TÉCNICAS – 2005-2008

|                        | Centros de Treinamento |      |      |      | Comissões técnicas |      |      |      |
|------------------------|------------------------|------|------|------|--------------------|------|------|------|
| Modalidades            | 2005                   | 2006 | 2007 | 2008 | 2005               | 2006 | 2007 | 2008 |
| Atletismo              | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Badminton              | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Basquetebol            |                        |      |      |      | x                  | x    | x    | x    |
| Beisebol               | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Boxe                   | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Canoagem Slalom        | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Canoagem Velocidade    | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Ciclismo BMX           |                        |      |      |      |                    | x    | x    | x    |
| Ciclismo Estrada       |                        |      |      |      |                    | x    | x    | x    |
| Ciclismo Mountain Bike |                        |      |      |      |                    | x    | x    | x    |
| Ciclismo Pista         |                        |      |      |      |                    | x    | x    | x    |
| Desportos na Neve      |                        |      |      |      | x                  | x    | x    | x    |
| Desportos no Gelo      |                        |      |      |      |                    |      |      | x    |
| Esgrima                | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Futebol                | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Ginástica Artística F  | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Ginástica Artística M  | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Ginástica Rítmica      | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Ginástica Trampolim    | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Handebol               |                        |      |      |      | x                  | x    | x    | x    |
| Hipismo Saltos         |                        |      |      |      | x                  | x    | x    | x    |
| Hipismo Adestramento   |                        |      |      |      | x                  | x    | x    | x    |
| Hipismo CCE            |                        |      |      |      | x                  | x    | x    | x    |
| Hóquei Grama e Indoor  | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Judô                   |                        |      | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Levantamento de Peso   | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Lutas                  | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Natação                |                        |      |      |      | x                  | x    | x    | x    |
| Nado Sincronizado      |                        |      |      |      | x                  | x    | x    | x    |
| Pentatlo Moderno       | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Pólo Aquático          |                        |      |      |      | x                  | x    | x    | x    |
| Remo                   |                        |      |      |      | x                  | x    | x    | x    |
| Saltos Ornamentais     | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Softbol                | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Taekwondo              | x                      | x    |      | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Tênis                  |                        |      |      |      | x                  | x    | x    | x    |
| Tênis de Mesa          | x                      | x    | x    |      | x                  | x    | x    | x    |
| Tiro Esportivo         |                        |      |      | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Tiro com Arco          |                        |      | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Triathlon              | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Vela                   | x                      | x    | x    |      | x                  | x    | x    | x    |
| Vôlei de Praia         | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |
| Voleibol               | x                      | x    | x    | x    | x                  | x    | x    | x    |

APÊNDICE 4 – QUADRO SITUACIONAL DAS MODALIDADES OLÍMPICAS BRASILEIRAS QUANTO AOS TÉCNICOS ESTRANGEIROS E EQUIPES OLÍMPICAS PERMANENTES – 2005-2008

| Modalidades            | Técnicos Estrangeiros |      |      |      | Equipes Olímpicas Permanentes |      |      |      |
|------------------------|-----------------------|------|------|------|-------------------------------|------|------|------|
|                        | 2005                  | 2006 | 2007 | 2008 | 2005                          | 2006 | 2007 | 2008 |
| Atletismo              |                       |      |      | 2    | 110                           | 105  | 35   | 63   |
| Badminton              |                       |      |      |      | 16                            | 16   | 14   | 1    |
| Basquetebol            |                       |      |      | 1    |                               |      | 24   | 24   |
| Beisebol               | 2                     | 2    | 2    | 2    | 45                            | 45   | 45   |      |
| Boxe                   | 3                     | 3    | 3    | 3    | 20                            | 22   | 22   | 22   |
| Canoagem Slalom        | 1                     | 1    | 1    | 1    | 15                            | 15   | 8    | 8    |
| Canoagem Velocidade    | 1                     | 1    | 1    | 1    | 40                            | 40   | 21   | 21   |
| Ciclismo BMX           |                       |      |      |      |                               |      |      |      |
| Ciclismo Estrada       |                       |      |      |      |                               |      |      |      |
| Ciclismo Mountain Bike |                       |      |      |      |                               |      |      |      |
| Ciclismo Pista         |                       |      |      |      |                               |      |      |      |
| Desportos na Neve      | 3                     | 3    | 3    | 13   | 8                             | 8    | 8    |      |
| Desportos no Gelo      |                       |      |      | 4    |                               |      |      | 12   |
| Esgrima                | 3                     | 3    | 3    | 3    |                               |      | 6    | 6    |
| Futebol                |                       |      |      |      |                               |      |      |      |
| Ginástica Artística F  | 3                     | 3    | 3    | 3    | 14                            | 14   | 10   | 8    |
| Ginástica Artística M  | 1                     |      |      |      | 9                             | 9    | 5    | 2    |
| Ginástica Rítmica      |                       |      |      |      | 16                            | 16   | 11   | 8    |
| Ginástica Trampolim    |                       |      |      |      | 9                             | 9    | 3    |      |
| Handebol               | 2                     | 2    | 2    | 2    | 42                            | 40   | 40   | 40   |
| Hipismo Saltos         |                       |      |      |      |                               |      |      |      |
| Hipismo Adestramento   | 1                     | 1    | 1    | 1    |                               |      |      |      |
| Hipismo CCE            |                       |      |      | 1    |                               |      |      |      |
| Hóquei Grama e Indoor  |                       |      | 1    | 3    | 36                            | 36   | 50   | 50   |
| Judô                   |                       |      |      |      | 28                            | 28   | 28   | 28   |
| Levantamento de Peso   | 1                     | 1    | 1    | 1    | 32                            | 16   | 8    | 8    |
| Lutas                  |                       |      |      | 2    | 21                            | 23   | 18   | 65   |
| Natação                |                       |      |      |      | 40                            | 24   | 20   | 24   |
| Nado Sincronizado      |                       |      |      |      | 11                            | 10   | 28   | 24   |
| Pentatlo Moderno       |                       |      | 1    | 1    | 12                            | 10   | 8    | 6    |
| Pólo Aquático          |                       |      |      |      | 30                            | 33   | 36   | 30   |
| Remo                   | 1                     | 1    | 1    |      | 11                            | 12   | 6    | 6    |
| Saltos Ornamentais     | 1                     | 1    | 1    |      | 8                             | 8    | 4    |      |
| Softbol                |                       |      |      |      | 25                            | 25   |      |      |
| Taekwondo              | 1                     | 1    | 1    | 1    | 18                            | 16   | 16   | 16   |
| Tênis                  |                       |      |      |      |                               |      |      |      |
| Tênis de Mesa          | 1                     | 1    | 1    | 1    | 15                            | 16   | 8    |      |
| Tiro Esportivo         | 2                     |      | 2    | 1    | 40                            | 24   | 29   | 2    |
| Tiro com Arco          | 1                     | 1    | 1    | 1    | 12                            | 12   | 8    |      |
| Triathlon              |                       |      | 1    |      | 8                             | 8    | 6    | 10   |
| Vela                   |                       |      |      |      | 15                            | 15   | 12   | 16   |
| Vôlei de Praia         |                       |      |      |      | 4                             | 4    |      |      |
| Voleibol               |                       |      |      |      |                               |      |      |      |